

CINZA

Item a ser inserido após elaboração da capa completa

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

Claudio Joaquim Borba-Pinheiro
Halliny Machado de Sousa
Maradei Borges dos Santos
Francelina Araújo Silva de Oliveira
Maria do Carmo Gemaque Puga
Paulo César Lopes Teixeira
Ana Carla Marinho Silveira
Benedita Jacinta Pereira Pacheco Coelho
Maiara Roberta Dos Passos Lima
Ivaney José Marques Vieira

VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NA AMAZÔNIA: aprender,
produzir e compartilhar

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2025

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

EM ELABORAÇÃO

2025

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV
Tel.: (41) 3165-3100 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
 Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
 Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
 Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
 Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
 Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)
 Carmen Tereza Velanga (UNIR)
 Celso Conti (UFSCar)
 Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional
 Trés de Febrero – Argentina)
 Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
 Eduardo Pazinato (UFRGS)
 Eliane Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Élsio José Corá (UFFS)
 Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
 Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
 Gloria Fariñas León (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Guillermo Arias Beatón (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
 João Adalberto Campato Junior (UNESP)
 Josania Portela (UFPI)
 Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
 Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Luciano Rodrigues Costa (UFV)
 Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
 Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Mariah Brochado (UFMG)
 Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
 Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Simone Rodrigues Pinto (UNB)
 Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
 Sydione Santos (UEPG)
 Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
 Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Adauto Lopes da Silva Filho (UFC)
 Alba Patricia Passos de Sousa (UFPI)
 Altair Alberto Fávero (UPF)
 Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ)
 Andréia N. Militão (UEMS)
 Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP)
 Barbara Coelho Neves (UFBA)
 Cesar Gerónimo Tello (Universidad Nacional
 de Trés de Febrero – Argentina)
 Diosnel Centurion (UNIDA – PY)
 Eliane Rose Maio (UEM)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Fátima Maria Nobre Lopes (UFC)
 Fauston Negreiros (UFPI)
 Francisco Ari de Andrade (UFC)
 Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)
 Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)
 Ilma Passos A. Veiga (UNICEUB)
 Inês Bragança (UERJ)
 José de Ribamar Sousa Pereira (UCB)
 Jussara Fraga Portugal (UNEB)
 Kilwamy Kya Kapitango-a-Samba (Unemat)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (UNIVASF)
 Marcos Vínicius Francisco (UNOESTE)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Eurácia Barreto de Andrade (UFRB)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Mighian Danae Ferreira Nunes (UNILAB)
 Mohammed Elhajji (UFRJ)
 Mônica Pereira dos Santos (UFRJ)
 Najela Tavares Ujiic (UNESPAR)
 Nilson José Machado (USP)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Silvia Regina Canan (URI)
 Sonia Maria Chaves Haracemiv (UFPR)
 Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
 Suzana dos Santos Gomes (UFMG)
 Vânia Alves Martins Chaigar (FURG)
 Vera Lucia Gaspar (UDESC)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

Dr. Claudio Joaquim Borba Pinheiro –

EIXO 1 – AÇÕES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	13
--	----

Prof. Ivaney José Marques Vieira

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PARA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO PROFEPT DO IFPA CAMPUS BELÉM.....	17
--	----

Claudio Joaquim Borba-Pinheiro

CAPÍTULO 2

MOSTRA CULTURAL DE LÍNGUA INGLESA: a interculturalidade na prática educativa do ensino integrado do ifpa campus breves	29
--	----

Ivaney José Marques Vieira

CAPÍTULO 3

INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/TECNOLÓGICA ATRAVÉS DO ESPORTE: relato de experiência na escola de ensino técnico do estado do Pará	41
--	----

Francelina Araújo Silva de Oliveira

CAPÍTULO 4

AÇÃO EDUCATIVA PEDAGÓGICA EM SALA MAKER PARA CONTEÚDOS TEÓRICOS – PRÁTICOS DE ENFRENTAMENTO LOGISTICO PARA MORADORES RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA.....	53
---	----

Maradei Borges dos Santos

CAPÍTULO 5

OS DESCAMINHOS DA INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS NA EPT DIANTE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NÃO FLUENTES EM LIBRAS: experiência no curso de licenciatura em geografia	67
---	----

Paulo César Lopes Teixeira

EIXO 2: Ações de Assistência Social Solidária.....	79
--	----

Ana Carla Marinho Silveira

CAPÍTULO 6	
ENTRE VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS: o cotidiano da assistência estudantil no Instituto Federal do Pará, Campus Marabá Industrial.....	83
<i>Ana Carla Marinho Silveira</i>	
CAPÍTULO 7	
AMOR E SOLIDARIEDADE: estratégia de apoio financeiro e sócio emocional para acadêmicos de medicina bolsistas do PROUNI	95
<i>Benedita Jacinto Pereira Pacheco Coelho</i>	
CAPÍTULO 8	
NATAL SOLIDÁRIO: Distribuindo Solidariedade No Entorno Do Ifpa Campus Breves	109
<i>Maria do Carmo Gemaque Puga</i>	
EIXO 3: Atuação e Prática Profissional.....	123
<i>Halliny Machado de Sousa</i>	
CAPÍTULO 9	
A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA NA CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	125
<i>Halliny Machado de Sousa</i>	
EIXO 4: Trajetórias Formativas e Desenvolvimento Acadêmico na EPT.....	139
<i>Maiara Roberta Dos Passos Lima</i>	
CAPÍTULO 10	
DA SUPLÊNCIA À APROVAÇÃO: trajetória rumo ao mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (PROFEPT)	141
<i>Maiara Roberta Dos Passos Lima</i>	
SOBRE OS AUTORES (FOTO E SÍNTESE CURRICULAR)	151

APRESENTAÇÃO

Esta obra inédita, é um fruto colhido a partir de um processo coletivo que nasceu em uma aula da disciplina de Metodologia Científica com a turma de 2025 do curso de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica dos institutos federais em rede nacional na instituição associada do IFPA campus Belém. Este processo, conduzido pelo professor Dr. Claudio Joaquim Borba Pinheiro teve, inicialmente, a intenção de promover o ensino e aprendizado para construção técnica de trabalhos científicos, observando todos os itens que compõem um artigo, ou seja, título, introdução, objetivo, procedimentos metodológicos, resultados, discussão, conclusão e referências bibliográficas.

O nascimento desta obra, inicia-se com um procedimento estratégico de ensino para construção do conhecimento conhecido por “Círculo de Cultura de Freire”, que se destina a realizar uma discussão em forma circular, partindo das vivências e do conhecimento adquirido no cotidiano, neste caso, as experiências profissionais dos alunos. Essa forma de anamnese, possibilitou gerar um diagnóstico temático, para a nossa necessidade de aprendizado, que era de gerar produções acadêmica/científica. Assim, o relato de experiência surgiu como o tipo de estudo, ascendendo como uma possibilidade disponível, viável e adequada para o momento, e que incluía a possibilidade de produção de todos, incluindo o professor da disciplina de metodologia.

Cabe destacar, que essa estratégia de ação didática e pedagógica é amplamente usada e sustentada por autores, entre eles: Lev Vygotsky, Henri Wallon, Jean Piaget e o nosso Paulo Freire. Embora, cada autor listados a cima, tivesse suas especificidades que envolviam a faixa etária e direcionamento focal do objeto estudado para o desenvolvimento maturacional, a cultura local, as vivências interativas próprias de suas experiências e o relacionamento afetivo interpessoal ficaram bem definidos nos modelos teóricos de pensamento que convergiam para o desenvolvimento da produção de conhecimento construído. No caso específico deste livro, as vivências dos discentes de um curso de pós-graduação stricto sensu, experimentadas no campo de suas profissões como servidores de instituições públicas e/ou privadas foram o foco da produção do conhecimento.

O resultado das experiências profissionais apresentadas em formato de relato de experiência avançou para além do objetivo técnico de produção do conhecimento, inicialmente, proposto. Nesta perspectiva 10 trabalhos foram apresentados, sendo verificada a necessidade de codificar os textos em quatro eixos temáticos, quais sejam: 1 – Ações estratégias pedagógicas com cinco trabalhos; 2 – Ações de assistência social solidária com três trabalhos; 3

– Atuação e prática profissional com um estudo; e 4 – Trajetória formativa e desenvolvimento acadêmico na EPT também com um estudo.

Com isso, as experiências relatadas pelos autores desta obra, trazem projetos, ações e observações pedagógicas, ações a comunidade e assistência social, além de iniciativas de formação e desenvolvimento profissional, dentro do formato acadêmico/científico que podem servir de consulta e ou referência para estudos futuros que envolvem cada eixo temático.

E também, avança para uma leitura acessível a todos que se interessarem pelos temas aqui levantados, sejam os profissionais da educação que inclui os professores, gestores, técnicos administrativos, servidores terceirizados, além dos pais e responsáveis por alunos, avançando para os gestores públicos municipais, estaduais e federais, pois, embora seja uma leitura de interesse da área da educação, a partir de agora deve ser endereçada a todos os atores que, direta ou indiretamente, estão envolvidos neste importante processo que visa a formação profissional integral tanto de quem forma como dos futuros profissionais em formação.

A partir deste contexto, esta obra tem a intenção de dialogar sobre educação na perspectiva da educação profissional e tecnológica a partir de ações práticas e efetivas de uma história contínua e que merece a atenção de todos os atores deste processo. Neste sentido, este livro não é apenas relato de nossas experiências, é um convite para que cada um de vocês reflita sobre a própria trajetória profissional de aprendizado, produção e compartilhamento.

Em uma oportuna analogia com as marés, conhecidas e comuns as nossas regiões ribeirinhas, às nossas experiências profissionais, porque tem fluxos, estabilização e refluxos com momentos de calma e tempestade. Nestes momentos desafiadores que aprendemos efetivamente a navegar, respeitando esses movimentos para ajustar as velas e descobrir novos portos aprendendo, produzindo e compartilhando conhecimento.

Contudo, esperamos que estas páginas que agora compartilhamos com vocês, inspirem as reviravoltas da formação e da atuação da carreira profissional, encarando os desafios como oportunidades de escrever/reescrever a própria história, com resiliência e propósito. Se você ficou curioso, entre nesta jornada junto conosco para aumentar as possibilidades de discussão para as ações que ajudem a melhorar a formação de alunos e a prática de quem os forma.

Dr. Claudio Joaquim Borba Pinheiro –
Prof. Titular do Instituto Federal de Educação Ciência
e Tecnologia do Pará (IFPA). Professor permanente do
ProfEPT em rede nacional. Belém-PA, Brasil

Contracapa

Este livro inédito, oferece um olhar crítico e inspirador sobre um modelo metodológico atual para estimular a produção científica através das vivências profissionais, desafiadoras, enfrentadas por discentes de um curso de mestrado na área de educação profissional e tecnológica (EPT). Com uma abordagem que conecta à metodologia científica à eixos que associam a assistência social solidária, ações pedagógicas, atuação e prática profissional, além da trajetória formativa e desenvolvimento acadêmico, os autores desta obra exploram como essas experiências práticas podem resultar em aprendizado, produção acadêmica/científica e compartilhamento de conhecimentos, que podem transformar trajetórias individuais e coletivas, tanto de profissionais formadores como de discentes em formação.

A obra que agora compartilhamos com vocês é um convite à uma reflexão sobre o papel da EPT na construção de conhecimentos e oportunidades, destacando iniciativas que promovem inclusão, desenvolvimento de competências e fortalecimento de vínculo coletivo que incluem a teoria acadêmica/científica com a prática profissional. Um recurso indispensável para educadores, gestores e todos aqueles comprometidos com uma EPT que dialoga com o mundo do trabalho e com as demandas sociais contemporâneas.

Claudio Joaquim Borba Pinheiro

Professor Titular do Instituto Federal do Pará (IFPA). Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Professor Permanente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

EIXO 1 – AÇÕES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O eixo temático Ações de Práticas Pedagógicas, apresentará cinco capítulos, que relatarão experiências pautadas em ações intencionais voltadas ao contexto de trabalho dos autores, capazes de estimular o pensamento crítico, as boas práticas de ensino-aprendizagem e a transformação da realidade.

O livro inicia com o capítulo intitulado “O Processo de Construção do Conhecimento para Produção Acadêmica e Científica no Programa de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede Nacional” de autoria do orientador desta obra, Claudio Joaquim Borba Pinheiro. O autor destaca o uso de ações estratégicas educativas e pedagógicas, na perspectiva da formação para a produção acadêmica e científica dos alunos do ProfEPT da instituição associada (IA), IFPA na turma de 2025.

Escrever bem é uma atividade complexa, uma combinação de vários fatores, tais como: boa alfabetização, hábito de leitura, formação intelectual, acesso a boas fontes de informação e o exercício de muita prática, aliado a isso um toque de talento individual. Fora o talento individual é possível que um educador possa contribuir para fomentar os requisitos da boa escrita, motivando o esforço pessoal e a persistência em desenvolver um bom texto (Squarisi e Salvador, 2013)

O resultado das orientações prestativas, das correções pontuais dos textos, do acolhimento em saber extrair o potencial de escrita dos seus aprendizes, reflete o mérito da prática pedagógica do orientador desta obra, que contribuiu para a produção do texto acadêmico dos nove capítulos produzidos, no qual neste eixo veremos mais quatro capítulos descritos a seguir contemplando os requisitos da boa escrita de um relato de experiência acadêmico.

No segundo capítulo, “Mostra Cultural de Língua Inglesa: A Interculturalidade na Prática Educativa do Ensino Médio Integrado do IFPA Campus Breves”, o autor Ivaney José Marques Vieira compartilha as ações educativas pedagógicas desenvolvidas em duas edições do projeto de extensão “Mostra Cultural de Língua Inglesa” atividade que integrou as turmas e a comunidade externa do IFPA Campus Breves, resgatando os valores artísticos e culturais expressados por meio da língua inglesa.

Como bem pontua Kramsch (1998), a metodologia adotada no ensino de Língua Estrangeira deve ter como um de seus pilares fundamentais o entendimento e o conhecimento cultural, pois a linguagem está intrinsecamente ligada aos contextos culturais nos quais é utilizada.

A autora Francelina Araújo Silva de Oliveira, escreve o terceiro capítulo intitulado “Integração dos Estudantes da Educação Profissional / Tecnológica

através do Esporte: Relato de Experiência na Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará”. O estudo é o resultado do projeto “Torneio de Integração da EETEPA- Tailândia”, um projeto esportivo com ênfase na integração dos estudantes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) através do esporte. Nessa perspectiva, um sujeito omnilateral é aquele que rompe os limites impostos e cria novas formas de modificar a natureza (atuação), assim, alcançando outros tipos de atividades mais elevadas (Manacorda, 2007; Ribeiro et al., 2016).

Escrito por Maradei Borges dos Santos, o quarto capítulo “Ação Educativa Pedagógica em Sala Maker para Conteúdos Teóricos – Práticos de Enfrentamento Logístico para Moradores Ribeirinhos da Amazônia”, apresenta os resultados de uma experiência pedagógica desenvolvida em uma sala Maker, com estudantes do ensino técnico, tendo como objetivo integrar os conteúdos teóricos e práticos para compreender e propor soluções aos desafios logísticos enfrentados por moradores ribeirinhos da Amazônia. Conforme acentua Ferreira e Lopes (2024), ao agregar conhecimentos tradicionais amazônicos com pesquisas científicas, o diálogo entre a cultura local e a educação formal são favorecidos.

Por fim, o quinto capítulo “Os descaminhos da Inclusão de Discentes Surdos na EPT diante de Práticas Pedagógicas de Professores não Fluêntes em Libras: Experiência no curso de Licenciatura em Geografia”, de autoria de Paulo César Lopes Teixeira, expressa as dificuldades enfrentadas por dois discentes surdos no percurso da disciplina Educação para os Direitos Humanos no IFPA Campus Bragança-PA. Nesse contexto Gesser (2009) alerta que compartilhar conteúdo acadêmico é complexo e exige bastante atenção, os sinais em Libras, em geral, não conseguem agasalhar o conceito na sua integridade e as paráfrases ficam “inchadas” de componentes que distorcem o processo de ensino – aprendizagem dos discentes surdos.

Este eixo se constitui em oportunidade de mostrar os processos das práticas pedagógicas contextualizada nas escolas que cultivam a educação profissional e tecnológica contemplando o princípio da formação omnilateral.

Prof. Ivaneý José Marques Vieira
Graduação em Letras Habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará. Docente EBTT do Instituto Federal do Pará – Campus Breves e coordenador do Centro de Idiomas. Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional.

REFERÊNCIAS.

FERREIRA, L. C; LOPES, E. T. Cenários educacionais na Amazônia Marajoara: possibilidades de diálogos entre a cultura Marajoara e a Educação em ciências. Revista Observatório de La Economia Latino Americana. Curitiba, v.2, n. 1. 2024.

GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa?. Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. ISSN 2447 – 1801. Disponível em: gesser, a. libras? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São paulo: parábola editorial, 2009. / revista brasileira de linguística aplicada acesso em: 08/07/2025.

KRAMSCH, C. Language and Culture. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna. Editora Alínea. Campinas, SP. 3ª edição, 2007.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PARA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO PROFEPT DO IFPA CAMPUS BELÉM

Claudio Joaquim Borba-Pinheiro¹

Introdução

O processo de construção do conhecimento é complexo porque possui fortes características individuais, e por esse motivo, necessita de acompanhamento com cuidados individualizados. Na condução de uma disciplina, um professor precisa considerar a inclusão de estratégias que possibilitem as relações interpessoais que motivem a coletividade, considerando que uma turma possui entre 10 e 40 alunos presencialmente (Vygotsky, 1988; Libâneo, 2013).

A cooperação deve fazer parte dos atributos motivacionais que contribuem para os estímulos cognitivos individuais e coletivos para que os alunos possam construir textos, projetos, livros, artigos entre outras produções que possa fazer parte do processo de formação acadêmica, profissional e humana de estudantes, especialmente, nas fases do ensino superior e pós-graduação, onde a produção do conhecimento se torna uma exigência (Johnson, Johnson e Holubec, 1986; Freire, 2011).

A pós-graduação é uma fase do ensino que requer dos alunos, entre outros atributos, a vontade, a persistência e a resiliência, lembrando que a pós-graduação é uma etapa de aperfeiçoamento profissional, e isso, demanda um caráter de não obrigatoriedade e muito mais pela vontade de melhorar (Demo, 2011). Essas questões, permitem afirmar que os alunos de pós-graduação possuem uma capacidade associada à vontade para se submeterem a um tipo de formação que inevitavelmente, requeira maior dedicação por parte dos alunos, especialmente, na pós-graduação stricto sensu, ou seja, em nível

1 Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Titular do Instituto Federal do Pará (IFPA) onde é docente/orientador do PPG ProfEPT. Mestre em Ciência da Motricidade Humana (UCB-RJ). Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Pará, Brasil.

de mestrado e doutorado, onde a seleção é maior e mais rigorosa (Morosini, 2004; Demo, 2011; Medeiros, 2012).

Em uma disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, em programas de pós-graduação stricto onde, os professores se dedicam em oferecer atributos de competência técnica e científica para construção de trabalhos específicos, que respeitem o processo metodológico na perspectiva do ensino, da extensão, e especialmente, na pesquisa científica. Por esses motivos, normalmente a carga horária dessa disciplina é alta, para buscar atender essas demandas de formação para que os alunos possam produzir conhecimento dentro dos programas dos mais variados cursos brasileiros (Morosini, 2004; Demo, 2011; Medeiros, 2012).

Nesta perspectiva, os programas stricto sensu brasileiros, necessitam das produções dos professores para abrirem um curso, e que estes estimulem a produção dos seus alunos para além destes adquirirem competência técnica científica, que contribuam com suas produções para manutenção melhorando a nota desses programas, frente aos órgãos de controle da pós-educação nacional, que neste caso é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Severino, 2007; Demo, 2011; Johnson et al., 1986).

Dentro deste contexto, o objetivo deste estudo foi desenvolver um relato de experiência profissional, a partir de ações estratégicas educativas e pedagógicas em sala de aula da disciplina de Metodologia Científica, na perspectiva da formação para a produção acadêmica e científica dos alunos do Programa de Mestrado em educação profissional e tecnológica (ProfEPT) da instituição associada (IA) Instituto Federal do Pará (IFPA) na turma de 2025.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

Este trabalho foi caracterizado como um estudo do tipo relato de experiência. Esse tipo de trabalho descreve uma vivência prática e pessoal em contextos acadêmico e/ou profissional, com o objetivo de compartilhar conhecimentos e aprendizados relevantes para a área, que busca detalhar o processo, os desafios enfrentados e os resultados obtidos, oferecendo uma perspectiva única sobre o tema abordado (Severino, 2007).

Os participantes deste relato foram discentes do curso de mestrado profissional ProfEPT da IA de Belém-PA da turma de 2025 de ambos os gêneros com um total de 13 estudantes (5 homens e 8 mulheres). Deste total, nove (3 homens e 6 mulheres) participaram efetivamente do processo que culmina neste trabalho.

Relato de Experiência

Este relato foi uma ação proposta em uma disciplina de metodologia científica do curso de mestrado profissional ProfEPT da turma de 2025 iniciada no dia 2 de março a 3 de julho do ano de 2025, tendo o IFPA campus Belém como IA.

A estratégia inicial considerou o método “Círculo de Cultura” de Freire como ponto de partida para estimular um trabalho acadêmico na perspectiva da produção do conhecimento. Neste caso, o trabalho também apresentou características de ação-participante (Novaes e Gil, 2009), com abordagem quali-quantitativa com estudantes da turma de 2025 do curso de mestrado profissional ProfEPT em uma sala de aula refrigerada, sem fluxo de pessoas externas e com capacidade para acolher todos os 13 alunos.

A ação de ensino foi fundamentada pela abordagem Freiriana denominada “Círculo de Cultura” que é organizada em três etapas, 1 – a Investigação Temática, 2 – Tematização e 3 – Problematização (Freire, 2023). Na etapa 1, coletou-se informações referentes ao nível de instrução e as possíveis lacunas de conhecimento dos participantes, verificando um diagnóstico situacional e de identificação para possíveis temas geradores de possíveis trabalhos acadêmicos/científicos, realizado no formato de roda de conversa na sala de aula.

Na etapa 2, denominada de Tematização, foi definida a codificação dos temas geradores, onde os participantes foram estimulados a expor seus saberes a partir da dinâmica de roda de conversa com perguntas baseadas no assunto principal que foi a produção do conhecimento na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Nessa fase o mediador conduziu a dinâmica, motivando os participantes para compartilharem suas experiências profissionais, através de suas falas. As respostas eram dadas por qualquer pessoa no círculo, o que possibilitou um ambiente propício ao diálogo e a troca de experiências, externando as percepções da atuação profissional e das formas de pensá-la, em um contexto de compreensões estáticas ou dinâmicas da realidade profissional (Freire, 2023).

A etapa 3, denominada de Problematização, que permitiu um maior “pensar crítico” para tomada de consciência dos participantes acerca dos temas geradores e do tipo de trabalho a ser apresentado. O que é reforçado por Freire (2023) quando afirma que o papel de um educador não é impor sua visão de mundo. Mas sim, dialogar sobre as distintas visões, compreendendo que elas se manifestam de várias formas para um pensar dentro de sua própria realidade. Com isso, o mediador a partir da dinâmica estratégica já mencionada, sugeriu que os alunos relatassem uma experiência profissional dentro dos aspectos metodológicos e da escrita acadêmica científica, com desenho do tipo “relato de experiência”.

A ilustração 1 – Apresenta um esquema sobre o círculo de cultura de freire.



Fonte: Autoria própria

Ilustração 2 – Registro da turma 2025 ProfEPT – IFPA na aula de Metodologia Científica.



Fonte: Arquivos do autor

Após esses momentos, foi solicitado que os alunos interessados produzissem um trabalho a partir de sua experiência para composição e confecção de um livro sobre Ações de atuação para educação profissional nas instituições

de ensino profissionalizante e profissional, como culminância da disciplina. Os trabalhos foram enviados por E-mail em um documento inicial contendo de forma provisória: título, objetivo geral e problema de estudo em formato de pergunta, além de um relato da experiência profissional vivenciada pelo aluno, com prazo para envio, até dia 16.06.25.

Os nove alunos que enviaram a tarefa receberam neste momento, orientações individualizadas sobre questões relacionadas a: objeto de estudo, título, escrita científica, introdução, objetivo geral, procedimentos metodológicos e resultados (que neste caso foi o próprio relato de experiência), discussão, considerações finais e referências, em que estes nove discentes puderam ter uma orientação para construção e refinamento do seu trabalho, baseado em procedimentos com fundamentação metodológica-científica, caracterizando a 2ª rodada “geral” de orientações e a primeira individualizada.

A 2ª rodada de orientações individualizadas, teve início no dia 23.06.25 e teve o objetivo de construção de uma “boneca do artigo de relato de experiência” com conferência de todos os componentes de estruturação do artigo com fundamentação teórica. Neste momento apareceram os títulos dos trabalhos dos alunos com o desenho metodológico do tipo relato de experiência, incluindo uma discussão e as considerações finais.

Na 3ª foi realizada a conferência e análise da estruturação, simbolizada por uma “boneca” do artigo, ou seja, com toda a estruturação: introdução, objetivo, procedimentos metodológicos, resultados, discussão, considerações finais e referências, representando: cabeça, tronco e membros da boneca.

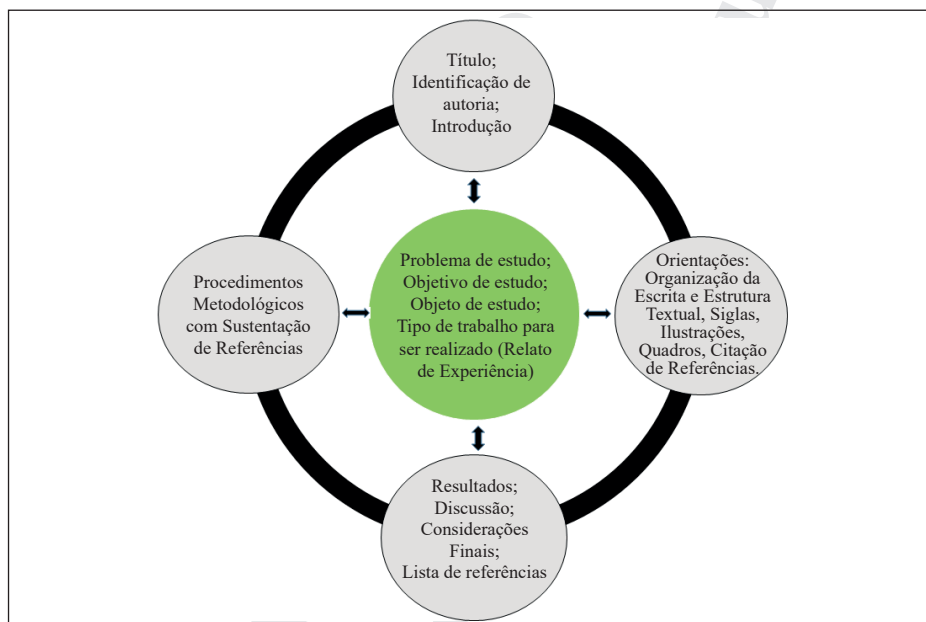
A 4ª e última rodada de orientações individuais ocorreram no sentido de refinamento com leitura minuciosa do texto, verificando concordância, conectivos entre os pontos em seguida e parágrafos, coerência da escrita científica no padrão narrativo: introdutório, de desenvolvimento e conclusão para todos os tópicos. Além disso, foi solicitado a conferência de todas as referências contidas no texto e na lista final, tendo nessas últimas os links de acesso, ordenação alfabética e estruturação como manda a associação brasileira de normas técnicas para escrita científica (ABNT) atual.

Esse tipo de procedimento pode ser sustentado por autores de defendem o aprendizado teórico e prático com cuidados para o acompanhamento individual para o desenvolvimento de processos de aquisição de competências para o saber fazer, entre eles Perrenoud (2000); Morin, (2001) e Demo (2011).

Cabe destacar, que a estratégia metodológica para construção e apresentação dos textos das experiências dos profissionais /discentes do ProfEPT turma 2025 teve um procedimento que partir do centro para as extremidades, ou seja, partiu do estímulo para detecção de um problema gerador que permitisse a visualização dos objetos de estudo e um objetivo de pesquisa,

dentro do círculo de cultura de Freire (2023a) realizado em sala de aula, que por fim, gerou uma constatação para um tipo de trabalho viável para tempo e o momento dos discentes no curso, em que o relato de experiência surgiu como a principal opção. A ilustração 1, apresenta um esquema que resume este processo.

Ilustração 1 – Esquema resumido do procedimento metodológico para construção dos estudos realizados pelos discentes do ProfEPT



Fonte: Autoria própria

Análise de Conteúdo

Foi realizada uma análise dos conteúdos dos estudos de acordo com as três fases de Bardin: 1 – pré-análise, 2 – exploração do material e 3 – tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Essa análise buscou sintetizar e codificar o material, a fim de tematizar os conteúdos (Prezenszky e Mello, 2019).

Resultados

O Quadro 1 apresenta os oito trabalhos para composição final do livro, gerado das experiências vividas no campo profissional dos discentes do ProfEPT.

Autor (a)	Título
Sousa, H.M	A Educação Profissionalizante como Práxis Transformadora na Criação da Escola Municipal de Qualificação Profissional
Lima, M.R.P	Da Suplência à Aprovação: trajetória rumo ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Silveira, A.C.M	Entre Vulnerabilidades e Potências: o cotidiano da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará/CMI
Santos, M.B	Ação Educativa Pedagógica em sala Maker para Conteúdos Teóricos – Práticos de Enfrentamento Logístico para Moradores Amazonidos Ribeirinhos
Puga, M.C.G	Natal Solidário: distribuindo solidariedade no entorno do IFPA campus Breves
Vieira, I.J.M	Mostra cultural de língua inglesa: a interculturalidade na prática educativa do ensino integrado do IFPA campus breves
Oliveira, F.A.S	Integração dos estudantes da educação profissional/tecnológica através do esporte: experiência na escola de ensino técnico do estado do Pará EETEPA
Teixeira, P.C.L	Os descaminhos da inclusão de discentes surdos na EPT diante de práticas pedagógicas de professores não fluentes em libras: experiência no curso de licenciatura em geografia campus Bragança
Coelho, B.P	Amor e solidariedade: estratégia de apoio financeiro e sócio emocional para acadêmicos de medicina bolsistas do PROUNI

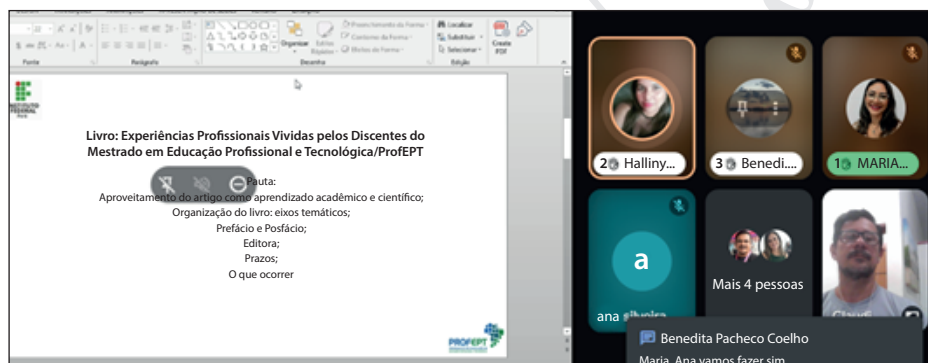
Fonte: Autoria própria

Este trabalho também possibilitou uma vivência inicial de orientação para trabalhos científicos, oportunizando aos discentes a chance de elaboração de uma estrutura de artigo científico com: elaboração do título, introdução, procedimentos metodológicos, resultados com a descrição da experiência, discussão, considerações finais e lista de referências. Este trabalho possibilitou aos discentes experimentarem uma orientação para: escrita científica com observações sobre, escrita técnica, conectivos entre parágrafos, utilização de siglas, ilustrações, uso de quadros, das citações diretas e indiretas. Esses procedimentos de vivência com orientação devem ter contribuído para os discentes experimentarem a iniciação científica com base deste trabalho, realizarem futuros estudos ao longo do curso, incluindo a dissertação/produto.

Posteriormente, realizou-se uma reunião remota via *google meet*® com todos os 10 participantes com a seguinte pauta: eixos temáticos, escolha dos professores/autoridades para convite e verificação de interesse na realização do prefácio e posfácio do livro. Dessa forma, definiu-se quatro eixos temáticos considerando a análise de Bardin (Prezenszky e Mello, 2019), a partir dos relatos apresentados pelos discentes, quais sejam: 1 – Ações estratégias pedagógicas com cinco trabalhos; 2 – Ações de assistência social solidária com três trabalhos; 3 – Atuação e prática profissional com um estudo; e 4 – Trajetória formativa e desenvolvimento acadêmico na EPT também com um estudo. Estabeleceu-se ainda três alunos/autores para realizarem um texto introdutório para iniciar o conjunto de trabalhos de cada eixo temático com os prazos acertados. Definiu-se ainda para convite do prefácio a reitoria do

IFPA que também é professora do programa ProfEPT e para o posfácio o diretor de pesquisa do IFPA campus Belém. A reunião terminou com uma fotografia para registro.

Ilustração 2 – Imagem copiada da reunião com autorização dos discentes do ProfEPT.



Fonte: arquivos do autor

Discussão

O presente trabalho que teve o objetivo de desenvolver um relato de experiência acadêmica e profissional, a partir de ações estratégicas educativas e pedagógicas em sala de aula da disciplina de Metodologia Científica, na perspectiva da formação para a produção acadêmica e científica dos alunos do curso ProfEPT da turma de 2025.

Apresentou como resultados oito trabalhos realizados pelos alunos, demonstrando que a ação pedagógica foi exitosa, possibilitando aos discentes do ProfEPT uma produção com aprendizado dos conteúdos ministrados na disciplina de metodologia científica, entre eles: escrita científica, identificação do objeto de estudo, introdução, elaboração de pergunta norteadora e objetivo geral, procedimentos metodológicos, discussão, considerações finais e lista de referências, aprendizado realizado dentro da perspectiva teórica e prática para o “aprender a saber fazer” (Morin, 2001; Demo, 2011; Brasil, 2020).

No contexto do mestrado profissional, onde o motor principal é o desenvolvimento de um produto, em que os discentes necessitam adquirir competências de procedimentos metodológicos científicos, o presente estudo parece cumprir seu papel de estimular, motivar e capacitar para o aprender a saber fazer, pois a última fase de um aprendizado efetivo é o “aprender a saber fazer” (Morin, 2001; Brasil, 2020). Os oito artigos de relato de experiência apresentados neste estudo, resultado de uma ação educativa pedagógica estruturada,

como forma de exercício para o aprender a fazer científico, se mostrou como uma possibilidade viável e efetiva.

As experiências relatadas pelos discentes vão ao encontro de suas próprias atuações acadêmicas que envolvem ações educativas pedagógicas de melhoramento das atividades de ensino internas a suas instituições e/ou de extensão com ações a comunidade externa, este tipo de trabalho com vivência prática pode ser estimulante para o desenvolvimento dos produtos, foco, dos mestrados profissionais e também para contribuir para o planejamento e execução de uma pesquisa científica, que dá suporte para o desenvolvimento do produto ou processo aplicado.

Este contexto de aprendizado e de produção, vem ao encontro do que preconizado pelo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que descreve o mestrado profissional como uma formação voltada ao desenvolvimento de produtos e processos aplicados, destacando o valor das competências metodológicas e do aprender a “saber fazer” (Perrenoud, 2000; Morin, 2001; Brasil, 2020).

Considerações Finais

O presente estudo de relato de experiência apresentou-se como um possível modelo de ação de ensino com procedimento didática e metodológico usando o círculo de cultura para gerar uma discussão em torno de detecção de possíveis objetos de estudo e procedimentos, onde o tipo de trabalho denominado relato de experiência surgiu como uma possibilidade viável para o momento e tempo disponível para uma ação de aprendizado científico gerador de uma produção individual para os discentes do ProfEPT do IFPA. Com isso, foram gerados oito artigos que relataram experiências profissionais relacionadas ao ensino, a extensão e também para o desenvolvimento de tecnologias educacionais que serviram para o aprendizado de competências técnicas científicas associadas, neste caso, a produção acadêmica dos discentes do ProfEPT instituição associada (IA) IFPA campus Belém.

As orientações puderam propiciar uma vivência inicial de orientação para trabalhos científicos, dando chances para elaboração de estrutura de artigo científico. Este trabalho também possibilitou experiências para: escrita técnica científica. Esses procedimentos de vivência com orientação podem ter contribuído para uma experiência de iniciação científica, dando base para realização de futuros trabalhos ao longo do curso, incluindo a dissertação/produto.

Por fim, essa iniciativa gerou o livro que hora apresentamos, com os capítulos que seguem corrente a este, uma iniciativa de produção individual e coletiva que pode ser considerada exitosa no ProfEPT IA de Belém-PA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Documento de Área: Mestrado Profissional. Brasília: CAPES, 2020

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/Categoria/pesquisa-principio-cientifico-e-educativo-1014/p>

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Paz e Terra. ed. 54. 2022.

FREIRE, P. Educação e mudança. Paz e Terra. ed. 50. 2023b.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Paz e Terra. ed. 87. 2023a.

JOHNSON, DW.; JOHNSON, RT.; HOLUBEC, EJ. Círculos de aprendizagem: cooperação em sala de aula. Edina, MN: Interaction Book Company, 1986.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOROSINI, M. C. Pós-graduação no Brasil: algumas tendências. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 1, n. 2, p. 9-24, 2004.

NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 10, p. 134-160, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000100007>.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Art-med, 2000.

PREZENSZKY, B. C.; MELLO, R. R. Pesquisa bibliográfica em educação: análise de conteúdo em revisões críticas da produção científica em educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1569-1595, out. 2019. Doi: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.19.063.ao01>

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 2

MOSTRA CULTURAL DE LÍNGUA INGLESA: a interculturalidade na prática educativa do ensino integrado do ifpa campus breves

Ivaney José Marques Vieira²

Introdução

O ensino de língua inglesa tornou-se oficial no Brasil no início do século XIX, a partir de uma lei promulgada em 22 de junho de 1809, juntamente com a língua francesa, devido ao status político, cultural e econômico que representavam na época, reservada a Corte do Brasil. Nesse período, o francês era a língua franca, e o inglês tinha menor importância, pois não fazia parte dos estudos da academia como o francês. O inglês era tido como necessário, somente, até os estudos secundários, e mesmo com alguns avanços, de modo geral, a deficiência do ensino desse idioma prevaleceu no século XIX, principalmente pela reduzida carga horária e por ser optativa. (Marques, 2021).

No século XX, Oliveira (1999) destaca que a situação teve alguma mudança, a partir da reforma do ministro Francisco Campos que instituiu uma Portaria em 30 de junho de 1931 reformulando a metodologia do ensino de cada disciplina do “curso fundamental”, possibilitando a criação do método direto intuitivo, segundo a qual a língua estrangeira deveria ser ensinada na própria língua estrangeira.

Porém, o fator decisivo para o inglês se tornar língua franca foi à ascensão dos Estados Unidos como potência mundial no século XX, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, passou a ocupar uma posição de destaque no sistema educacional nacional. Essa mudança foi impulsionada pelo crescimento da globalização, que consolidou o inglês como língua franca, tornando-se a língua padrão da comunicação internacional, ciência, tecnologia e negócios (Paiva, 2005).

2 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Graduação em Letras Habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará – Campus Soure. Docente EBTT do Instituto Federal do Pará – Campus Breves e coordenador do Centro de Idiomas.
e-mail: ivaney.vieira@ifpa.edu.br; <https://orcid.org/0009-0005-5507-6840>

A obrigatoriedade do ensino de inglês nas escolas está prevista na legislação brasileira, mais especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). De acordo com o artigo 26, parágrafo 1º, o ensino de língua estrangeira deve iniciar a partir do quinto ano do ensino fundamental, sendo o inglês a língua obrigatória nas redes públicas de ensino (Brasil, 1996). Essa diretriz é reforçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, que define competências específicas para o ensino de inglês, com ênfase na comunicação, no pensamento crítico e na formação de uma consciência intercultural. Assim, a disciplina deixa de ser apenas um componente técnico e passa a integrar um projeto educacional voltado para a inserção do aluno no mundo contemporâneo (BNCC, 2017).

As dificuldades enfrentadas por professores de inglês como língua estrangeira no Brasil, também são decorrentes de alguns mitos, o que pode distorcer a compreensão sobre os reais desafios da profissão. Um dos mais comuns é a ideia de que ser fluente em inglês, é suficiente para ensinar bem. Embora, a fluência seja importante, ela não garante, por si só, um ensino eficaz. Segundo Leffa (2009), o sucesso do professor depende também de sua formação pedagógica, do conhecimento de metodologias de ensino de línguas e da capacidade de adaptar essas práticas ao contexto dos alunos.

Outro mito frequente é culpar os estudantes pela falta de aprendizado, associando o baixo desempenho à ausência de interesse ou motivação. Esse pensamento ignora fatores estruturais que comprometem o ensino, como a carga horária reduzida da disciplina, a falta de recursos tecnológicos e didáticos, além das salas de aula superlotadas. Paiva (2011) afirma que essas condições precárias dificultam o trabalho docente e limitam as possibilidades de oferecer um ensino de qualidade, principalmente na rede pública.

Por outro lado, é fato que muitos professores são limitados em sua prática docente por não terem o domínio proficiente do idioma, o que interfere na autoconfiança e no desempenho em sala. Isso é consequência, em grande parte, de uma formação inicial deficiente e da ausência de programas eficazes de formação continuada. Rajagopalan (2005) defende a valorização dos docentes e a construção de políticas educacionais que levem em conta as particularidades do ensino de línguas no Brasil, reconhecendo o papel central do professor na superação das problemáticas no ensino de inglês.

Para melhorar o ensino de inglês nas escolas brasileiras, é importante implementar ações pedagógicas que tornem o aprendizado mais envolvente e conectado com a realidade dos alunos. O uso de metodologias ativas, como a sala de aula invertida e os projetos interdisciplinares, permite que os estudantes se tornem mais participativos e desenvolvam as quatro habilidades da língua — ouvir, falar, ler e escrever — de forma integrada. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam que o ensino de línguas estrangeiras

deve promover práticas comunicativas em situações sociais autênticas, respeitando o contexto sociocultural dos alunos e favorecendo a aprendizagem significativa (Brasil, 1998).

A BNCC e o Novo Ensino Médio reforçam essa abordagem ao propor um ensino mais flexível, voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao mundo contemporâneo. Nesse sentido, atividades como rodas de conversa em inglês, uso de músicas, filmes, jogos digitais e recursos audiovisuais são ferramentas valiosas para ampliar o contato dos estudantes com a língua de forma prática e motivadora. Para que essas estratégias tenham impacto positivo, é essencial que os professores recebam formação continuada, estando preparados para aplicar metodologias inovadoras e tornar o ensino do inglês mais eficaz e relevante.

Nessa perspectiva, este estudo teve o objetivo de relatar a experiência do projeto de extensão II Mostra Cultural de Língua Inglesa: Inglês com Música que proporcionou uma atividade de extensão com ações educativas pedagógicas que integrou as turmas e a comunidade externa do Ifpa Campus Breves, resgatando os valores artísticos e culturais expressados por meio da língua inglesa.

Procedimentos Metodológicos

Dentre as variadas possibilidades de divulgação do conhecimento científico, temos o relato de experiência que é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional, oriundos do ensino, pesquisa e extensão, contendo embasamento científico e reflexão crítica. Mussi (2021) destaca que “o relato de experiência pretende em contexto acadêmico, além da descrição vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante).

Mussi (2021) sugere um roteiro a ser seguido, com introdução, materiais e métodos/procedimentos metodológicos, resultados, discussão, considerações finais e referência. De forma resumida: A introdução contempla o campo teórico, nos materiais e métodos serão descritas as características e etapas desde o planejamento até o desenvolvimento da atividade, os resultados indicam quais foram os achados da experiência, na discussão é apontado os achados fundamentais do estudo, dialogando como o conhecimento gerado pelos resultados que colabora para o debate no cenário da ciência, a conclusão tem como característica ser um texto curto com a síntese das descobertas e relacionado com o objetivo, por fim as referências das citações que embasam o relato de experiência.

Relato de Experiência e Discussão

O Centro de Idiomas do IFPA Campus Breves foi implantado em 2018 e entre suas ações já desenvolveu cursos Fic's de Inglês Básico e Libras, e duas edições de um projeto de extensão denominado Mostra Cultural de Língua Inglesa, coordenado pelo autor deste estudo, equipe do Centro de Idiomas e Grêmio Estudantil, a primeira edição realizada em 2023 foi denominada, I Mostra Cultural de Língua Inglesa – Feriados Americanos e Literatura de Horror, envolveu discentes de três turmas com aproximadamente 120 alunos, este projeto consistiu na exposição de sete principais feriados americanos, vejamos: 1 – Martin Luther King Day; 2 – Valentine's Day; 3 – President's Day; 4 – Memorial Day; 5 – Independence Day; 6 – Halloween e 7 – Thanksgiving Day, em torno destes tiveram: brincadeiras alusivas, gincanas, palestras, apresentações de dança e teatro, desfile de fantasias, festa temática e outras atividades.

Quanto a Literatura de Horror tivemos as seguintes obras e autores de referência para a exposição: O Chamado de Cthulu por H.P Lovecraft; Histórias Extraordinárias por Edgar Allan Poe; Frankenstein por Mary Shelley; Drácula por Bram Stoker; It – A Coisa por Stephen King; Candyman por Clive Barker e Harry Potter por J.K Rowling.

Ilustração 1 – Fotografia do fly de divulgação I Mostra Cultural de Língua Inglesa



Fonte: Arquivos do autor

A I Mostra Cultural foi o acúmulo de várias experiências de anos anteriores, na docência do Ensino Médio Estadual de 2011 a 2014 e como docente do IFPA desde 2014, o foco nos aspectos culturais dos países de língua inglesa foi parte integrante da abordagem de ensino em sala de aula, proporcionado uma ótima oportunidade de acesso a informações de outras culturas e grupos sociais.

Trata-se de expandir os repertórios linguísticos, multisemióticos e culturais dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de maior consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea (Brasil, 2017). Como bem pontua Kramsch (1998), a metodologia adotada no ensino de Língua Estrangeira deve ter como um de seus pilares fundamentais o entendimento e o conhecimento cultural, pois a linguagem está intrinsecamente ligada aos contextos culturais nos quais é utilizada.

Como um primeiro projeto de extensão que sistematizou toda a experiência de anos acumulados focando aspectos culturais nas aulas de Língua Inglesa, a I Mostra Cultural teve um planejamento considerado satisfatório, com muitos acertos e erros, como é de se esperar de um primeiro projeto, mas no geral correspondeu às expectativas e foi bem-sucedido.

**Ilustração 2 – Fotografia do fly de divulgação II
Mostra Cultural de Língua Inglesa**



Fonte: Arquivos do autor

A 2ª edição denominada II Mostra Cultural de Língua Inglesa – Inglês com Música envolveu discentes de seis turmas com aproximadamente 240 alunos, o uso da música no ensino de língua inglesa foi a abordagem principal. Importante mencionar que a Mostra Cultural incluiu também algumas atividades desenvolvidas pelas disciplinas de Língua Portuguesa e Libras.

A experiência anterior, possibilitou neste segundo projeto de extensão um planejamento melhor, com maior assertividade na execução e por isso, bem-sucedido, possibilitando enxergarmos com a identidade de pesquisador algo que considerávamos distante pelas circunstâncias das formações deficitárias nos cursos de graduação em Pedagogia e Letras com Habilitação em Língua Inglesa, por conta da ausência em práticas de iniciação científica.

O projeto abrangeu a exposição da biografia e trajetória profissional de cantores (as) / bandas clássicas e atuais que cantam em língua inglesa, vejamos alguns exemplos: Michael Jackson; Queen; Lady Gaga; Beyoncé; Coldplay; Taylor Swift; Bruno Mars etc, além da exposição, tivemos: Sala Karaoke, Batalha Tik Tok (coreografias de músicas em inglês), apresentações de coreografias, desfile de fantasias, festa temática e outras atividades.

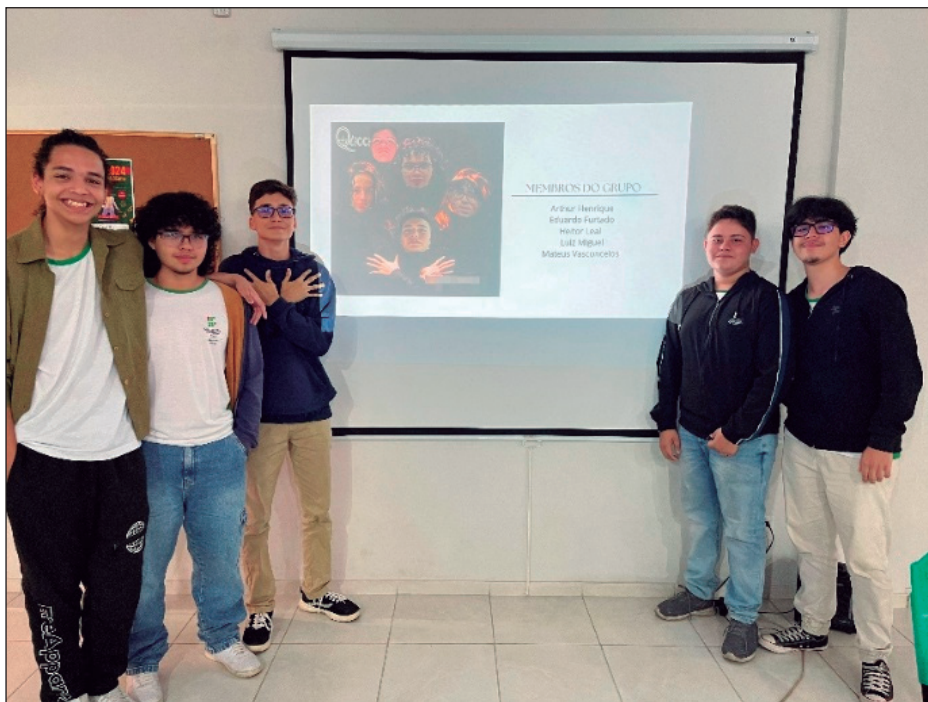
Segundo Gontow (2013), um dos segredos para aprender inglês é construir um bom repertório linguístico e a música é uma boa fonte para isso, pois, quando cantamos repetimos a mesma frase tantas vezes que as palavras ficam gravadas em nossa memória, assim sem percebermos, acabamos usando aquelas frases em conversas, de uma maneira natural. Por isso, cantar pode ajudar a aprender inglês.

O projeto foi trabalhado durante a 2ª avaliação (Agosto a outubro de 2024) na disciplina Língua Inglesa envolvendo seis turmas do Integrado em Ensino Médio a saber: 1º Ano Agropecuária/manhã, 3º ano Informática/tarde, 2º ano Agropecuária/tarde, 2º ano Informática/manhã, 2º ano Informática/tarde, 2º ano Meio Ambiente/manhã.

Foram formados grupos de trabalho em cada turma e cada grupo ficou com um artista da música para apresentar a biografia e a trajetória profissional de cantores (as) / bandas, como já mencionado acima.

As temáticas foram divididas em grupos de alunos com até seis componentes, estes realizaram apresentações em formato de exposição oral (seminários).

Ilustração 3 – Fotografia de apresentação dos alunos



Fonte: Arquivos do autor

Partindo dos trabalhos apresentados, os grupos de alunos fizeram a ampliação e a adaptação para o formato de exposição escolar. Após as apresentações dos seminários, foram feitos ensaios de karaoke com músicas em língua inglesa, assim como, orientações sobre as apresentações de dança e de forma geral, como seria todo o formato da II Mostra Cultural de Língua Inglesa, que além da exposição cultural, envolveu:

- a) Sala Karaoke;
- b) Batalha Tik Tok (coreografias de músicas em inglês);
- c) Apresentações de danças;
- d) Desfile de fantasias;
- e) Festa temática alusiva ao Halloween e outras atividades.

Destacou-se como um dos resultados a prática de cantar músicas em inglês usando Karaokê, que permitiu que vários alunos superassem o constrangimento e o medo de cantar em público, tornando esse momento festivo e de grande interação. Ramos (2008) destaca que um projeto de ensino médio integrado deve considerar o trabalho como princípio educativo, integrando

as dimensões do trabalho, ciência e cultura, tais dimensões devem ser a base formativa de uma educação voltada à formação humana.

Ilustração 4 – Fotografia do ensaio Karaokê



Ilustração 5 – Fotografia de apresentação de apresentação



Fonte: Arquivos do autor

Nesse contexto, percebi que o Karaokê além de proporcionar muita diversão é uma excelente atividade para melhorar a pronúncia, de acordo com Rendigo (2009) ao escutar uma música muitas vezes, essa experiência de sentimento permanece na cabeça, contribuindo para a memorização da letra e do ritmo, por isso acredita que a música e o karaokê trazem bons resultados para melhorar a pronúncia.

A II Mostra Cultural de Língua Inglesa teve uma programação de apresentação das turmas participantes de 22 a 25/10/2024 nos horários de intervalo das aulas, em que os alunos fizeram as apresentações de karaokê, coreografias e quiz musical. Por fim, essas apresentações fizeram parte da data de culminância que foi em 26/10/2024 de 17:00 às 22:00hs, aberta ao público em geral.

Considerações Finais

A II Mostra Cultural proporcionou trabalhar o ensino de língua inglesa através da música articulando a prática de exposição oral com ensaios envolvendo música, o destaque destes ensaios foi a prática do Karaokê, esse foi considerado o ponto forte do projeto. Durante os ensaios de Karaokê em sala de aula, percebi um primeiro momento de timidez por parte dos alunos e para encorajá-los pedi que os que fossem cantar estivessem acompanhados de alguns colegas para que se sentissem mais à vontade. Em todas as turmas,

houve alunos que se destacaram e foram convidados a se apresentar no dia da culminância, e para prepará-los conduzir vários ensaios enfatizando pronúncia, ritmo e entonação.

O sucesso da II Mostra Cultural de Língua Inglesa, despertou em mim o desejo de pesquisar a música como uma proposta didática nas aulas de língua inglesa da EPT, pois é necessário ir além do ensino das estruturas gramaticais não contextualizadas, a fim envolver os alunos e expô-los a diferentes gêneros presentes em seu cotidiano, trazendo essa realidade para a sala de aula. Neste sentido, o presente estudo mostrou por meio da música, que é possível abordar temas transversais, a interculturalidade, aprender sobre questões da vida cotidiana real e suas transformações. Por fim, esse projeto inspirador serviu de base para a construção do meu projeto de pesquisa no Mestrado ProfEPT, que está em processo de elaboração para futura execução por este mestrando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN** (Lei nº 9.394/96). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a reforma do ensino médio (Novo Ensino Médio), com alterações posteriores consolidadas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-normaatualizada-pl.htm>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica. Ensino Médio – Linguagens e suas Tecnologias – Língua Inglesa**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 13 jul. 2025

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

GONTOW, C; GONTOW, C. **Aprenda inglês cantando e aprenda a cantar em inglês**. 1. Ed. São Paulo: Disal Editora, 2013.

KRAMSCH, C. *Language and Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LEFFA, V. J. **Ensino de línguas: o papel do professor na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARQUES, W. **Aspectos Históricos do Ensino de Língua Inglesa no Brasil: uma análise discursiva do sujeito na publicidade audiovisual de cursos de Idioma**. Alfa: Revista de Linguística, v.65, São Paulo, 2021.

MUSSI, R. F. F; FLORES, F. F; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 13 jul. 2025.

OLIVEIRA, L. E. M. de. **A historiografia brasileira de literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. 189 f.1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

PAIVA, V. L. M. O. **A trajetória do ensino de inglês no Brasil**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, MG, v.5 nº 2, p.89-106, 2005.

PAIVA, E. L. **Desafios do ensino de inglês na rede pública brasileira**. São Paulo: Editorial, 2011.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, Belém, 8 e 9 maio, 2000.

RAJAGOPALAN, K. **Language teacher education and policy in Brazil**. In: *Language policy and teacher education*. New York: Routledge, 2005.

RENGIFO, A. R. **Improving pronunciation through the use of karaoke in an adult English class**. *Profile Issues in Teachers Professional Development*, Medellín, 11, 91-106, 2009.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 3

INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/ TECNOLÓGICA ATRAVÉS DO ESPORTE: relato de experiência na escola de ensino técnico do estado do Pará

Francelina Araújo Silva de Oliveira³

Introdução

A Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPa) de Tailândia é uma instituição pública de ensino médio tecnológico profissionalizante, que possui cursos nos eixos de informação e comunicação, ambiente e saúde e recursos naturais. São cerca de 1000 alunos incluindo os três turnos, sendo pertencentes a turmas do ensino médio integrado, cursos subsequentes e Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

A instituição desenvolve diversas atividades de ensino quais sejam tecnológicas, ensino tradicional, sociais, culturais e esportivas. Os projetos esportivos são muito bem aceitos e envolvem toda a comunidade escolar incluindo corpo docente e demais funcionários. Conforme o Projeto Político da Escola de 2025, essas ações buscam contemplar direitos de desenvolvimento pessoal, físico, social, integridade física, psicológica e moral por intermédio da participação ativa, diminuição da ociosidade, proporcionando momentos de lazer e favorecendo a atividade coletiva e diminuindo o risco social. Deste modo o esporte pode contribuir para uma formação omnilateral (Marx, 2013).

O jovem é um ser dinâmico, criativo, cheio de energia que precisa ser dissipada. Um adolescente ocioso, adoece física, emocional e psicologicamente com crises de depressão e ansiedade. Segundo dados do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II), (Tailândia, 2024), o número de casos de ansiedade e depressão juvenis no município aumentaram consideravelmente nos últimos

3 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Professora da Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPa). E-mail: francelynah@hotmail.com; Orcid:0009-0000-8886-7060

anos, principalmente em decorrência do aumento do uso de dispositivos eletrônicos, diminuição das atividades sociais e esportivas.

A EETEPA-Tailândia recebe todos os anos alunos concluintes do ensino fundamental de várias escolas tanto públicas quanto privadas. Eles ingressam numa instituição diferente, com novas dinâmicas sociais e expectativas acadêmicas divergentes e muitas vezes são hostilizados e discriminados pelos alunos veteranos. Por todas essas questões, somadas a alterações hormonais e aspectos inerentes da adolescência, o primeiro ano para muitos alunos pode ser difícil. Sendo o esporte um possível meio de desenvolver a cidadania, educar, socializar, integrar e ajudar a formar indivíduos com maior capacidade de diálogo e respeito às diferenças (Brasil, 2018). Por esse motivo, foi idealizado o “Projeto Torneio de Integração da EETEPA”, um projeto esportivo que pudesse realizar a interação entre os alunos de todos os cursos e anos de ensino, promovendo o diálogo, socialização, quebra paradigmas e a integração do corpo discente. O desenvolvimento de projetos escolares no âmbito do esporte, são fundamentais para envolver os jovens na rotina escolar, possibilitando seu desenvolvimento integral (Brasil, 2018).

Os alunos aprendem a ter responsabilidade, respeito com o outro, consigo e consciência através do esporte. Melhoram as relações com os colegas, professores e demais funcionários da escola. Em se tratando de educação profissional e tecnológica a Educação Física contribui para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, articulando o corpo, o movimento e o conhecimento com vistas à formação humana integral, como recomendado pela BNCC (Base Nacional Comum), (Brasil, 2018).

Durante a prática docente, surgem situações e questões que nos levam a reflexões e necessitam de ações de intervenção. Essas ações se configuram em experiências profissionais que podem ser relatadas e compartilhadas. Um relato de experiência profissional é uma descrição reflexiva e detalhada de uma vivência no ambiente de trabalho como um projeto, evento ou prática que permite descrever, analisar criticamente e refletir sobre aspectos positivos, negativos e os aprendizados adquiridos (Oliveira; Andrade, 2015).

Neste relato de experiência apresentarei um projeto com ênfase na integração dos estudantes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) através do esporte. Trata-se do “Torneio de Integração da EETEPA-Tailândia”, um projeto idealizado por mim juntamente com a direção da escola que envolveu a comunidade estudantil contribuindo para a integração e socialização de todo o corpo escolar através do esporte.

Dentro do contexto acima o objetivo deste trabalho foi realizar um relato de experiência acerca do projeto “Torneio de Integração” realizado na EETEPA-Tailândia com sua primeira edição no ano de 2018 e a replicação nos anos seguintes.

Procedimentos Metodológicos

Sobre a perspectiva metodológica o relato de experiência é uma forma de narrativa, de modo que o autor quando narra através da escrita está expressando um acontecimento vivido. Neste sentido, é um conhecimento que se transmite com aporte científico. (Grollmus; Tarrés, 2015).

Este trabalho consistiu num relato de experiência que descreve os principais aspectos que envolveram a elaboração, preparação e execução de um torneio esportivo com foco na integração dos estudantes do ensino médio integrado e Proeja desenvolvido na EETEP-Tailândia. Possui uma abordagem qualitativa, com perspectivas pautadas no materialismo histórico e dialético, pois contempla: a totalidade, já que o projeto não aborda apenas a prática do esporte, mas a formação integral do estudante envolvendo dimensões sociais, culturais, políticas e históricas; a historicidade, pois os jovens estão inseridos num contexto histórico específico onde houveram mudanças no decorrer das edições transformando-se ao longo do tempo; contradições, pois envolve as tensões entre veteranos e calouros, esporte de rendimento e educacional, alienação e emancipação, sendo que o projeto tenta superar tais contradições. Deste modo a prática esportiva teve um cunho de ação educativa crítica, não apenas mera reprodução das competições oriundas do capitalismo, como afirma Marx, “o homem é, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (Marx, 2013, p. 25)

Relato de Experiência e Discussão

O Projeto foi idealizado por mim, professora de Educação Física (EF) da instituição e realizado juntamente com a coordenação pedagógica e direção da escola; contou com a participação de 362 alunos e de 24 professores da escola. Por se tratar de um torneio, teve a duração de cerca de 14 horas (com início às 8h e finalização por volta das 22h) com poucas modalidades esportivas que foram previamente selecionadas através de interesse demonstrado pelos próprios alunos, sendo elas: futsal masculino e feminino; voleibol masculino, feminino e misto (50% masculino e 50% feminino); handebol masculino e feminino. As equipes poderiam participar de quantas modalidades desejassem. Nas modalidades por tempo houve uma adequação e redução do tempo oficial; na modalidade voleibol, houve redução da pontuação, adaptações necessárias para o cumprimento do período planejado para finalização do evento.

O “I Torneio de Integração” ocorreu no ano de 2018, na sexta-feira da terceira semana de aula, procurando atender os alunos dos três turnos. As inscrições foram gratuitas e as fichas disponibilizadas na secretaria da escola desde a primeira semana de aula sendo que as mesmas deveriam ser

preenchidas e devolvidas até dois dias antes do torneio. A ordem dos jogos e os confrontos foram definidos através de sorteio. O Projeto foi divulgado nas turmas e através de redes sociais. Juntamente ao projeto foi divulgado o regulamento do evento. Como critérios para a montagem das equipes estavam as cláusulas referentes à obrigatoriedade de ao menos 50% da equipe ser composta por alunos de turmas do primeiro ano ou segundo ano, nos casos de turmas que não houvesse quórum necessário.

Ilustração 1 – Cartaz de divulgação.



Fonte: Arquivo da autora

Ao todo se inscreveram 371 alunos com 362 participações ativas e nove ausências. Foram 115 participantes do sexo feminino e 247 do sexo masculino que se distribuíram em: quatro equipes de voleibol misto, três equipes de voleibol feminino, quatro equipes de voleibol masculino, duas equipes de handebol feminino, seis equipes de handebol masculino, cinco equipes de futsal feminino, 14 equipes de futsal masculino.

A premiação consistiu em medalhas de participação que simbolizaram a valorização da experiência vivida e não apenas o resultado final e ao término houve um lanche de socialização com todos os participantes.

Com a ideia de homem omnilateral, Marx e Engels confirmam a importância da educação, inclusive da EF, quando eles afirmam nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, 1868:

Por educação entendemos três coisas:

1. Educação intelectual.
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.

3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (Marx e Engels 2011).

A EF pode promover a alienação ou a libertação, tudo depende do modo como é conduzida e no ambiente escolar ela tem que favorecer libertação e a formação omnilateral (Marx, 2013). A EF, como um todo e no âmbito escolar, tem a função de promover a formação humana em relação a construção de uma identidade, para que este tenha a capacidade de participar de forma ativa em sociedade, refletindo sobre as contradições do meio social. Durante o processo de formação o aluno desenvolve uma autonomia adotando uma postura crítica e de consciência social e histórica, sendo capaz de mediar na formação de sua realidade (De Paula *et al.*, 2013).

Ao se pensar na proposta do Torneio, um dos primeiros pontos foi a necessidade de algo que promovesse a socialização e que integrasse os alunos, principalmente os do primeiro ano recém-chegados no novo ambiente escolar. Tendo em vista a paixão existente pelo esporte presente na maioria dos alunos, este foi o meio escolhido para propor tal aproximação entre os jovens buscando evitar o bullying, a discriminação e ao mesmo tempo promover a formação integral. De acordo com Balbino E Urt. (2018), o movimento humano não deve ser compreendido apenas como um ato psicológico, biológico, algo inerente ao homem, ou apenas no seu aspecto mecânico, deve começar a ser tratado como um ato histórico-cultural.

No primeiro momento houve rejeição geral, os alunos veteranos não queriam “se misturar” com os novatos e de forma contrária, os calouros tinham medo dos veteranos. Neste momento eu e os colegas professores fizemos uma força tarefa a fim de esclarecer os objetivos do projeto e a importância do mesmo para escola e próprios alunos. Conscientização sobre questões sociais, a prática do bullying e a necessidade de combatê-lo, saúde mental, mudanças de comportamento na adolescência, importância da cidadania e participação para o crescimento pessoal, fizeram parte dos assuntos temáticos. Todo o corpo docente abordava os temas transversais em suas aulas.

Aos poucos começamos a observar que os alunos veteranos de ambos os sexos mantinham mais contato com as turmas do primeiro ano, conversavam, convidavam, organizavam as equipes. Mesmo em outros momentos era comum vermos os alunos interagindo, não estando mais limitados às suas turmas de origem.

Como resultado das inscrições, tivemos as equipes: segurança da enfermagem (mistura das turmas de segurança do trabalho e enfermagem), as seguranças (equipe formada pelas turmas de segurança do primeiro, segundo

e terceiro ano), somos Agro (equipe formada pelas turmas de agroindústria e agropecuária) entre outras.

Segundo Tubino (1996), a prática esportiva é uma atividade que pode contribuir para a formação integral do ser humano, sendo que ela não somente se relaciona ao desenvolvimento físico do participante, mas também exerce repercussão em suas funções psicológicas (emocionais) e sociais (relacionais).

Na perspectiva marxista, o esporte pode ser visto tanto como instrumento de alienação quanto de formação integral do indivíduo, dependendo do contexto social e da forma como é utilizado. Marx via o trabalho como princípio educativo, e a união entre trabalho e educação seria um meio de criar um novo tipo de ser humano, capaz de construir sua própria história. Segundo Marx, a educação deveria integrar o desenvolvimento intelectual, físico e técnico, possibilitando uma formação omnilateral do indivíduo — ou seja, o desenvolvimento completo de todas as suas capacidades humanas, superando a divisão entre trabalho manual e intelectual (Marx, 2013).

Desta forma, conforme orientado por diversos autores, a Educação Física aplicada ao Ensino Médio Integrado e à EPT deve buscar a articulação com os demais conteúdos e disciplinas de cada curso, levando em consideração suas especificidades e contendo uma proposta pedagógica pautada na formação integral do estudante. O objetivo é possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o sucesso no mundo do trabalho e a formação omnilateral do sujeito (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012; Brasil, 2007; Castellani Filho, 1988). Os eventos escolares de forma geral ajudam a promover a inclusão social. A prática esportiva pode colaborar na construção de um mundo melhor. O reflexo positivo atinge não só o estudante em seu ambiente escolar, mas também o estudante enquanto cidadão, pois aumenta a motivação: converte os estudantes nos protagonistas da história e premia seu esforço com medalhas e principalmente momentos agradáveis de socialização.

Ilustração 2 – Fotografias de equipes



Fonte: Arquivo da autora

O presente relato de experiência, mostrou um processo de construção do evento, com abordagens que direcionaram as ações pedagógicas positivas ao encontro do processo de construção identitária, que favoreceu as relações interpessoais, a saúde mental, além das habilidades físicas.

O que é reforçado por Ramos (2010), quando defende um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Segundo Tavares Filho (2012) a disciplina Educação Física está atualmente voltada para a democratização da prática esportiva, criando assim conceitos de cidadania, cooperação e companheirismo.

Um sujeito omnilateral é aquele que rompe os limites impostos e cria novas formas de modificar a natureza (atuação), assim, alcançando outros tipos de atividades mais elevadas (Manacorda, 2007; Ribeiro *et al.*, 2016). Desta forma o torneio transcendeu o foco no “ser campeão” passando a importar realmente outras dimensões como integração, desenvolvimento pessoal e criação de memórias, como afirma Gramsci (1999), o homem não é resultado de um determinado tempo, mas sim uma síntese das relações vividas, bem como das histórias dessas relações, o sujeito é apenas um resumo do passado.

O “I Torneio de integração” em 2018, atingiu os objetivos propostos, após o evento observamos uma maior interação entre as turmas, mesmo fora do ambiente escolar os estudantes de cursos e anos distintos eram vistos conversando, socializando, marcando horários para jogarem juntos e participando de outros projetos da escola. A recusa inicial de interação foi uma barreira que conseguimos vencer e outros alunos se estimularam a participar dos demais eventos.

Ilustração 3 – Fotografias das equipes.



Fonte: Arquivo da autora

No ano seguinte, 2019, realizamos a II edição do Torneio, e o número de participantes foi tão grande que precisamos de dois dias para a realização

do projeto. Também incluímos a modalidade basquetebol e salto em distância por equipes. Em 2020, na III edição, o sucesso se repetiu. Entre os aspectos positivos, destacam-se os relatos de alunos que demonstraram maior interesse por outros projetos e pela própria instituição após participarem dos Jogos da Integração. Por outro lado, um ponto negativo observado foi que, para uma minoria dos estudantes, o espírito competitivo acabou se sobrepondo ao propósito de socialização.

O esporte que visa rendimento, amplamente difundido pela mídia, promove uma lógica centrada na performance e na vitória reforçando valores como a competitividade exacerbada e exclusão de quem não se enquadra nos padrões de rendimento. Assim o torneio de integração foi realizado em contrapartida a esta proposta, visando desenvolver competências como cooperação, respeito às diferenças, interação social, participação ativa, pontos importantes para formação cidadã, principalmente no contexto da EPT, como destaca Bracht (2003), a EF deve romper com a lógica do rendimento esportivo e promover uma abordagem crítica e inclusiva do esporte: “A escola deve trabalhar com o esporte não como espetáculo ou formação de atletas, mas como conteúdo da cultura corporal a ser compreendido, criticado e ressignificado.” (Bracht, 2003, p. 34).

Após o torneio de 2020 as atividades presenciais precisaram ser suspensas devido a pandemia do Covid-19. O retorno se deu em 2023, no entanto, a participação não foi tão ativa, muitos estudantes “pós-pandemia” chegaram na escola ávidos pelo esporte, mas outros tantos com quadros de ansiedade, depressão e dificuldade na socialização. Foi um ano de intenso trabalho para tentar reverter a situação. O torneio do ano de 2024 já ocorreu de forma diferente e com boa participação dos alunos. Em 2025 o evento não ocorreu devido à escassez de professores na instituição.

É importante destacar que a escola também promove outros eventos, como os Jogos Internos e a participa dos Jogos Estudantis Tailandeses. Contudo, essas atividades possuem um caráter mais competitivo, voltado para o treinamento e o rendimento esportivo dos estudantes. Para esse grupo de alunos, foi possível desenvolver um segundo trabalho, abordando a importância da competição, a capacidade de lidar com vitórias e derrotas, bem como a valorização de uma postura ética e respeitosa diante dos desafios e da convivência com o outro.

Considerações Finais

O projeto “Torneio de Integração” foi visto pelos estudantes como uma espécie de “boas vindas” para os novos admitidos na instituição. Teve sua

primeira edição em 2018, sendo uma experiência positiva onde tivemos os objetivos alcançados de forma plenamente satisfatória. A organização, engajamento dos envolvidos e a resposta positiva do público confirmaram o sucesso do evento. Como resultado, houveram mais duas edições exitosas, 2019 e 2020.

Para mim enquanto professora, representou mais que uma competição esportiva, um momento de integração da comunidade escolar, socialização, prática corporal, aceitação, vivências e memórias. Para todo o corpo docente, boas relações intra e interpessoais, comportamentos positivos e participação ativa que podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, essa vivência demonstrou que os espaços e eventos destinados ao esporte e lazer são de grande importância dentro das instituições de ensino profissional tecnológico, pois é nesses espaços que também ocorrem atividades de socialização e construção do ser humano em busca de sua integralidade. Dessa forma a EF age no desenvolvimento de habilidades motoras, sociais, afetivas, cognitivas que serão importantes na vida e no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BALBINO, S. I.; URT, S. D. C. Prática Pedagógica em Educação Física para a Educação Integral em Tempo Integral. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 4, p. 775-785, 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Referenciais para o Ensino Médio Integrado. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. In: BRACHT, Valter (org.). *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS II Tailândia. Dados internos institucionais. Pará, 2025

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento; DA SILVA, André Luis Façanha; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. Formação humana e Educação Física: proposições para além do conservadorismo. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 59-77, 2013. DOI: 10.14393/rep-v12n-22013-art05. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/22719>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro RJ: Civilização Brasileira, 1999. 496p.

GROLLMUS, Nicholas Schöngut; TARRÈS, Joan Pujol. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 16, n. 2, maio 2015.

MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna. Editora Alínea. Campinas, SP. 3ª edição, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas SP: Navegando, 2011. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf> >.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, M. A.; ANDRADE, M. T. A. Relato de experiência: aspectos conceituais e metodológicos. *Revista Ciência & Saúde*, v. 8, n. 1, p. 56–63, 2015

RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. Cap. 2 p. 42 a 58 In MOLL, J. et al. Educação

RIBEIRO, Ellen Cristina dos Santos; SOBRAL, Carine Martins; JATAÍ, Renata Pimentel. Omnilateralidade, Politecnia, Escola Unitária e Educação Tecnológica: uma análise marxista. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, 1., 2016, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22951>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TAVARES FILHO, Cesar Augusto: Exemplos de trabalhos interdisciplinares em aulas de Educação Física Escolar. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, Nº 165, Febrero de 2012. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd165/trabalhos-interdisciplinares-em-educacao-fisica-escolar.htm> >

TUBINO, Manuel José Gomes. O esporte educacional como uma dimensão social do fenômeno esportivo no Brasil. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL. Memórias: Conferência Brasileira de Esporte Educacional. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996. p. 9-16

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 4

AÇÃO EDUCATIVA PEDAGÓGICA EM SALA MAKER PARA CONTEÚDOS TEÓRICOS – PRÁTICOS DE ENFRENTAMENTO LOGÍSTICO PARA MORADORES RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA

Maradei Borges dos Santos⁴

Introdução

A base legal do curso técnico em logística no Brasil está fundamentada na constituição federal de 1988, em seus artigos 205 a 214 que atendem ao direito a educação, a valorização do trabalho e as diretrizes para política nacional de educação (Brasil, 1988), incluindo atenção a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Seguindo essa base, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 (Brasil, 1996), o Decreto nº 5.154/2004⁵ e as resoluções específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), definem a estrutura, a regulamentação e a organização da oferta de ensino dos cursos, de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio (Brasil, 2012).

De acordo com Dias (2013), em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que vem dispor sobre a Educação Profissional em um capítulo apartado da Educação Básica, superando assim enfoques de assistencialismo

4 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica em rede Nacional (PPG ProfEPT). Graduado em Geografia e Gestão Pública. Atua como Professor na EETEP/Deodoro de Mendonça e no CEEJA Luiz Otávio Pereira-Seduc/Pa. E-mail maradeiborgesdosantos69@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0007-8948-6359>

5 Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), aponta que hoje a educação profissional de nível médio no Brasil é regulamentada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da LDB. O referido decreto traz em seu corpo princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional na tentativa de vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional, pleiteando a integração da formação básica e profissional num mesmo currículo.

e de preconceito social, compreendidos nas primeiras ordenações legislativas de educação profissional do país.

Embora o escopo do decreto 5.154/2004 manifeste uma integração da formação geral e técnica, algumas barreiras se apresentam ao ensino das disciplinas técnicas, incluindo a falta de engajamento dos alunos, problemas de infraestrutura inadequada e a falta de recursos tecnológicos em salas de aulas, constituindo-se em fatores que limitam a efetivação do ensino em uma perspectiva integrada e omnilateral.

Segundo Gomes (2012), embora o ensino conceitual e teórico do curso técnico, como de Logística, prescindindo do uso de ferramentas tecnológicas de apoio à decisão, é de fundamental importância que o aluno tenha contato com tais ferramentas, a fim de familiarizar-se com o artefato tecnológico.

Uma vez dotado do conhecimento do potencial das novas tecnologias de informação, por exemplo, o aluno poderá tomar parte de problemas mais complexos, similares aos que encontrará no exercício de sua profissão.

A utilização de tecnologias é relevante, pois há possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes, desenvolvendo autonomia e protagonismo. No entanto, é importante a adequação dos professores a esse novo cenário estrutural que impacta a mudanças de perfil docente (Nunes, 2021).

Em disciplinas de áreas técnicas, ações pedagógicas eficazes envolvem o arranjo entre teoria e prática, utilizando-se de metodologias ativas⁶ que estimulem a participação dos alunos na construção de conhecimento. Com um exemplo significativo compreende-se o uso de estudos de casos na aplicação dos conhecimentos em situações do cotidiano com apoio de tecnologias digitais e multimídias.

Nesse sentido, este relato apresenta-se como uma experiência pedagógica desenvolvida em uma sala Maker, com estudantes do ensino técnico, tendo como objetivo principal integrar conteúdos teóricos e práticos para compreender e propor soluções aos desafios logísticos enfrentados por moradores ribeirinhos da Amazônia. Assim, o estudo buscou responder ao seguinte problema: como os estudantes podem, a partir da integração de saberes teóricos e práticos, propor alternativas viáveis para os desafios logísticos da Amazônia ribeirinha?

6 Segundo Vasconcelos e Queiroz Neto (2021), nas instituições de EPT, métodos inovadores de ensino possuem um grande potencial para serem usados, principalmente porque os participantes são estudantes os quais, além de precisarem aprender os conhecimentos básicos de componentes curriculares de disciplinas do Ensino Médio, também necessitam adquirir os fundamentos científicos das áreas técnicas e profissionais.

Partimos da compreensão de que a educação deve ser um instrumento de transformação da realidade. Como afirma Freire (1996), ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Inspirados nessa perspectiva, planejamos uma ação educativa que aproximasse o contexto local da aprendizagem ativa e colaborativa.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

Para a realização deste relato, adotou-se uma abordagem qualitativa inspirada nos sentidos prévios e acumulados pelos alunos, articulando diagnósticos, planejamento e reflexão crítica. A organização de cada etapa seguiu orientações de Severino (2007), que destaca a importância de registrar os procedimentos de forma clara e objetiva, garantindo a validade científica do relato.

De acordo com a sua finalidade, o relato de experiência constitui-se como um texto narrativo e reflexivo que descreve de forma organizada a vivência prática e pedagógica, com o objetivo de compartilhar aprendizagens, resultados e reflexões. Para realizá-lo, é importante situar o contexto em que a experiência ocorreu, apresentar de forma clara o problema abordado, os objetivos, os procedimentos metodológicos e as etapas desenvolvidas (Severino, 2007).

Além dessas orientações, recorreu-se aos princípios de Minayo (2014), que reforça o valor do relato de experiência como instrumento de análise na pesquisa qualitativa, possibilitando a interpretação contextualizada dos fenômenos estudados, buscando integrar teoria e prática de acordo com a realidade das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Assim, neste relato pedagógico, optou-se por uma modalidade participativa de experiências voltada para a produção do conhecimento e da transformação da realidade. Inicialmente, efetuou-se o estudo de três artigos científicos referentes ao tema, de forma a fundamentar teoricamente o projeto proposto e aprofundar a compreensão dos estudantes sobre o contexto. Em seguida, foi desenvolvida uma roda de conversa, atribuindo reconhecimento à escuta e ao diálogo dos alunos, para levantar percepções, dúvidas e sugestões, incentivando o protagonismo entre os pares (Idem, 2014).

A partir desse momento, organizou-se o planejamento das atividades práticas, que abrangeram uma oficina para elaboração e aplicação de um questionário on-line, utilizando da ferramenta Google Formulário, o que permitiu coletar dados de forma interativa.

Posteriormente a aplicação do questionário, os dados coletados foram representados visualmente em gráficos e reunidos em um encontro de análise, estimulou-se a leitura crítica das informações.

Para compor esta análise, foi realizada uma visita de observação a portos locais, possibilitando uma representação simbólica da realidade pesquisada. Por fim, os estudantes elaboraram banners que resumiram os principais resultados, e compartilharam os aprendizados em forma de exposição oral no decorrer de uma mostra cultural aberta a comunidade escolar.

Relato de Experiencia

Durante o primeiro semestre de 2025, no Curso Técnico em Logística – turno noite, na Escola Estadual de Educação Tecnológica do Pará (EETEP) Deodoro de Mendonça, em Belém, realizamos uma experiência exitosa na disciplina de Fundamentos da Administração, com atenção nas realidades logísticas da região amazônica.

Os alunos participantes totalizavam 29, sendo 20 mulheres e 9 homens. Por suas experiências no mercado de trabalho, vivenciados em ambientes flexíveis, teceirizados ou informais, trouxeram conhecimentos adquiridos que ilustraram a perspectiva teórica em discussão.

A proposta foi impulsionada na sala Maker pela necessidade de tornar prático temas como planejamento organizacional, funções administrativas, ambiente organizacional e sustentabilidade, tendo em vista os desafios da logística na região amazônica, como as longas distâncias e a dificuldade de acesso as comunidades.

A sala Maker⁷, também conhecida como espaço Maker, é um ambiente funcional que estimula a criatividade, a experimentação e o aprendizado prático, onde os alunos podem construir, criar e aprender fazendo. Trata-se de um espaço interativo focado no desenvolvimento de práticas manuais e no raciocínio ordenado. Dessa forma, a sala Maker tornou-se relevante, em razão da disponibilidade de acesso a um ambiente climatizado, equipado por notebooks, televisão, cobertura de Wi-Fi, internet, quadro branco, pincéis e dentre outros recursos.

7 Andrade et al. (2025) comentam que é importante destacarmos que a Cultura Maker surgiu na década de 1960 nos EUA. Ela é baseada no fato de que qualquer pessoa pode criar, modificar e consertar objetos com uso de diversas ferramentas. O desenvolvimento, miniaturização e redução de preços dessas ferramentas, tais como impressoras 3D, kits de robótica e computadores pessoais etc. possibilitaram que ela se difundisse em todo mundo. Mais recentemente, a Cultura Maker foi articulada à Educação, baseada na teoria do Construcionismo. Diversas políticas públicas vêm sendo implementadas para a difusão de Laboratórios Maker nas escolas, como o edital 35/2020 da RFEPC.

A atividade teve início com rodas de conversa para levantamento de saberes prévios, exibição de vídeos e análise de artigos que retratassem o cotidiano das comunidades ribeirinhas. Em seguida, organizou-se o planejamento (quadro 1) das ações na sala Maker, definindo o problema logístico a ser tratado, as funções de cada participante e as etapas de desenvolvimento do projeto.

Quadro 1 – Planejamento das ações

Semana	Atividades Desenvolvidas
Nº 1	Roda de conversa para levantamento de saberes prévios. Planejamento, destacando as estratégias, a metodologia e o cronograma para produção do conhecimento.
Nº 2	Levantamento de três artigos sobre o tema na base do google acadêmico.
Nº 3	Os artigos foram discutidos e apontaram alguns desafios para reflexão
Nº 4	Oficina sobre google formulários, elaborando, respondendo e configurando questões
Nº 5	Aplicado um questionário, com vinte questões de múltipla escolha, para um universo de cinquenta alunos do curso técnico em logística, resultando em vinte e cinco respostas
Nº 6	Reunião para discussão dos resultados dos questionários e dos gráficos
Nº 7	Realização de visitas de observação em alguns portos fluviais da capital, registrando algumas movimentações de cargas e de pessoas
Nº 8	Mostra cultural, apresentando os resultados da pesquisa através do uso de banners, de exposição oral e de objetos típicos que orientam a movimentação tradicional dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos povos originais, e dos caboclos da região

Fonte: autoria do autor

Os artigos foram debatidos em sala de aula e apontou-se alguns desafios a logística na região. Em seguida, os alunos participaram de uma oficina sobre a ferramenta formulários google, na qual desenvolveram habilidades de elaboração, resposta e configuração de questões de múltipla escolha.

De posse dos estudos realizados e da oficina desenvolvida, os alunos responderam ao questionário on-line, composto por vinte questões de múltipla escolha, sobre o tema territórios e ancestralidade na logística amazônica. A partir dos resultados dos questionários, os gráficos foram socializados em sala de aula para discussões e reflexões.

Os resultados apontados pelos questionários do Google Formulário(2025), nas formas de gráficos de setores (pizza) chamaram atenção para os seguintes indicativos: No gráfico 1, 80% dos pesquisados acreditavam que os saberes transmitidos por gerações podem influenciar praticas sustentáveis logisticas.

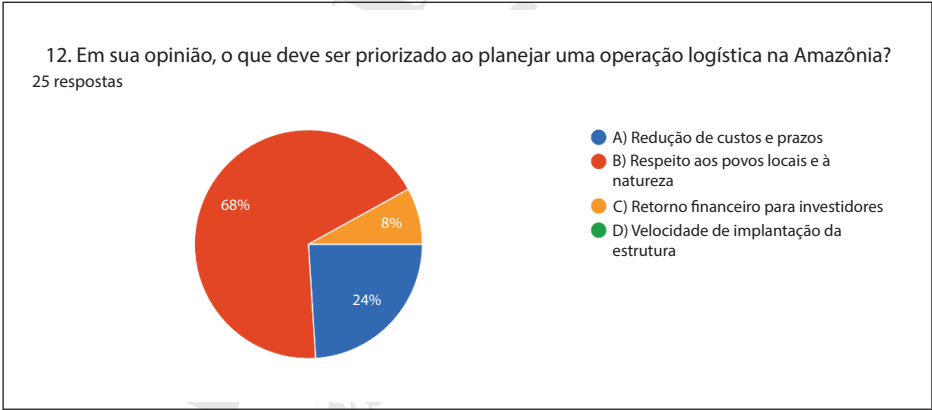
Gráfico 1 – A ancestralidade no contexto logístico



Fonte: Questionário Google Formulário, 2025⁸

No gráfico 2, 68% concordaram que o respeito aos povos tradicionais e a natureza devem ser anteposto e privilegiado ao planejamento logístico da região.

Gráfico 2 – A prioridade no planejamento logístico da região



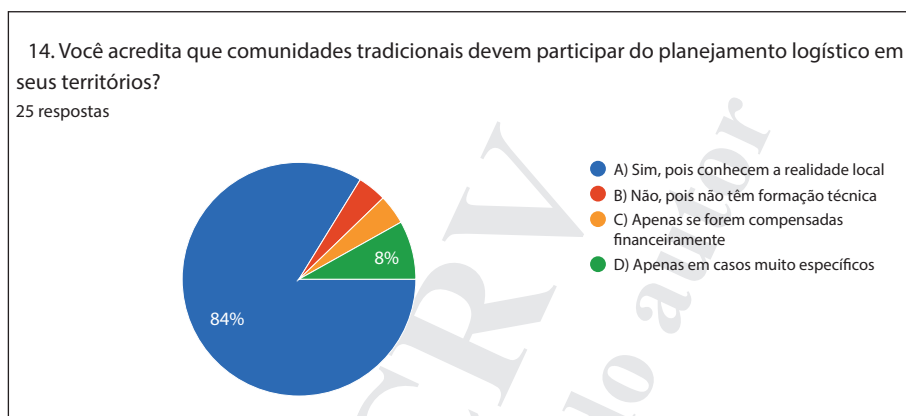
Fonte: Questionário Google Formulário, 2025⁹

No gráfico 3, 84% indicaram que as comunidades tradicionais devem participar efetivamente do planejamento logístico em seus domínios, em decorrência do conhecimento dos seus territórios.

8 Dados extraídos do questionário realizado no google formulário sobre territórios e ancestralidade na logística amazônica, em 23/052025. https://docs.google.com/forms/d/1sha1iXB4-5Hu5KHV1N0gHqKzVqZ3AANs-nPS_OgYFrZQ/edit <acesso em 10/06/2025>

9 Id. Ibid., p.17.

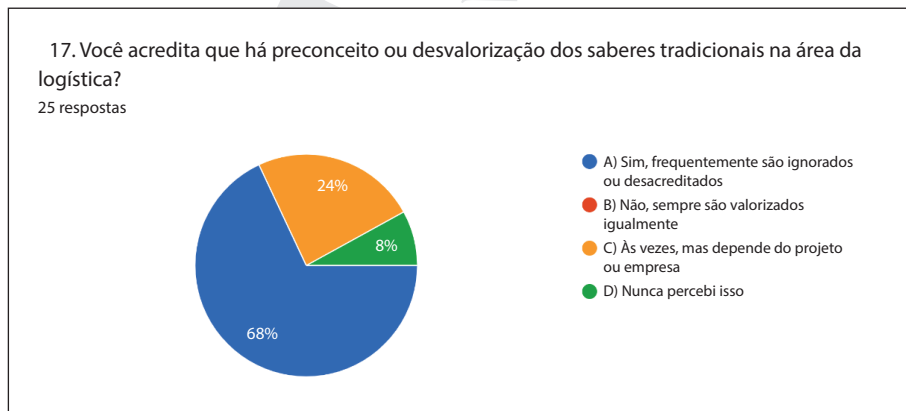
Gráfico 3 – A importância da participação das comunidades ribeirinhas a logística



Fonte: Questionário Google Formulário, 2025¹⁰

No gráfico 4, 68% observaram que há preconceito aos saberes tradicionais e que frequentemente são ignorados no planejamento e na operacionalização logística.

Gráfico 4 – A desvalorização dos saberes tradicionais ao planejamento logístico



Fonte: Questionário Google Formulário, 2025¹¹

Adiante, os alunos realizaram visitas de observação em portos fluviais as margens do rio Guamá e da baía de Guajará com sentido de identificar a movimentação dos ribeirinhos. Divididos em dois grupos, pesquisaram soluções viáveis para transportes de pessoas e insumos, armazenamento de alimentos perecíveis e distribuição de produtos em regiões de difícil acesso.

10 Ibid., p. 19.

11 Ibid., p. 22.

Figura 1 – Banners produzidos pelos grupos de alunos



Fonte: autoria dos alunos¹²

A articulação entre teoria e prática ocorreu por meio de momentos de reflexão coletiva, conectando conceitos ao contexto amazônico. O processo foi concluído com a socialização do estudo em forma de exposição oral, com uso de banner (figura 1), na mostra cultural (figura 2) da EETEPA Deodoro de Mendonça, ocorrida no final do primeiro semestre de 2025.

Para representação da realidade, foram utilizados como exemplos da subsistência da cultura dos ribeirinhos, um entreposto comunitário as margens de um rio, demonstrado simbolicamente sobre a superfície de três mesas, nas quais continham: embarcações em miriti, cestos de palha preenchidos por açaí, cupuaçu e mandioca, cuias com farinha, garrafas de tucupi, réplicas de peixe salgado, artesanatos em fibras naturais (chapéus e redes), em cerâmica (vasos), e em sementes (adornos), etc.

¹² Alunos participantes: Grupo 1: Alexandre da Costa Albuquerque, Ana Carolina Espíndola da Silva, Ana Zilda Soares das Neves, Carlos Martins da Silva, Felipe Campos dos Santos, Josinete Souza dos Santos, Marlúcia de Almada Barbosa, Matheus Ramos Ferreira, Monica Rodrigues da Silva, Robson Patrik Vale Ramos, Roseane Coelho de Oliveira, Rosirene Lisboa da Costa e Wanderson Oliveira da Costa; Grupo 2: Aline Fernanda Assis da Silva, Ana Julia Oliveira dos Santos, Cleide Daiane Araujo dos Santos, Cristina Monteiro Duarte, Danielli Beatriz da Silva Barbosa, Denise Thayssa Rodrigues Vieira, Geovane Martins dos Santos, Helena dos Santos Miranda, José Maria Varela Silva Filho, Keith Costa Cardozo, Lorrane Brito Lobo, Mary Patricia Pina Nascimento, Raquel Ribeiro Nascimento, Sandra Mara da Silva Devens, Thais Souza Paixão Santos e Tiago Pantoja dos Santos

Figura 2 – Imagens da Mostra cultural



Fonte: imagens do autor

Durante todas as etapas, discutiu-se a relação entre os conceitos de logística, sustentabilidade e geografia regional, reforçando o caráter interdisciplinar e contextualizado da aprendizagem. Inspirado na perspectiva de Paulo Freire (1996), que defende a educação como prática transformadora da realidade, o planejamento seguiu de forma colaborativa, estimulando o protagonismo dos alunos na investigação do problema e nas etapas do projeto.

Um aspecto de relevância no curso das atividades foi o reconhecimento da valorização dos saberes prévios dos alunos. Muitos já utilizaram dos portos pelo interior do estado, trabalharam em transportadoras, em supermercados locais, ou ainda participaram informalmente da distribuição de bens em portos domésticos. De certa forma, esse aspecto tornou-se significativo na construção do conhecimento para mostra cultural.

Dessa forma, a interação direta com o mundo do trabalho desses estudantes, se fez parte integrante ao processo de aprendizagem, o que consolidou a interação e o protagonismo entre os pares. Após o término da mostra cultural, os relatos dos alunos foram surpreendentes em afirmar que aquela experiência havia contribuído não apenas para a aprendizagem dos conteúdos, mas também para enxergarem, com outra lente, a logística, de forma mais estratégica e sensível a sustentabilidade da região.

Discussão

A experiência realizada na sala Maker conversa com outras vivências relatadas na literatura, que destacam o potencial das ferramentas digitais educativas para integrar teoria e prática em contextos regionais. Souza e Dias

(2024) destacam como a robótica educacional alternativa, construída com materiais de fácil acesso, encorajam o protagonismo estudantil e amplia as potencialidades da sala Maker, especialmente em regiões com infraestrutura limitada, como a amazônica.

Do mesmo modo, mencionam que o uso de tecnologias educacionais em comunidades ribeirinhas contribui para redefinir práticas pedagógicas, relacionando o currículo a realidade local. Além disso, Almeida e Costa (2021) evidenciam a importância de planejamentos pedagógicos resilientes, adequados às exigências das escolas ribeirinhas, para assegurar o prosseguimento do ensino mesmo em condições de isolamento fluvial. Ferreira e Lopes (2024), acentuam que ao agregar conhecimentos tradicionais amazônicos com pesquisas científicas, favorecem diálogos entre a cultura local e a educação formal.

Por fim, Matos e Ferreira (2019) enfatizam que valorizar o conhecimento comunitário fortifica a conexão entre escola e território, tornando as práticas educativas mais significativas. Assim, os resultados alcançados com apoio da sala Maker fundamentam essas pesquisas, demonstrando que a articulação entre metodologias ativas, tecnologias acessíveis e contextos socioculturais potencializa práticas pedagógicas transformadoras na EPT.

Os estudos supracitados que demonstraram o valor da sala maker como uma alternativa metodológica que agrega teoria e prática para o desenvolvimento profissional de estudantes, vem ao encontro e corrobora os objetivos, procedimentos e resultados apresentados no presente relato de experiência.

Pois, ao longo das atividades, ficou claro como o uso desse espaço possibilitou uma expansão de engajamento dos alunos e permitiu uma melhor compreensão dos conceitos administrativos. Ao construir cenários entre textos e contextos, os estudantes conseguiram perceber o papel relevante da administração como fundamento para a eficiência logística em regiões com particularidades amazônicas.

Considerações Finais

O uso da sala maker como ação educativa dentro de um planejamento pedagógico na disciplina de Fundamentos da Administração aplicado à Logística na Amazônia mostrou que a inclusão entre a teoria, a prática e o contexto regional podem fazer parte de um caminho eficaz, capaz de levar a resultados importantes para formar profissionais mais preparados e conscientes aos desafios amazônicos.

O ensino técnico em logística, quando conectado a ancestralidade, ao território e à materialidade dos alunos, pode transformar não apenas a prática docente, mas também o desenvolvimento integral dos alunos e da região.

Os resultados apontaram que práticas educativas que valorizam tecnologias acessíveis, cultura Maker e saberes tradicionais, potencializam a relação entre escola e comunidade, possibilitando a emancipação.

Além disso, fica evidente a importância de compartilhar relatos de experiência para motivar outras práticas pedagógicas contextualizadas. Assim, esta experiência acrescenta que a sala Maker, quando bem utilizada, pode ser um campo fértil para englobar inovação, sustentabilidade e educação, colaborando para o desenvolvimento de cidadãos críticos e comprometidos com suas realidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. P.; COSTA, S. M. Resiliência pedagógica em escolas ribeirinhas: experiências no Careiro da Várzea – Amazonas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/298/29866573052/>.

ANDRADE, F. C; ALMEIDA, R. C; AMORIM, F. C; MAUPRIVEZ, J; SILVEIRA, R. J. E. Utilização de tecnologias VR e AR para divulgação da Cultura Maker na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 25, p.1-16e16923, Abr. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em <https://doi.org/10.15628/rbept.2025.16923>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 set. 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

DIAS, R. F. N.C. **A evolução histórica e as bases legais da educação profissional no Brasil e seus reflexos na formação do aluno/trabalhador**. 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9FKGGM>

FERREIRA, L.C.; LOPES, E. T. Cenários educacionais na Amazônia Marajoara: possibilidades de diálogos entre a cultura Marajoara e a educação científica. **Revista Observatório de la economia Latino americana**. Curitiba, v. 2, n. 1. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/378285015>.

FREIRE, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M.(org.). **Ensino médio integrado: Concepções e contradições**. S. Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, G. et al. Dificuldades na aprendizagem da programação no ensino profissional–Perspetiva dos alunos. In: **Anais II Congresso Internacional TIC e Educação, Lisboa, Portugal, pág.** 2012. p. 438-448. Disponível em DOI:10.13140/2.1.3965.1841

MATOS, C. G. C. FERREIRA, M. B.R. Educação em comunidades amazônicas. **Revista de Educação**.PUC-Campinas, vol. 24, núm. 3, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5720/572065001003/>

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NUNES, E. B. et al. **A influência das práticas pedagógicas docentes na evasão discente no curso técnico**. 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2840>

SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico**.23 ed. São Paulo. Cortez,2007.

SOUZA, E. K. DIAS, K. L. Tecnologia acessível e sustentável na educação: experiências de robótica alternativa educacional. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, [S. l.], v. 1, pág. 195–212, 2024. DOI: 10.14571/brajets.v17.n1.195-212. Disponível em: <https://brajets.com/brajets/article/view/1269>.

VASCONCELOS, J. S. QUEIROZ NETO, J.P. Aplicação da metodologia aprendizagem baseada em projetos de maneira interdisciplinar na educação profissional e tecnológica. **EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2021. DOI: 10.25110/educere.v21i1.2021.7983. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/educere/article/view/7983>

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 5

OS DESCAMINHOS DA INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS NA EPT DIANTE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NÃO FLUENTES EM LIBRAS: experiência no curso de licenciatura em geografia

*Paulo César Lopes Teixeira*¹³

Introdução

Atuando como docente da disciplina de Educação para os Direitos Humanos no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Bragança, notei através da observação enquanto docente que no processo de ensino-aprendizagem dois discentes surdos, um homem e uma mulher, estavam em alguma medida, prejudicados e com muitos obstáculos no processo educativo, apesar da participação da intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em sala de aula.

Durante o processo de convivência com os diferentes sujeitos, percebi as ações e movimentos da instituição com a finalidade de promover um ambiente propício à inclusão. Entre eles, uma proposta de iniciativa do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), cujo a função é possibilitar um ambiente educacional inclusivo nos Institutos Federais que, antes de tudo, parte do princípio de educação inclusiva e que busca atender todas as necessidades fundamentais dos discentes, sobretudo, com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 1996).

Neste caso, buscar uma prática pedagógica inclusiva para os discentes surdos, sobretudo, com a finalidade de promover o conhecimento literário e científico, e também ao direito de participação na escola pública, engajada

13 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede Nacional. Professor Substituto no Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus/Bragança. E-mail: paulo.teixeira@ifpa.edu.br; Orcid: 0009-0001-5467-5156

na construção de atributos didáticos-pedagógicos com recursos visuais para atender melhor às necessidades dos sujeitos com suas especificidades dentro do espaço escolar, na perspectiva do atendimento no campo da diferença, diversidade e pluralidade de atuar no mundo (Skliar, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um parâmetro para promover e atender as necessidades linguísticas e culturais dos surdos, antes de tudo, quando foi promovida a alteração pela Lei nº 10.436/2002, que incentiva mudanças nas práticas pedagógicas para essa população dentro da escola. Desse modo, com a finalidade de ratificar a Libras como meio legítimo de comunicação, aos poucos, as práticas educacionais de caráter bilíngues também foram para dentro do espaço escolar através da orientação da LDB sobre a comunidade surda (Brasil, 1996).

Vale ressaltar, que é dever do Estado, sobretudo, garantir o direito à educação bilíngue aos sujeitos surdos, ou seja, priorizando as especificidades históricas, culturais e linguísticas. Em seu artigo “Notas sobre inclusão, escola e diferença”, Mantoan e Lima (2017) destacam a necessidade de consolidar os direitos adquiridos, os processos burocráticos dos espaços legais são complexos e contraditórios ao ponto de existirem tensões nas próprias relações institucionais e as sociais, ou seja, é uma ocorrência que não segue uma linha contínua e linear, mas, sim, durante um longo e árduo processo de conflitos.

Para Figliuzzi et al. (2016), os surdos apresentam uma linguagem específica da sua forma de agir no mundo, que é importante reconhecer como elemento particular desses sujeitos. Dessa forma, não sendo ouvintes, a Libras é a principal ferramenta de comunicação e contribui de forma positiva para a leitura de mundo. Logo, é necessário ter sujeitos especializados para construir essa mediação no desenvolvimento das atividades do espaço escolar. O intérprete de Libras tem um papel fundamental, inclusive, foi criada a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, com a finalidade de habilitar o intérprete como profissional para prestar assistência nas mais diversas situações e contextos a fim de viabilizar a socialização da Língua Portuguesa para a Libras.

Assim, torna o conhecimento uma apropriação de todos, onde através da mediação é possível construir uma relação que traz benefícios para os discentes surdos. “A importância dessa fundamentação faz da relação professor-intérprete-aluno surdo uma relação de cumplicidade e confiança, havendo, assim, uma necessidade de estabelecimento de determinadas prerrogativas para a inclusão deste aluno” (Figliuzzi *et. al.* 2016). Cabe destacar, que o processo de ensino-aprendizagem dos surdos, isto é, as fronteiras e desafios das limitações evidentes na mediação da intérprete de Libras e as dificuldades percebidas através dessa mediação, pensar novas práticas pedagógicas de caráter educativo voltadas para a inclusão (Lacerda e Goés, 2002).

Neste contexto, o presente estudo teve como finalidade exprimir as barreiras enfrentadas por dois discentes surdos no percurso da disciplina Educação para os Direitos Humanos no IFPA campus Bragança-PA.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo e participantes

O presente estudo parte da proposta do relato de experiência, com caráter descritivo e abordagem qualitativa, a partir das vivências em sala de aula de dois discentes surdos: um homem e uma mulher do curso de Licenciatura em Geografia do IFPA, Campus/Bragança. Desse modo, Gil (2019) destaca que a produção do relato de experiência pode ser identificada através de elementos como a construção oral ou escrita de atividades desenvolvidas pelas experiências humanas, antes de tudo, podem ser realizadas no presente momento ou no passado, inclusive, até contribuir como instrumento para gerar conhecimento científico.

Além disso, o relato de experiência é uma ferramenta de pesquisa com finalidade de descrever movimentos e ações em deliberado contexto de experiências humanas, expondo através de reflexões essas vivências, os resultados obtidos, componentes que podem contribuir para a área de ação e atuação do profissional, (Prodanov e Freitas, 2013). Vale ressaltar, que esse tipo de trabalho é uma metodologia de caráter narrativo, ou seja, o autor durante a produção escrita acaba socializando um fenômeno vivenciado. Logo, o relato de experiência é uma espécie de conhecimento que pode ser compartilhado como contribuição científica, de acordo com Grollmus e Tarrés (2015).

Para Gil (2019), as investigações de caráter descritivo têm a finalidade de compartilhar particularidades de uma deliberada população, fenômeno ou experiência, mas também expor detalhadamente cada característica. Antes de tudo, vale ressaltar, que a metodologia qualitativa apresenta contribuições importantes para a análise dos dados, a proposta interpretativa desses elementos é uma característica da abordagem. Aliás, a diversidade de informações produzidas por tal pesquisa faz do pesquisador um sujeito que precisa ter competências nas técnicas e entendimento de analisar os variados sentidos, direções e perspectivas que são geradas de forma dinâmica e plural. Dessa forma, interpretar não é entendido como algo inato, mas, sim, fruto do desenvolvimento da interpretação com sustentação na criatividade e também na intuição, com base nos aspectos teóricos e práticos da própria investigação (Martins, 2004).

Relato de Experiência e Discussão

O relato de experiência parte dos obstáculos e desafios que encontrei ao aplicar os fundamentos e conceitos da educação inclusiva em sala de aula para dois discentes surdos, um homem e uma mulher. A disciplina de Educação para os Direitos Humanos faz parte da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Geografia do IFPA, Campus Bragança. Desse modo, tocando em diversos pontos relevantes como educação emancipatória e os fundamentos históricos dos direitos humanos, por exemplo, os discentes surdos acompanhavam as aulas, fluentes em LIBRAS, com a mediadora/intérpretes sempre nas aulas, inclusive, são os primeiros discentes surdos no curso de Licenciatura em Geografia da instituição.

Embora, os elementos e componentes sejam bons para uma mediação linguística efetiva. Ainda, percebi que durante as aulas, os discentes apresentavam desconfortos e instabilidades, ou seja, existiam interferências significativas na apropriação dos conteúdos assimilados pelos jovens. Além disso, a falta de participação nos debates, discussões e diálogos foram determinantes para o diagnóstico, mas também por ser uma disciplina que tratava de problemáticas históricas, políticas, culturais e exigia um entendimento abstrato amplo. Neste contexto, as barreiras socioculturais e linguísticas somaram para mostrar como a mediação da intérprete na tradução não bastava.

Vale ressaltar, o argumento de Strobel (2008), que a Libras tem elementos singulares que pela própria natureza da estrutura gramatical, ainda existem diferenças significativas perante à Língua Portuguesa, ou seja, quando imaginamos que a tradução simultânea seja uma mediação ideal e livre de falhas nesse processo, é preciso questionar os impasses de valorizar, excessivamente, a forma e deixar ocorrer o esvaziamento do significado.

Aqui é preciso pontuar a necessidade da diferenciação entre a linguagem da história geral e a linguagem do colonizado. Se nos ativermos verdadeiramente à linguagem do colonizador e à do colonizado, conseguiremos diferenciar. A performance contém ambivalências; daí a formalidade e a riqueza de tais pressupostos. Se o colonizador está à espreita de todas as ocasiões para submeter o colonizado, o colonizado está em busca das ocasiões para construir sua trajetória de sujeito. Neste momento, ele pode estabelecer redes de poder que lhe deem a autonomia de construir sua história na diferença (Perlin e Strobel, 2014, p. 22).

Nessa perspectiva, surge a necessidade de entender que a questão linguística é fulcral para perceber que o desenvolvimento dos discentes no processo de ensino-aprendizagem não fluía com qualidade, logo o papel democrático do ensino, de fato, não está sendo efetivado. Apesar do esforço da mediadora

para mudar tal realidade, a abstração era um bloqueio evidente, pois conceitos de “colonialidade do poder” e “discriminação estrutural”, geralmente, dificulta uma tradução fidedigna em Libras dos conteúdos da disciplina pela intérprete, isto é, sem comunicação inteligível não tem como promover uma educação de qualidade.

Para Gesser (2009), compartilhar conteúdo acadêmico é complexo e exige bastante atenção, os sinais em Libras, em geral, não conseguem agasalhar o conceito na sua integridade e as paráfrases ficam “inchadas” de componentes que distorcem o processo de ensino-aprendizagem dos discentes surdos. À medida que o desenvolvimento das aulas caminhava no seu ritmo, entendi que por não saber de forma fluente a Libras, a construção de uma relação mais sólida e concreta com os discentes surdos ficava cada vez mais pobre, segmentada, fracionada e embrutecedora. Aliás, o fato da comunicação ser sempre mediada pela intérprete, na minha percepção, deixa a relação mais distante e a insegurança de não dominar o modo linguístico de comunicação dos surdos prejudicou, inicialmente, o “espírito” da disciplina.

Durante minha experiência profissional, pela primeira vez, dentro da sala de aula, tinha dois discentes com deficiência. Antes, minhas aulas eram com textos longos e pesados, nos slides sempre busquei trazer bastante informação, sobretudo, predominantemente verbais, com certeza, tais práticas pedagógicas não são interessantes para promover aos discentes surdos o conhecimento científico, cultural e tecnológico. Já que os discentes surdos aprendem com mais concretude através do aspecto visual, percebi que precisava reaver meus conceitos, práticas e atitudes no processo de ensino-aprendizagem.

Antes de tudo, ministrei uma disciplina chamada Educação para os Direitos Humanos. Fazia muito sentido para os discentes surdos tal conteúdo, pois existe a necessidade que seus direitos sejam garantidos, claros, atendidos e respeitados. Foram promovidos debates e discussões em várias aulas sobre seus direitos e deveres. As histórias de vida contribuíram bastante para as aulas, os elementos e componentes que foram primordiais, para afirmar que as minorias podem buscar e defender seus direitos e confrontar a realidade para obter mais espaço em outras esferas da vida.

Em geral, no Brasil, a educação promovida para as pessoas com deficiência na sua formação e organização, desde quando começou, teve uma relação de falta de acesso aos sujeitos ditos “anormais” na escola pública. Historicamente, havia uma exclusão evidente com uma parcela da população que não tinha oportunidade de frequentar os mesmos espaços do grupo majoritário, conforme Kassir (2011). Neste contexto, a educação ainda chamada “especial” foi caminhando rumo ao confronto da realidade tradicional, ou seja, construindo uma forma de ser independente e livre, criando práticas pedagógicas fora dos parâmetros das ações da educação convencional.

Logo, ficou nítido que a dualidade era algo inevitável, onde os espaços educacionais foram construídos para atender diferentes públicos separados, aos poucos, empurram os educandos com deficiência para caminhar para fora do ensino tradicional regular. Ainda citando Kassir (2011), a construção da educação especial no território brasileiro, no passado, foi projetada para não permitir o acesso ao ensino de modo amplo e democrático. Dessa forma, tal atitude foi responsável por desqualificar a educação de modo geral e contribuiu para o sistema nacional de ensino, não conseguir ampliar sua finalidade de atender a todos de modo igualitário. Sendo assim, os reflexos são evidenciados na atualidade, em especial, no IFPA campus/Bragança.

Vale ressaltar, a afirmação de Sousa e Nascimento (2018), sobre a educação de qualidade para ser inclusiva precisa de fundamentos e estruturas para superar os desafios e obstáculos que os sistemas de ensino fornecem. Aliás, refletir sobre a prática pedagógica é um viés importante, inclusive, adaptar as práticas e a rotina escolar para promover o discente ao conhecimento. Apesar da escola ser um espaço de acesso para todos os sujeitos, ainda não é democrática, já que mesmo com o acesso garantido, ainda falta a garantia de aprender e permanecer na instituição de ensino. Neste caso, os discentes surdos ainda estão em um momento de adaptação. Eles são os primeiros surdos que tiveram acesso ao Ensino Superior no Campus/Bragança. E neste contexto, o IFPA ainda carece de estrutura pedagógica e estrutural para proporcionar o melhor desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e cultural para esses jovens.

Nessa perspectiva, a demora na adequação das instituições de ensino em relação as pessoas surdas vão de encontro ao que determina o Art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (PcD): “é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Para Silva et al. (2020), existe uma problemática que concerne na observação da real dimensão das políticas públicas, ou seja, que proporcionem aos sujeitos a oportunidade de frequentar uma educação de qualidade, mas também surgem os impasses e barreiras para tal efetivação, as desigualdades sociais fruto das relações de base material e simbólica, democratizar as oportunidades de acesso e permanência ao sistema escolar, maior valorização dos docentes da educação e construir uma gestão, realmente democrática.

Apesar dessas transformações e medidas, ainda não pode deixar de ser mencionado o financiamento da educação que precisa de ação conjunta dos entes federativos e outras instâncias.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014 e 2024, constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. A agenda contemporânea de políticas públicas educacionais encontra no PNE uma referência para a construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que o caracteriza como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos e impõe ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade. (Brasil, 2015, p. 11).

Mais investimentos no sistema brasileiro de educação, ajudaria na construção de medidas e ações para promover uma educação de qualidade, inclusive, para proporcionar movimentos para a criação de políticas educacionais como, exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEE), constituída pelo Decreto nº 10.502/2020. Tal iniciativa, de fato, abre espaço para as PcD ocuparem as escolas de ensino regular e como garantia de direitos para sujeitos que apresentam quaisquer tipos de deficiências, tanto transtornos globais do desenvolvimento, quanto altas habilidades/superdotação. Dessa forma, proporcionar um ambiente que supere os complexos obstáculos que existem nas instituições como espaços arquitetônicos e pedagógicos, servem como um alerta para transformar a escola em um espaço mais inclusivo, ou seja, desconstruir os elementos que constituem práticas de exclusão, segmentação e marginalização desses sujeitos.

Considerações Finais

Relatar as experiências sobre os fenômenos e impasses que ocorreram no curso de Licenciatura de Geografia, ainda surge como um desafio real e verídico para práticas pedagógicas a fim de superar as barreiras que impedem os discentes PcD surdos de cursar um Ensino Superior de qualidade. Não posso deixar de notar que ainda falta uma formação básica de qualidade para esses jovens, afinal, os saberes, experiências e conhecimentos que foram subtraídos, de fato, pode trazer danos e marcas que empobrecem sua trajetória escolar.

Percebo que podemos aprender com os discentes surdos, apesar da ideia de que aprendemos apenas com quem domina o conhecimento literário e científico. Nós, humanos, sempre temos algo a dizer, fazer, compartilhar com nossas experiências e saberes de vida. Nesse contexto, as práticas pedagógicas, a partir dessas experiências exigem mudanças metodológicas, de ensino, de recursos para viabilizar os conteúdos para os discentes surdos, antes de tudo, para superar as instabilidades da prática docente e otimizar o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, afirmar que apenas a presença da intérprete já possibilita uma educação inclusiva, não parece ser verdade e tampouco chega próximo

de equacionar a complexidade do fenômeno. De outra forma, podemos ficar mais motivados, pois é uma iniciativa que está no seu desenvolvimento incipiente, afinal de contas, articular um trabalho pedagógico que envolva o professor e o intérprete é fundamental para torna a viabilidade do conhecimento aos discentes surdos, a finalidade do ensino precisa ser a apropriação desses sujeitos dos conteúdos socializados no espaço escolar e o trabalho conjunto desses profissionais é realidade nas instituições de ensino pública e o avanço está seguindo rumo ao ensino público de qualidade e democrático.

Inclusive, a Educação para os Direitos Humanos, por exemplo, faz parte desse processo de lutas, impasses, conflitos, conquistas que, aos poucos, foram pessoas que antes eram marginalizadas, agora, tem seus direitos e deveres como cidadão de uma sociedade democrática. Porém, a busca para efetivar uma educação inclusiva, não deve ficar na zona de conforto, mas, sim, desenvolver ações no planejamento para ser mais inclusivo e buscar medidas e intervenções para produzir mudanças na prática pedagógica.

Aliás, os docentes também devem, especialmente, criar um movimento para dominar a Libras, ou seja, uma formação continuada que possibilite uma maior aproximação com as PcD surdos e entender que os professores também podem aprender com eles. Portanto, este relato proporcionou perceber que para concretizar a inclusão no IFPA Campus Bragança, sobretudo, é preciso de um trabalho articulado e colaborativo, a atividade pedagógica deve ser fator primordial para superação das barreiras educacionais do espaço escolar e reconhecer que os discentes PcD surdos têm seu direito garantido de frequentarem uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em 8 de Jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em 20 de jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm acesso: 01/07/2025.

FIGLIUZZI, R. C; SANTOS, R. W; GUIMARÃES, K. C. Inclusão do Aluno Surdo na Educação Profissional: a importância da interação entre o intérprete de libras e os demais atuantes no processo de ensino do Curso Técnico da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim-ES. **Estação Científica - Juiz de Fora**, nº 15, janeiro – junho / 2016. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2252> acesso: 08/07/2025.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. ISSN 2447-1801. Disponível em: [gesser, a. libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. são paulo: parábola editorial, 2009. | revista brasileira de linguística aplicada](https://gesser.a.libras?que%20l%C3%BAgua%20%C3%A9%20essa?:cren%C3%A7as%20e%20preconceitos%20em%20torno%20da%20l%C3%BAgua%20de%20sinais%20e%20da%20realidade%20surda.%20s%C3%A3o%20paulo%3Apar%C3%A1bola%20editorial,%202009.%20|%20revista%20brasileira%20de%20lingu%C3%ADstica%20aplicada) acesso: 08/07/2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GROLLMUS, N. S; TARRÉS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, mayo 2015. Disponível em: relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación acesso: 09/07/2025.

KASSAR, M. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: SciELO Brasil - Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional acesso: 10/07/2025.

LACERDA, C. B. F; GÓES, M. C. R. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. (Org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. P. 120-128.

MANTOAN, T. E; LIMA, T. S. N. Notas sobre inclusão, escola e diferença. **ETD - Educação Temática Digital Campinas**, SP v.19 n.4 p. 824-832 out./dez.2017. Disponível em: 1676-2592-etd-19-04-00824.pdf acesso: 11/07/2025.

MARTINS, H. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004. Disponível em: Metodologia qualitativa de pesquisa | Educação e Pesquisa acesso: 12/07/2025.

PERLIN, G; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial nº 2/2014, p. 17-31. Disponível em: scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/?format=pdf acesso: 13/07/2025.

PRODANOV, M. E; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sula: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, J. L. e et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018. Disponível

em: a inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem acesso: 14/07/2025.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

EIXO 2: Ações de Assistência Social Solidária

Este eixo temático abordará três capítulos que trazem contribuições de ações de assistência social solidária dentro dos muros do IFPA. Vale lembrar, que em nossa atual sociedade, legalmente, todos são iguais e têm igual acesso aos direitos fundamentais, como a educação. Assim preconiza a Constituição Federal de 1988 que constituiu a educação como direito formal (art. 6º). Porém, na prática, as condições socioeconômicas e materiais, altamente distintas da população, distanciam e até mesmo dificultam a efetivação daquilo que está nas legislações, tanto da base constitucional quanto da base educacional brasileira.

Em um cenário em que a educação é cada vez mais visada pelas grandes corporações privadas, a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, por vezes, constitui como porta principal para muitos adolescentes, jovens e adultos dentro de um contexto real proporcionado pela exclusão social, porque age no enfrentamento frontal dessas desigualdades sociais ora enfrentadas por alunos que carregam fardos invisíveis aos olhos da maioria. Nesse sentido, Ciavatta (*Apud* Rocha, 2024) ressalta a importância da educação profissional e tecnológica como um instrumento de emancipação e de combate à desigualdade social, que acessa o caminho da inclusão e da promoção da cidadania de forma mais rápida.

Nesta perspectiva, o eixo temático que compõe os próximos capítulos desta obra apresentados em três relatos de experiência, evidenciam a lacuna que existe entre o ordenamento jurídico, os corredores e as vivências que ocorrem dentro da escola. Pois, embora o acesso seja visto como algo valioso, isso por si não basta para a permanência e êxito desses alunos, acendendo um alerta para as políticas educacionais.

No contexto escolar, os servidores e servidoras deparam-se com situações que lhes demandam mais do que capacidades técnicas, incluindo a capacidade de análise humana, onde a empatia entra nesse somatório. Essa sensibilidade humana, foi determinante na vida dos alunos citados nos relatos de experiência de Ana C. M. Silveira e Benedita J. P. P. Coelho, os quais, as ações conjuntas puderam proporcionar aos estudantes justiça social e a superação de distintas privações.

O terceiro relato trazido por Maria do C. G. Puga, com o mesmo enfoque solidário tem proporcionado às famílias do entorno do Campus Breves momentos de acolhimento, lazer e partilha, reafirmando o papel social da instituição, capaz de gerar um impacto positivo naquela comunidade.

Os três relatos ressaltam que para além do acesso, a permanência e êxito continuam como entraves nas instituições educacionais, necessitando de

uma avaliação ou reformulação das políticas existentes, das quais necessitam enfatizar a equidade escolar, para oportunizar melhores condições materiais de permanência e êxito com aumento das possibilidades de integração entre escola e comunidade.

Refletir sobre essas experiências, deixa evidente que os Institutos Federais têm uma função social, que vai além de oferecer uma formação técnica, pois favorece espaços de acolhimento e justiça social, com vistas a democratizar a educação e o espaço escolar.

Ana Carla Marinho Silveira

Graduação Pedagoga pela Universidade Federal do Pará.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Pará, Campus Marabá Industrial. Mestranda pelo Programa
de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação
Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional.

REFERÊNCIAS.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 17/06/2025.

ROCHA, A. **Permanência e êxito: análise do modelo intervenção para envolvimento e acolhimento dos estudantes do primeiro ano crítico no IFFLUMINENSE campus São João da Barra**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em <https://portal1.iff.edu.br/o-ifflluminense/pesquisa/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-educacao-profissional-e-tecnologica/dissertacoes-1/permanencia-e-exito-analise-do-modelo-intervencao-para-envolvimento-e-acolhimento-dos-estudantes-do-primeiro-ano-critico-no-ifflluminense-campus-sao-joao-da-barra>, acesso em 01/02/2025.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 6

ENTRE VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS: o cotidiano da assistência estudantil no Instituto Federal do Pará, Campus Marabá Industrial

Ana Carla Marinho Silveira¹⁴

Introdução

A assistência estudantil é compreendida sob a ótica da educação como um direito fundamental e como expressão do compromisso com a formação integral dos sujeitos. Trata-se de uma política pública composta por um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades socioeconômicas e à promoção da justiça social ao longo da trajetória educacional dos estudantes (Souza, 2011).

No Instituto Federal do Pará (IFPA), essa política se materializa principalmente por meio de ações articuladas que visam minimizar desigualdades socioeconômicas, promover o bem-estar biopsicossocial e fortalecer a inclusão e o respeito à diversidade. Aqui cabe uma breve observação sobre a saúde mental dos estudantes, especialmente os alunos do ensino médio integrado, que por vezes, percebem o ambiente escolar como motivador para angústia, estresse e ansiedade (Tsunematsu, Pantoni, Versuti, 2021.). Acrescento a observação dos autores que, na prática, somam-se os conflitos familiares a essa situação, corroborando para uma saúde mental comprometida dos estudantes.

Nesta direção, Andrade e Silva (2024) fizeram um levantamento bibliográfico acerca da saúde mental no ensino médio integrado. Os autores trouxeram o estudo de Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), que mostrou como a exaustiva rotina de estudo, da ansiedade em relação ao desempenho, redução das horas de sono e o tempo dedicado ao convívio social afetam negativamente a saúde mental dos estudantes.

Ainda sobre o estudo de Andrade e Silva (2024), que trazem também o estudo feito por Caponi e Daré (2020), que analisaram a saúde mental no

14 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Graduação Pedagoga pela Universidade Federal do Pará Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Marabá Industrial E-mail: ana.carla@ifpa.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8104-1992>

âmbito escolar sob o viés do liberalismo, onde os alunos são incentivados a obter as maiores notas visando alta competitividade, e aqueles que não correspondem ao que é esperado, são rotulados como fracassados a partir do desempenho escolar, sem considerar as outras variáveis existentes, como as desigualdades socioeconômicas e culturais.

O assunto em voga veio ganhando destaque principalmente no pós pandemia COVID 2019. Desta feita, a atualização da resolução que regulamenta as ações de assistência estudantil (Resolução 1416/2025) no âmbito do IFPA, trouxe o Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (art.57), institucionalizando ações pedagógicas voltadas para a saúde mental dos alunos, como ações de acolhimento, campanhas semestrais e acompanhamento das atividades acadêmicas, visando promover a cultura do cuidado em saúde mental. Nesse sentido, no Campus Marabá Industrial, antes mesmo da inclusão deste tópico na resolução, a coordenação de assuntos estudantis já implementava ações psicopedagógicas com o intuito de promover a cultura e a sensibilização em relação a saúde mental dos estudantes.

Desta feita, em 2022, executamos enquanto grupo, o projeto Cuca Pai d'égua, da qual um dos objetivos foi sensibilizar adolescentes quanto ao cuidado da saúde mental. As ações realizadas nesse projeto foram: rodas de conversa, oficinas, palestras, organização de eventos com o envolvimento da comunidade acadêmica etc. Ao fim do projeto, as ações psicopedagógicas continuaram a ser realizadas, acrescidas de: atendimento individualizado do estudante, assim como, com os pais ou responsáveis com fins de explicar orientações, reuniões com coordenadores e momentos de formação com servidores.

Esse projeto, seguida das ações psicopedagógicas continuadas obtiveram resultados positivos quanto à sensibilização da comunidade acadêmica sobre o tema, pois foi possível identificar alunos passando por esta situação, sendo direcionado com ações específicas.

Este relato de experiência teve como objetivo relatar o resultado de ações estratégias integrativas e refletir sobre o valor da escuta e do acolhimento humanizado da AE (Assistência Estudantil) para com os estudantes do ensino profissionalizante do IFPA Campus Marabá Industrial.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

O relato de experiência é manifestação escrita de vivências, que favorece a geração de conhecimentos em diferentes campos temáticos, tem reconhecida sua importância na construção do conhecimento (Mussi et al., 2021). Este autor reflete sobre a experiência, segundo o qual “é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus

componentes [...], é ela que desperta o poder de conhecer”. Em suma, o relato de experiência configura-se como um tipo de produção que se baseia na vivência acadêmica/ profissional vinculada aos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), na qual sua principal característica é a descrição da intervenção (Mussi et al., 2021).

A metodologia adotada baseia-se na abordagem qualitativa, ancorada na técnica do relato de experiência, que considera a vivência prática como fonte legítima de produção de conhecimento, onde o pesquisador, mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo (Freitas e Prodanov, 2013). Foi realizado uma breve análise documental dos registros institucionais, relatórios de ações e reuniões de equipe como base para a sistematização do relato. A reflexão é conduzida a partir da escuta sensível, da análise crítica das ações e da articulação com os princípios que orientam a política de assistência estudantil.

O relato nas linhas abaixo, começa de um âmbito mais geral, até chegar a uma situação específica, pois entendo ser coerente partir da sistemática de trabalho da coordenação de assuntos estudantis, chegando no relato do aluno João Antônio (nome fictício).

Penso ser normal o medo quando chegamos em um local de trabalho desconhecido, logicamente cheguei no IFPA com medo, mas penso que tive sorte, ou destino: quando cheguei e fui recebida pelo então Diretor de Ensino. Ao assumir meu cargo de pedagoga no IFPA, o Setor de Assistência Estudantil tinha apenas dois servidores lotados e um volume grande de demandas administrativas, pedagógicas e sociais. Usando de vários argumentos, o então diretor me convenceu a ser lotada neste setor: Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas, hoje Coordenação de Assuntos Estudantis. Não foi um trabalho fácil.

No início realizei apenas serviços burocráticos, mas logo fui conhecendo e me aproximando dos alunos, até chegar o momento em que tive que assumir a coordenação. Mal tinha chegado ao campus, com pouco domínio das nuances de gestão.

Foi necessário dedicar tempo, planejando ações que pudessem mudar aquela realidade. Trabalhei para que os alunos pudessem ter acesso aos auxílios, para sentirem-se acolhidos, para que os docentes pudessem entender a importância da assistência estudantil, da importância do olhar humanizado e sensível nas questões de saúde mental e das mais diversas vulnerabilidades e para que os alunos reconhecessem esse espaço como deles.

Em relação aos auxílios, sempre que saía um edital, além da divulgação oficial no site do campus, fazíamos divulgação por meios de *flashs card's* aliado com a conversa de divulgação em todas as turmas e orientá-los de maneira mais assertiva. E, por que faço esta observação em relação aos auxílios? Primeiramente por ter estudado em escola pública e ter recebido a ajuda

de familiares. Segundo porque a maior parte dos alunos do IFPA/CMI (Campus Marabá Industrial) são oriundos de bairros distantes do campus, alunos também oriundos de escolas públicas, com características e histórias de vida de vulnerabilidades, sendo perceptível a diferença que faz esse auxílio na vida dos estudantes, que por vezes já possuem tantas privações.

Outro fator que me leva a fazer defesas dos auxílios em qualquer reunião institucional, é que mudei minha percepção em relação aos IF's: antes minha percepção sobre os institutos federais era que se tratava de uma política assistencial do governo com vistas a formar mão de obra barata para o mercado.

Hoje, constato que a formação dada pelos institutos federais é a oportunidade de alunos desfavorecidos de direitos básicos terem acesso a uma educação, uma formação de qualidade, é a janela aberta para que tenham acesso a ações de ensino, pesquisa, extensão com atividade cultural, esportiva, artística, políticas, de diversidade, tecnologias, etc., ou seja, que tenham uma formação integral. Não posso afirmar que os procedimentos internos dos institutos ocorrem conforme as exigências formais, sem erros ou falhas, mas existe uma clara intencionalidade em melhorá-las.

Afirmo isso também porque, durante o período em que estou lotada neste setor, tive a oportunidade de vivenciar o Instituto Federal fazendo a diferença na vida de um aluno: nunca esqueço o dia que liguei para um aluno buscar seu chip com internet (Projeto Alunos Conectados, que entregava chips com acesso à internet para que os alunos pudessem participar das aulas *on line* no período da pandemia), onde o aluno respondeu que não poderia, porque, não tinha dinheiro do ônibus e sua mãe era diarista, e também não o tinha para lhe dá. Hoje esse aluno, com sua formação concluída no IFPA/CMI trabalha em uma grande empresa, contratado dentro do curso técnico que recebeu no IFPA, e ainda estuda curso superior à noite. Vale ressaltar que este aluno, enquanto aluno, recebeu auxílio permanência.

O caso João Antônio

O relato da experiência do aluno *João Antônio*, vem ao encontro das experiências exitosas ocorridas neste campus do IFPA: a descoberta de sua situação de fragilidade foi verificada através do módulo pedagógico do SIGAA¹⁵: a técnica em assuntos educacionais ao fazer esse chamado, nas palavras dela, ao conversar com o aluno, sentiu no “*olhar dele que ele já havia desistido, não de estudar, mas da vida*”. Naquele momento, ela nos alertou e em conjunto, fizemos uma série de intervenções para que esse aluno pudesse concluir seu ensino médio integrado.

15 SIGAA: é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, utilizado pelos mais diversos espaços e servidores do IFPA.

No registro feito pelo professor descrevia que o aluno não frequentava as aulas e não entregava as atividades - faço aqui uma observação para enfatizar que o registro no módulo pedagógico pelos docentes, foi por muito tempo incentivada, por nós, da assistência estudantil e coordenação pedagógica.

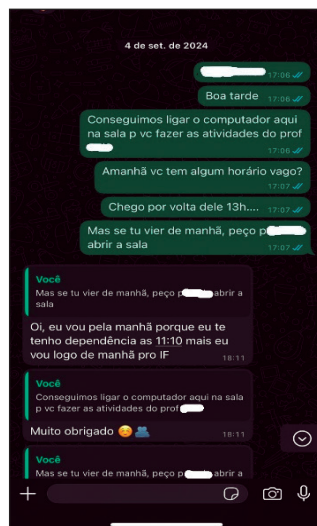
Neste sentido, é importante ressaltar que esse aluno sempre se encontrava no corredor com sua marmita com, somente, feijão e arroz, sempre triste com cabeça baixa e quando passava por ele, fazia uma brincadeira ou outra. Seus colegas de turma, nos relataram que o pai de João Antônio furava o pneu de sua bicicleta para que ele não fosse para escola, pois segundo sua percepção, o filho tinha que trabalhar e não estudar. De fato, esse foi o motivo de muitas ausências na escola: para ter que fazer “bico” e arrumar algum dinheiro.

Nesse caso, chamamos o coordenador de curso, para lhe dá ciência da situação e para que ele pudesse arrumar um estágio remunerado para esse aluno; eu fiquei com essa incumbência, através de uma conversa despretensiosa que pudesse convencê-lo para ir a um atendimento com a psicóloga, e logicamente, passar orientações pedagógicas.

Assim o fiz: entrei em contato, pedi para que fosse a sala da assistência, comprei duas marmitas: uma para mim outra para ele; durante o almoço, transcorri a conversa de maneira leve e sutil, até chegar o momento de lhe sugerir o atendimento psicológico, e ele logo aceitou. No atendimento com a psicóloga, lembro bem quando ela nos falou que quase chorou, pois sabia que ali, o que lhe faltava era o básico, ou seja, a comida. E, desde então não lhe faltou mais até o final do ano, pois ela lhe entregava o almoço todos os dias.

Além dessas ações, disponibilizei um computador, não utilizado com frequência no setor, para que ele pudesse fazer as atividades solicitadas pelo professor, pois também não dispunha de computador e internet; disponibilizei ainda, caderno e impressões, caso também precisasse. E por fim, sempre que podia, tinha conversas “despretensiosas”, com o objetivo de acompanhar seu desenvolvimento. Além disso, também lhe foi disponibilizado algumas cestas básicas.

Sobre o estágio, o coordenador conseguiu um remunerado. Inclusive, os outros funcionários da empresa começaram a organizar café da manhã para que ele pudesse ter essa refeição. Ao final do ano, fiz questão de participar do conselho de classe final, lembrando que o registro no módulo pedagógico, era que ele faltava e não entregava as atividades, como mencionado anteriormente, e como sabia de sua história, tinha que participar para contar aos



outros colegas, inclusive foi difícil segurar as lágrimas, após relatar toda a situação vivida por este aluno e todas as intervenções feitas, falei emocionada que “*não iria deixar ninguém sair daqui antes de aprovar o João Antônio*”. Nossas palavras, minha, do coordenador e da técnica em assuntos educacionais sensibilizaram os demais professores e ele foi aprovado.

Claro que, neste caso, pairava o questionamento: esse aluno recebia auxílio permanência? A resposta foi não. Lembro da vez que fui em sua sala chamá-lo para fazer as devidas orientações, mas tinha documentos que precisava da assinatura do pai, e aqui, fica auto explicado pelo que já foi relatado sobre o comportamento do pai.

Sua aprovação também seria determinante para o futuro, pois a empresa da qual estava estagiando, iria contratá-lo ao concluir o ensino médio integrado. Foi o que aconteceu. Hoje, ainda mantenho contato com este aluno: sempre envio a ele informações sobre o Enem ou cursos gratuitos, e sempre lhe pergunto “*como está indo*”, ao passo que ele me responde que está uma correria, pois agora *ele é CLT* (fazendo referência que trabalha de carteira assinada de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas). A reviravolta na vida deste aluno, nos deixa com alegria e satisfação profissional: a mudança de vida foi real, fruto de um conjunto de ações. Da última vez que ele foi ao campus, foi a trabalho para ter uma conversa com os alunos e me falou que gostaria que eu estivesse lá. Infelizmente não pude participar.

Há outros casos, mas expus esse para mostrar como vejo a função social do IFPA. Para mostrar que um olhar mais humano, aliado a ações integrativas podem ser determinantes, entre a desistência e a permanência dos alunos na instituição.



Discussão

Em toda a minha fala acima, fui desenhando uma defesa da educação de qualidade para aqueles privados de direitos, em qualquer de suas vertentes, evidenciando o quanto a educação, aliada ao trabalho, pode exercer um papel fundamental na superação das desigualdades sociais dentro dos IFs, em especial no campus em que desenvolvo meu trabalho.

A educação está ligada ao mundo do trabalho pois ajuda a construir e transmitir o conhecimento historicamente produzido pelas transformações nas relações sociais. Por isso, é importante reconhecer o papel político da educação, já que ela influencia, diretamente, nas formas de organização e desenvolvimento das pessoas e comunidades.

A partir desse pressuposto, se discute o papel da escola, qual seja: emancipadora ou reprodutora alienadora? Para responder a esta pergunta, recorro a Borges (2017), da qual é enfática ao observar que a “classe trabalhadora é expropriada da riqueza humana”, argumentando sobre a escola dual: uma destinada a classe dominante e outra para a classe trabalhadora, sendo a escola destinada a primeira, aquela que proporciona aos seus alunos saberes mais complexos, com conteúdos direcionados para a perpetuação da condução da política de classes, e a segunda, que limita-se apenas conteúdos necessários para a formação de mão de obra. Pelo óbvio, uma educação destinada ao grupo hegemônico, dispõe dos mais variados recursos, ao passo que a educação ofertada pelo Estado vem cheia de limitações.

Nesta perspectiva, o presente relato, que apresentou ações pedagógicas afirmativas do setor de AE sobre alunos de vulnerabilidade social, especialmente, sobre o caso do aluno João Antônio que culminou na permanência efetiva do mesmo na instituição, com estágio remunerado e posteriormente, sua efetivação na empresa que ofereceu o referido estágio, resgatando esse aluno de uma possível continuidade de ausência de formação profissionalizante na perspectiva integral, possibilitando uma afirmação social com melhoria de qualidade de vida para ele e sua família, o que vem ao encontro do que firmou Borges (2017) sobre educação e trabalho.

Colocando os institutos federais neste cenário, ainda que nos primórdios de sua criação, antes de assumir esta nomenclatura e passados por todas as reformas ao longo das décadas, foram criados com uma roupagem assistencialista, ainda que com falhas, como já mencionei anteriormente, os institutos federais podem oferecer aos filhos da classe trabalhadora, um **caminho** para uma formação humana integral e sobretudo, crítica, fazendo uso do quadriplê ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, assim como dos núcleos voltados para os mais diversos temas.

Mencionei o termo **caminho** no parágrafo anterior, por entender que os institutos federais não estão imunes à lógica capitalista, e no seu interior há muitas práticas com viés unicamente tecnicista, com a transmissão de saberes a-históricos, descontextualizados e individualistas. Aqui recorro a Marise N. Ramos (2017), que fez um histórico de como o ensino voltado para a classe trabalhadora vem, ao longo das décadas, sendo utilizada de forma a manipular a classe subjugada, sempre como um regime de contenção desta, ao mesmo tempo que nos deu um horizonte acerca da educação politécnica e sua formação omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo, que no caso relatado esse conjunto de conhecimentos foi categórico para a superação de sua situação.

Nesse movimento dialético da produção do trabalho educativo, constata-se que a escola, é atravessada por práticas pedagógicas que, em vez de promoverem a emancipação, reforçam os vazios formativos e incompetências, que transforma a escola em um espaço de disciplinamento, fruto da lógica burguesa (Borges, 2017). Entretanto, é neste cenário permeado de contradições que se encontram também as possibilidades de superação, tanto com práticas educativas críticas quanto com ações integrativas que oportunizem ao discente uma formação integral.

Assim, as contradições dentro da política de educação brasileira, ultrapassam o limite econômico, porém, no caso relatado, a dimensão econômica era urgente, para que a partir disso, voltar-se a outras dimensões, como a filosófica, que considera o ser humano como sujeito capaz de constituir sua existência por meio do desenvolvimento pleno de suas habilidades.

Ramos (2017), nos coloca a compreensão do ensino médio integrado dentro de uma concepção de homem fruto de suas relações histórico-sociais, concebe que “a formação humana é o processo de reprodução dessa realidade em cada ser, de modo que ele possa apreendê-la, criticá-la e transformá-la”.

Nesse contexto, os Institutos Federais ganham um papel central, pois representam uma experiência concreta de articulação entre formação geral e formação técnica, valorizando tanto o saber científico quanto a preparação para o **mundo** do trabalho, ainda que dentro de políticas contraditórias, é possível oferecer uma educação que amplia o acesso ao conhecimento e abre novas possibilidades para os estudantes das classes populares, por disporem das condições administrativas, materiais e didático pedagógicos.

O trabalho e sua relação com a educação têm servido, especialmente nesse caso, como pilar político pedagógico, sobretudo quando associado a qualidade social, denominado por Machado (2023), como bússola para a democracia escolar. Embora João Antônio estivesse matriculado regularmente, não estava a seu acesso condições básicas e materiais para o êxito escolar. Essa

democracia escolar é necessária para uma formação cidadã, crítica e reflexiva, não apenas no acesso formal, mas na garantia prática de permanência e êxito.

O espaço escolar não pode ser organizado como espaço neutro. No caso de João Antônio e diversos estudantes, deve assumir a função de mediação crítica entre o conhecimento sistematizado e as condições reais do aluno. Implica reconhecer essa democratização escolar por meio de políticas e práticas pedagógicas visando a superação de barreiras, no caso relatado, as barreiras socioeconômicas.

Trago aqui as reflexões de Silveira (2018) acerca da relação professor e aluno, fazendo um paralelo ao nível de ambiente escolar. O autor cita a relação dialética entre ambiente e o filósofo, na qual ao mesmo tempo que educa o ambiente, o filósofo é por ele educado, e assim deve ser a relação professor (e servidores de modo geral) com o aluno, numa relação ativa de vinculações recíprocas, o que Gramsci chamou de filósofo democrático, ou seja, aquele consciente de seu papel de transformação cultural e social. O que no caso de João Antônio, todos os sujeitos envolvidos atuaram nesse sentido.

Por fim trago outra reflexão de Silveira (2018) acerca das relações no espaço escolar. O autor cita que tais relações devem se constituir de forma humanizada e humanizadora. O olhar humanizado da servidora no atendimento pedagógico, foi crucial para as tomadas de decisão humanizadas e humanizantes desde então.

Considerações Finais

O presente estudo conclui que o relato de experiência pode ser considerado uma exitosa experiência dentro dos muros do IFPA. Mas porque eu acredito ser essa experiência exitosa? Primeiro, como já mencionei anteriormente, testemunhei várias vezes, que o olhar humanizado faz a diferença na vida do discente, ou como um auxílio faz diferença na permanência e participação dos alunos nas atividades acadêmicas; outro motivo, é que hoje percebo que a maioria dos docentes já compreende a importância do trabalho deste setor, sendo hoje bastante procurado para o relato de situações que acreditam que mereçam atenção e desta forma acompanhamos de perto outros alunos com histórias de vida já cheia de marcas.

Enquanto lotada na coordenação de assuntos estudantis, buscamos (verbo em terceira pessoa em respeito ao trabalho de equipe) olhar para além do problema pedagógico relatado; algumas vezes, o aluno não está faltando por preguiça de ir a aula, mas porque não tem o dinheiro da passagem de ônibus ou para comer; as vezes, a família não o aceitam – por ser homoafetivo; ou as vezes, o aluno tem depressão, ansiedade crônica, sofreu abuso etc. As histórias de vida não vêm estampadas no histórico escolar.

Este trabalho objetivou relatar o resultado de ações estratégias integrativas e refletir sobre o valor da escuta e do acolhimento humanizado da AE para com os estudantes do ensino profissionalizante do IFPA campus Marabá Industrial. O resultado dessas ações mostra que práticas pedagógicas baseadas no acolhimento humanizado, visando a equidade social promovem impactos positivos não apenas na democratização e permanência do estudante, mas no seu êxito escolar.

O caso de João Antônio mostra que é necessário fomentar e fortalecer essas iniciativas no cotidiano pedagógico, com a construção de estratégias que reconheça o estudante em suas especificidades com vistas a consolidação de um espaço cada vez mais inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. B.; SILVA, G. G. da. **Saúde Mental e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil: construindo o estado da questão**. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 9, n. 01, e024020, 2024. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v9i00.19361>

BORGES, L. F. P. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács**. Revista Educação Em Questão, v.55 nº 45, 2017. p.101–126. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>

MACHADO, L. R. S. O trabalho como referência para a formação e para a democracia. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. [S.L], v. 1, nº 23, p. 1-14, e15167, Jun 2023. ISSN 2447-1801.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F. ALMEIDA, C. B. de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Revista Práxis Educacional, v. 17, nº 48, p.60-77, out/dez 2021. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>

RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão**. EPT em Revista, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>

ROCHA, Virgínia do Nascimento Barbosa da. **Os desafios e as possibilidades da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central**: relatos de vivência. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, São Luís, 2021, disponível em <https://profept.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/04/Virginia-do-Nascimento-Barbosa-da-Rocha.pdf>

SILVEIRA, R. T. A relação professor-aluno de uma perspectiva Gramsciana. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v.43, nº1, p. 97-114, jan/mar. 2018. [Http://dx.doi.org/20.1590/2175-623664512](http://dx.doi.org/20.1590/2175-623664512)

TSUNEMATSU, Josiane de Paula Jorge; PANTONI Rodrigo Palucci; VER-SUTI Fabiana Maris. **Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados**. EPT em Revista, v. 5, nº 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.753>

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 7

AMOR E SOLIDARIEDADE: estratégia de apoio financeiro e sócio emocional para acadêmicos de medicina bolsistas do PROUNI

*Benedita Jacinto Pereira Pacheco Coelho*¹⁶

Introdução

O presente relato de experiência exitosa apresenta a história de um grupo de amigos servidores do IFMA – Instituto Federal do Maranhão - Campus de Imperatriz, que formaram uma associação de amigos a fim de apoiar financeiramente, uma aluna e um aluno egressos que conquistaram através do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - bolsas do Prouni– Programa Universidade para Todos do governo federal para cursar medicina em faculdades da rede privada. O objetivo deste relato é mostrar o poder da solidariedade como ferramenta de apoio para a superação da exclusão social de dois alunos egressos do IFMA-Campus Imperatriz.

Historicamente, a educação superior no Brasil é excludente e direcionada para atender a um público financeiramente favorecido e excluir os filhos da classe trabalhadora. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Brasil, 1996), baliza a Educação Superior no seu capítulo IV. A partir do Art 43 são descritas as novas regras da educação superior no Brasil: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. (Art 45, LDB nº 9.394(Brasil, 1996).

Para atender à necessidade e aos anseios da população por mais acesso ao ensino superior, no ano de 2005, através da Lei nº 11.096, foi instituído o Programa Universidade para todos (ProUni), visando assegurar, dentre outras garantias, o aumento do número de vagas e o melhoramento da qualidade do ensino superior em universidades públicas e privadas.

A promulgação da Lei das Cotas em 2012, Lei nº 12.711/2012, (Brasil, 2012), regulamentou o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas reservando 50% das vagas das IFES – Instituição de Ensino Superior,

16 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Servidora do instituto federal do Maranhão (IFMA) - Campus de Imperatriz-MA
Email: bjppacoelho@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1345-9135>

considerando os critérios de renda, necessidades especiais e identidade étnica racial. Porém, para cursar uma graduação mesmo com bolsa integral é necessário um auxílio financeiro para suprir as demandas de permanência no curso, pois existem outras despesas como: alimentação, transporte, material didático, aluguel e muitos alunos advindos da população de baixa renda não têm como custear estas despesas, tendo em vista que é muito difícil trabalhar e estudar em função da carga horária alta e o tempo integral dedicado ao curso de medicina. Sendo assim, é necessário muito esforço para permanecer e concluir o curso. Pesquisas apontam essa realidade, conforme afirmam (Pires e Ribeiro 2020):

Resultados de pesquisas sobre o programa indicam que um dos principais problemas do ProUni se refere à permanência, seja material ou simbólica reforçam o argumento de que o programa contribuiu positivamente para a formação e para a vida dos estudantes de baixa renda, mas que ele não garante a permanência no ensino superior ao ignorar os demais gastos advindos com a graduação, ponto que fica a critério da IES privada.

No ano de 2011, ano em que iniciamos a associação de amigos para apoiar a aluna egressa FSS, o governo já concedia uma bolsa permanência para estudantes universitários de cursos integrais e de baixa renda que à época, o valor era de R\$ 300 mensais (Brasil, 2010); valor que já ajudava muitos alunos que estão nas suas cidades e com suas famílias.

Porém, para alunos do interior que pretendiam cursar medicina nas capitais, ou em cidades maiores, esse valor não era suficiente para suprir as necessidades do estudante, já que muitos vão morar sozinhos e precisam arcar com despesas de aluguel, transporte e alimentação, despesas acadêmicas, materiais do próprio curso e, como estudam em tempo integral, não podem trabalhar.

Essa situação leva, em muitos casos, o estudante a desistir do sonho de cursar medicina, principalmente, os filhos da classe trabalhadora desprovidos de recursos financeiros. Sendo assim, o apoio financeiro e social de amigos e familiares são fundamentais para o enfrentamento dessas barreiras a fim de tornar real o sonho de estudantes inteligentes, porém da classe trabalhadora pobre, se tornarem médicos(as). Conforme assinala Jesus e Schneide (2021):

O apoio social corresponde a qualquer informação ou auxílio material oferecido por grupos ou pessoas, com os quais contatos sistemáticos e troca de experiências resultam em efeitos emocionais ou comportamentos positivos para o sujeito que o recebe, como também promove transformações para quem oferece o apoio.

Nesse sentido, muitos alunos das classes desfavorecidas ao iniciarem a trajetória universitária se deparam com vários desafios que devem ser superados para que eles venham adaptar-se à nova realidade, sintam-se integrados ao curso e pertencentes à universidade para usufruir das oportunidades oferecidas pela vida acadêmica. Como assinala (Oliveira, Dias, 2014), uma alternativa

consiste na oferta de apoio social, considerado aspecto fundamental para o êxito da adaptação acadêmica.

Sendo assim, o objetivo deste relato de experiência (RE) é mostrar o poder da solidariedade de um grupo de amigos como ferramenta de apoio para a superação da exclusão social de uma aluna e um aluno egresso do IFMA-Campus Imperatriz, que conquistaram bolsas do Prouni para cursar medicina em faculdades da rede privada e, sem um apoio financeiro mensal seria muito difícil concluir o curso com êxito.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

O conhecimento humano desde a antiguidade é passado para as próximas gerações através das experiências socioculturais. Conforme afirma (Ponce, 1996, p.19), nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida. O Relato de (RE), é uma forma possível de tornar conhecidas ações positivas que incentivam práticas de mudanças sociais a partir da comunidade local. Conforme assinala Mussi e Flores (2021), destaca-se que o RE não é, necessariamente, um relato de pesquisa acadêmica, contudo, trata do registro de experiências vivenciadas. Tais experiências podem ser, por exemplo, oriundas de pesquisas, ensino, projetos de extensão universitária, dentre outras.

Ao considerarmos as contribuições do RE para a construção do conhecimento, a importância se dá na medida em que as vivências e práticas dos sujeitos podem ser transformadas em conhecimento científico, que pode favorecer a reflexão, ser compartilhado, e aplicado em outras realidades e situações semelhantes.

Relato de experiência e Discussão

Este RE apresenta duas experiências no IFMA - Campus Imperatriz com uma aluna de baixa renda, órfã de mãe; e um aluno negro também de baixa renda, egressos do Ensino Médio integrado que tinham o sonho de cursar medicina. Após concluir o ensino médio, fizeram algumas tentativas de vestibulares para esse curso, sem sucesso. Foram orientados a mudarem sua opção para outro curso da área de saúde, porém não aceitaram, preferiram continuar tentando para o curso de medicina, mesmo sabendo que teriam de mudar para outra cidade, pois na época, ainda não havia o curso de medicina em Imperatriz-MA.

Outro problema era a questão financeira de suas famílias que não dispunha de recursos para mantê-los estudando medicina em outra cidade. Vale

lembrar, que eles já eram bolsistas de auxílios primários durante os três anos do Ensino Médio no IFMA em função da vulnerabilidade familiar. Conforme assinala Santos (2023, p.128), num ambiente social onde os valores emanados pelas ideologias de base liberal apontam para a competição, individualismo e concorrência, emergem solidariedades e uma cultura de valorização da participação, associativismo e de obrigação social onde os indivíduos buscam inserir-se em iniciativas que apontam para a superação do perverso quadro social.

Visando garantir o anonimato dos participantes envolvidos neste RE, a aluna egressa será nominada de FSS e o aluno de GLF. Essa foi uma experiência exitosa tanto para eles que foram os beneficiados com o apoio financeiro e sócio emocional, quanto para nós os associados que tivemos a responsabilidade de contribuir para o sonho deles e a alegria de vê-lo realizado.

A aluna egressa FSS é a primeira filha de uma família de seis irmãos, da cidade de Carrasco Bonito-TO. Ficou órfã de mãe aos nove anos e cedo assumiu os cuidados com os irmãos mais novos. Quando concluiu o ensino fundamental em 2007, fez exame seletivo para um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio no IFMA - Campus de Imperatriz e foi aprovada. Mudou-se para esta cidade para casa de parentes a fim de estudar.

No ano de 2008, iniciou o ensino médio no IFMA, morava distante da escola e cedo percorria de bicicleta um percurso de aproximadamente 12 km (ida e volta) do bairro onde morava para o IFMA, onde estudava pela manhã, em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Precisou assumir suas próprias despesas tendo de trabalhar. Vendia Avon e dava aula de reforço em domicílio para complementar a bolsa auxílio de (R\$120, à época), que recebia do IFMA por ser aluna de baixa renda.

Desde o início mostrou-se uma ótima aluna e, com um propósito: cursar medicina. Mesmo trabalhando no reforço escolar no período vespertino, ela se dedicava muito aos estudos para o ENEM. Concluiu o ensino médio em 2010, ano em que fez o ENEM e foi bem classificada conquistando uma vaga para o curso de medicina no ITPAC, atualmente, UNITPAC - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos, em Araguaína-TO.

Com a aprovação para o curso de medicina no Estado do Tocantins, surgiu logo uma preocupação para a professora MSMS e a pedagoga IS, ambas servidoras do IFMA que acompanhavam de perto a situação da aluna FSS e de outros alunos de baixa renda da instituição: como seria possível FSS se manter no curso de medicina em Araguaína-TO, considerando a situação de vulnerabilidade financeira de sua família?

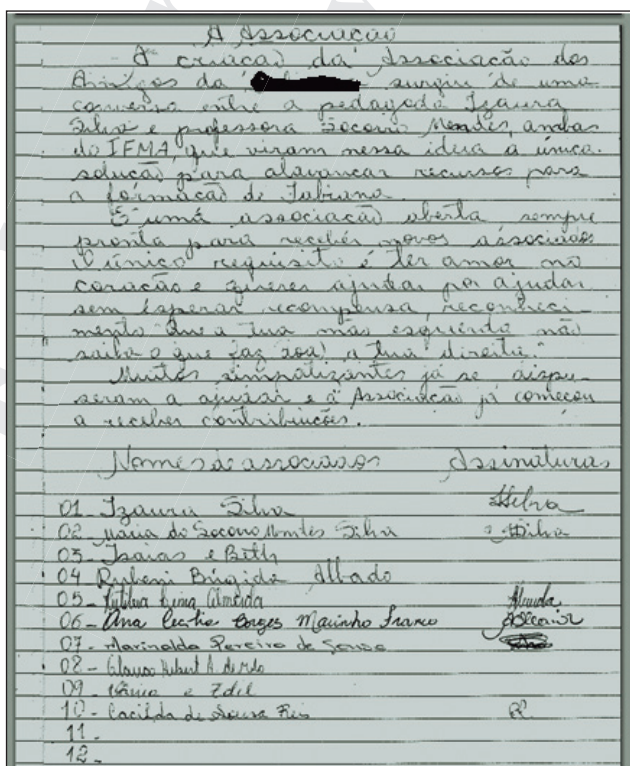
As servidoras estavam diante de um desafio: encontrar estratégias para enfrentar essa situação. Refletiram e conversaram sobre a questão em busca de solução, a fim de propiciar ajuda financeira para a aluna fazer o curso, dedicando-se apenas aos estudos, pois o curso era em tempo integral. Conforme

assinala Arino e Delvan (2018), as estratégias de enfrentamento ou coping ocorrem mediante situações adversas que desafiam os limites dos sujeitos.

Foi a partir de conversas e reflexão sobre a trajetória de vida da aluna que as servidoras perceberam que valia muito a pena, encontrar uma estratégia de enfrentamento da situação, mas perceberam também que, sozinhas, não seria possível ajudar a aluna por seis anos. Então, diante dessa adversidade, nasceu a ideia de criar a “Associação dos Amigos da FSS”, como único meio para angariar recursos financeiros e objetos de uso pessoal, além do apoio emocional para ajudar na permanência da aluna egressa do IFMA na Faculdade de Medicina.

As servidoras compartilharam a idéia com outros servidores que concordaram e aderiram ao projeto da associação, a qual era aberta a todos os interessados em participar. Conforme as palavras da professora MSMS no termo de abertura da associação: “É uma associação aberta, sempre pronta para receber novos associados. O único requisito é ter amor no coração e querer ajudar, sem esperar recompensa e reconhecimento. Que a tua mão esquerda não saiba o que faz (doa) a tua mão direita”.

Fig 1 – Termo de abertura da Associação de amigos de FSS (arquivo pessoal da autora)



A associação iniciou com treze associados, no entanto muitos desses desistiram, restando apenas sete que todos os meses davam sua contribuição para a FSS. Os anos se passaram, e FSS continuou firme no seu propósito, venceu muitas dificuldades, tanto pessoal como familiar, fato que exigiu muito esforço e determinação. Não reprovou nenhum semestre e em julho de 2017, formou-se em medicina. Depois de formada, trabalhou em hospitais na Clínica Médica e continuou estudando para cursar a residência. Conquistou uma vaga na UNB - Universidade de Brasília; fez a residência médica em endocrinologia e também fez concurso para o sistema de saúde pública em Brasília e também atua em clínica particular.

Ao final dos seis anos, penas sete servidores associados desde o início na associação dos amigos da FSS, permaneceram até o dia em que ela se formou. E desse grupo, cinco estávamos presentes na festa de formatura, em julho/2017, em Araguaína-TO. A gratidão é demonstrada na declaração da aluna egressa, hoje médica FSS, que atualmente já é solidária com outras estudantes:

“(...). Serei eternamente grata por esse auxílio. Sem ele teria sido muito mais difícil concluir a faculdade. Hoje, depois de formada, tenho ajudado minha família e estou auxiliando mais duas meninas a fazerem a faculdade”.

GLF, é o segundo filho de uma família de baixa renda da comunidade em torno do IFMA, ingressou em 2007, para um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Após concluir o ensino médio, fez o ENEM e foi bem colocado para medicina também para o atual UNITPAC - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos em Porto Nacional-TO; este aluno também foi aprovado para Ciência da Computação para UNICEUMA em São Luís e para Direito na UFMA -Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz. Como as condições financeiras de sua família não eram favoráveis para mantê-lo no curso de medicina, ou outro curso em outra cidade, resolveu permanecer em Imperatriz e cursar Direito na UFMA. Em 2011, fez o seletivo do IBGE e trabalhou por um ano.

Logo percebeu que o curso de Direito não era o que queria para si. Retomou os estudos em casa para o ENEM e foi em busca de uma vaga para o curso de medicina.

Fez o ENEM novamente, e foi bem colocado para medicina na PUC de Goiânia. Mudou-se para Goiânia e iniciou o curso em 2012.2, vivendo com a bolsa permanência de R\$ 500, que algumas vezes atrasava; desse valor pagava o aluguel da kitnet era \$250, ele sobrevivia com o que sobrava do aluguel e uma pequena ajuda enviada pela mãe para pagar o transporte.

Com o intuito de manter-se na cidade cursando medicina, GLF fez um concurso público para a Prefeitura de Goiânia, foi aprovado, mas nunca foi

chamado para assumir o emprego público. Em 2014, a mãe dele, MS, foi trabalhar no IFMA numa firma terceirizada prestadora de serviços e após quatro meses de convivência conversando com a mesma, fiquei sabendo da situação difícil que a família estava enfrentando, pois o filho, aluno egresso do IFMA estava com muitas dificuldades de permanecer no curso de medicina em função dos gastos. Ela não sabia mais o que fazer, para mantê-lo no curso porque o filho estava no 4º período de medicina, morando sozinho e em condições precárias, sem poder trabalhar em função da carga horária integral do curso.

Conforme a fala de GLF referente à permanência:

“Devido o curso ter a carga horária muito alta, e ser de seis anos, então é muito difícil conciliar com algum tipo de trabalho, a não ser que tenha um horário flexível, caso contrário, se torna impossível você ter uma fonte de renda, obviamente você vai ficar desprovido financeiramente. A bolsa permanência sofre com a falta de reajuste e com atrasos, fato que deixa o estudante mais vulnerável”.

Como já tínhamos a experiência da Associação dos Amigos da FSS, que teve início em 2011; logo de imediato, eu comuniquei o caso do GLF para a pedagoga IS e a professora MSMS. Em conversas sobre a situação achamos por bem fazer uma **associação de amigos** para GLF, semelhante ação já realizávamos para FSS, tendo em vista que alguns servidores estavam dispostos a contribuir mensalmente com um pequeno valor, para ajudar o GLF. Era necessária uma intervenção rápida para favorecer o suprimento de necessidades básicas para a permanência do aluno curso.

Fig. 2 – Termo de abertura da Associação de amigos do GLF (arquivo pessoal da autora)

Associação dos Amigos do [redacted] 1

Termo de Abertura

Este livro destina-se ao registro das atividades da Associação dos Amigos do [redacted], fundada em abril de 2014, com a finalidade de criar condições favoráveis para Guilherme continuar cursando MEDICINA na PUC-GO na cidade de Goiânia - Goiás

Eu fiquei responsável para convidar outro (a)s servidor(a)es para a associação e registrar e prestar contas dos repasses feitos pelos associados e fazer a transferência bancária para GLF até o dia dez de cada mês. Dessa forma, em abril de 2014, foi organizada a associação de amigos e a primeira contribuição foi enviada. Como sempre, no início muitos se associam; mas, com o tempo alguns foram perdendo o veículo. Como é uma ajuda voluntária, só participa quem deseja e pode dispor de um valor mensal em prol do beneficiado.

O importante era que os associados e as associadas que contribuíram com qualquer valor nesses quatro anos e três meses (abril de 2014 até julho de 2018), para a formação do GLF fizeram a diferença na vida dele e das pessoas que hoje ele, como médico, atende.

Fig 4 – contribuições da Associação de amigos do GLF(arquivo pessoal da autora)

Contribuições Mensais de janeiro a 1 de julho de 2015 Associação de Amigos e Amigas de Guilherme											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul				
1- Izaura Silva	100,00	100,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00				
2- Benedito Pacheco Coelho	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00				
3- Jéssica Wase Medeiros da Moura	70,00	70,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00				
4- Maria do Socorro Mendes	50,00	—	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00				
5- João Antonio de Moura	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00				
6- João Bosco Coelho	—	—	50,00	—	50,00	50,00	50,00				
7- Maria Maria C. Nascimento	—	100,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00				
8- Josué Taveiro Santos	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00				
9- Antônio Reme Hoffmann	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00				
10- Elisara de Souza Farias	—	—	—	—	50,00	50,00	50,00				
11- Rafael Mendonça Almeida	—	—	—	—	50,00	—	—				
12- João Neto Franco	—	—	—	—	100,00	—	—				
Contribuições Mensais de julho a 1 de dezembro de 2015											
	Jul	ago	set	out	nov	dez					
Izaura Silva	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00					
Benedito Pacheco Coelho	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00					
Joana Darc M. Moura	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00					
Maria do Socorro Mendes	—	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00					
João Antonio de Moura	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00					
João Bosco Coelho	—	50,00	50,00	—	—	—					
Maria Maria C. Nascimento	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00					
Josué Taveiro Santos	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00					
Antônio Reme Hoffmann	—	—	60,00	50,00	50,00	50,00					
Elisara de S. Farias	—	50,00	50,00	20,00	—	—					
Rafael Mendonça Almeida	—	—	—	—	—	—					
João Neto Franco	—	—	—	—	100,00	—					
Jonathan Oliveira	—	—	—	30,00	—	—					

Conforme ele mesmo relata:

“Essa ajuda financeira foi importante para que eu pudesse me manter focado na rotina de estudo, a gente não pode fazer um curso de qualquer forma, tem que ter dedicação no estudo e suporte financeiro para as despesas a fim de permanecer no curso estudando e ter uma boa formação”.

“Através desse auxílio eu pude conseguir o meu objetivo e hoje, também são beneficiadas indiretamente com essa ação, algumas pessoas que eu faço a diferença positivamente na vida delas. Porque se não fosse esse auxílio de vocês, talvez eu não teria conseguido chegar. E provavelmente não estaria atendendo, fazendo um diagnóstico mais correto, ou com um tratamento mais humanizado, com uma sensibilidade específica para a situação do paciente. Talvez se eu não estivesse lá na ponta de atendimento para atender algumas pessoas, talvez o desfecho não seria o mesmo que elas tiveram, então, eu só pude estar lá naquele momento, porque eu tive uma ajuda antes.”

“Um paciente um dia me procurou: eu nem me lembrava dele, porque são muitos pacientes, mas ele se lembrava de mim de forma boa. Ele veio agradecer porque foi bem atendido e teve seu problema resolvido”.

“Eu sempre gosto de dizer que as pessoas quando me ajudavam financeiramente, elas me ajudavam também de outras formas: acreditando em mim, me dando apoio moral, apoio psicológico, me ajudaram a acreditar que realmente eu poderia alcançar esse objetivo que eu tinha. Eu acredito que esse tipo de ajuda é tão importante quanto a financeira ... você saber que tem pessoas alimentando o seu sonho, um sonho que vai demorar anos pra se concretizar e, pode ser que outras pessoas colherão os frutos! Isso tem uma força incrível”.

“A minha mensagem é: todo esforço que vocês fazem pelos estudantes e fizeram por mim, trará resultados positivos lá na frente, nem sempre vocês verão e colherão os resultados, pode ser que sejam outras pessoas. Mas a lembrança que ficou foi a boa ação de vocês em minha vida e, indiretamente, na vida das pessoas que hoje eu atendo e tenho contato”

Discussão

Conforme entrevista com os alunos egressos descritos neste RE que apresenta duas histórias de sucesso de sujeitos que aparentemente eram improváveis de hoje estarem em pleno exercício profissional da medicina, por serem de classes sociais vulneráveis; sendo os primeiros em suas famílias a ingressarem nesse nível de escolaridade, isso mostra conforme afirma (Piotto, 2010), que se por um lado, suas trajetórias são marcadas por esforço, afastamento da família, preconceito e humilhação, por outro, a entrada na universidade traz possibilidades que transformam suas perspectivas de vida.

Muitas mudanças foram necessárias para que eles pudessem permanecer na graduação e concluir o curso com êxito. O apoio do grupo de amigos do IFMA Campus Imperatriz, a escola que eles “pertenciam” no ensino médio, foi fundamental para que hoje eu divulgar essa história de sucesso.

Graças à solidariedade de servidoras e servidores que defendem uma prática educativa para além da sala de aula no envolvimento em defesa daqueles que mais necessitam, é que foi possível a permanência deles até a conclusão com êxito do sonhado curso de medicina. E quanto a nós, os mantenedores da associação de amigos, diante da conquista deles para o curso de medicina; aprendemos que poderíamos continuar educando esses egressos através da solidariedade para com eles nesse momento de necessidade na sua formação profissional, pois conhecíamos suas lutas e histórias, nos solidarizamos com eles, pois educar é praticar a solidariedade. Conforme considera (Gadotti, 1998, p. 299): Mas, o sentido profundo que nos deve mover para promover a equidade diante da educação é a promoção humana, o desejo profundo de fazer justiça e de construir uma sociedade humana solidária. A solidariedade não pode ser considerada um conceito superado [...]. É uma atitude, portanto, de profundo respeito pelas diferenças e pelas pessoas.

O nosso comprometimento através da associação de amigos em benefício da formação profissional desses discentes, nos fez vivenciar um sentimento de responsabilidade durante os 6 anos de graduação da discente FSS e os últimos 4,3 anos da graduação do GLF. Sabíamos que eles estavam contando com a nossa ajuda financeira e apoio emocional via conversas telefônicas e nas férias quando retornavam à cidade para suas famílias. Nesse tempo acompanhamos as dificuldades e desafios enfrentados por eles.

Problemas de ordem pessoal, familiar, financeiro, emocionais, mortes na família, preconceito etc. No entanto, era admirável a resiliência, o foco e a determinação desses acadêmicos no enfrentamento das dificuldades. Esses sentimentos também nos moviam para mantermos mensalmente a ajuda financeira, além de despertar em nós a solidariedade altruísta na prática. Nesse sentido, Conforme (Schritzmeyer, 2024),

[...] a solidariedade é um sentimento de pertencimento a um grupo a que você adere e se sente acolhido. A prática da solidariedade traz um bem-estar psicossocial que faz bem à alma de quem a pratica, entrando em um “circuito de dádivas”, como cita o antropólogo francês Marcel Mauss. “Ações solidárias fazem com que uma pessoa se coloque em um circuito maior de dádivas que ela recebe e retribui”.

Atualmente, os dois estão no exercício pleno da profissão que sempre sonharam, e conforme as declarações apresentadas por ela e ele, estão gratos pelo que fizemos por eles. Como ressalta o médico GLF em entrevista concedida à autora em jun.2025.

A minha mensagem é: todo esforço que vocês fazem pelos estudantes e fizeram por mim, trará resultados positivos lá na frente, nem sempre vocês verão e colherão os resultados, pode ser que sejam outras pessoas. Mas a

lembrança que ficou foi a boa ação de vocês em minha vida e, indiretamente, na vida das pessoas que hoje eu atendo e tenho contato.

Considerações Finais

O relato destas duas experiências de apoio mostra o poder da solidariedade como ferramenta de inclusão social de sujeitos que se sentiam excluídos da possibilidade de ascensão social e de uma vitória que conquistaram com esforço pessoal. E em função de pertencerem à classe menos favorecida, a conquista da bolsa integral pelo ENEM para cursar medicina não é garantia de permanência e conclusão do curso com êxito, para isso, é necessário apoio financeiro, psicológico e social.

Sabemos que ainda estamos longe de uma educação pública, gratuita e de qualidade que dê oportunidades iguais para todos. O ProUni sendo uma política pública que dá oportunidade para muitos que antes não tinham nenhuma chance de cursar uma faculdade, ainda tem muitos desafios para garantir a permanência desses estudantes no curso escolhido.

Com este relato de experiência desejo que os leitores percebam a relevância da solidariedade no ambiente escolar, pois há situações que não podem esperar para depois como estas aqui relatadas, era urgente uma ação para favorecer a inclusão de sujeitos que lutavam para superar os desafios impostos pela sociedade desigual.

REFERÊNCIAS

ARINO, Daniela Ornellas; DELVAN, Josiane da Silva. As Trajetórias dos Acadêmicos Bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 87-96, jul. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jun. 2025. <https://doi.org/10.24879/2018001200200192>.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 de agosto de 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, 20 de julho de 2010.

GADOTTI, Moacir, *Pedagogia da Práxis*. 2ª Ed. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

JESUS, L. O. de, SCHNEIDER, D. R. (2021). Vulnerabilidade, apoio e inclusão social: trajetórias de universitários residentes em moradia estudantil. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 16(1), 1–14. Recuperado de https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3764. Acesso 05 de ju. de 2025.

MUSSI Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práx. Educ., Vitória da Conquista*, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 de jul. de 2025

PIOTTO. D.C. Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: Aspectos subjetivos *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, vol. 11, núm. 2, julho-diciembre, 2010, pp. 229-242

PIRES, André; RIBEIRO, Maynara de Oliveira; PRINHORATO, Henrique. A permanência estudantil em universidades privadas para alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni). *Revista Educação e Emancipação*, v. 16,

n. 2, p. 275–301, 13 Jul 2023 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/r_educacaoemancipacao/article/view/20965. Acesso em: 18 jun 2025.

SANTOS, Renato E. dos; LOBATO, Fátima (org.) Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro.DP&A, 2003.

SCHRITZMEYE. A. L. P. Solidariedade: que sentimento é esse que move multidões? Jornal da USP . Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/solidariedade-que-sentimento-e-esse-que-move-multidoes/> Acesso em: 20 de jun 2025.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

CAPÍTULO 8

NATAL SOLIDÁRIO: Distribuindo Solidariedade No Entorno Do Ifpa Campus Breves

Maria do Carmo Gemaque Puga¹⁷

Introdução

O estado do Pará, localizado na região norte do país, enfrenta altos níveis de vulnerabilidade social, especialmente em áreas rurais e regiões mais isoladas. Os dados mais recentes revelam um panorama preocupante, mas também mostram avanços em algumas dimensões. Em 2010, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) geral do Pará foi de 0,667, indicando muito alta vulnerabilidade social (IBGE, 2022). 63,3% dos municípios paraenses estavam nessa faixa mais crítica, com taxa de pobreza de 38,67% e de extrema pobreza de 19,42%.

Dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (2012) indicam que o Marajó Ocidental, conhecido como Marajó das águas e das florestas por sua riqueza em biodiversidade, enfrenta desafios socioeconômicos profundos, marcados por desigualdade, pobreza extrema e baixa infraestrutura. A região inclui os municípios de Breves, Portel, Bagre, Melgaço e Curalinho, e apresenta indicadores preocupantes, tais como: taxa de pobreza com aproximadamente 73,1% da população, a mais alta do estado. A taxa de abandono escolar no ensino médio é 20,4%, a sexta maior do Pará. Os empregos formais são apenas 2,5% do total do estado. A economia local depende fortemente da administração pública (51%), seguida pela agropecuária (27%). A infraestrutura na região é precária, com acesso limitado à internet e transporte, o que dificulta o desenvolvimento regional.

Segundo o IBGE (2022), mais de 40% da população da região Norte vive com renda inferior a ½ salário mínimo. Taxas de analfabetismo acima da média nacional, especialmente, em áreas rurais e ribeirinhas. O abandono escolar é elevado no ensino médio, principalmente por necessidade de

17 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica PPG ProfEPT do Instituto Federal do Pará (IFPA). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. Instituto Federal do Pará. Pará, Brasil. E-mail: maria.gemaque@ifpa.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6314-5927>.

trabalhar. A região tem uma das piores coberturas de saneamento básico do país, em alguns estados, menos de 10% da população tem acesso à rede de esgoto. Além disso, a falta de água potável e tratamento de esgoto contribui para diversas doenças.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018), houve avanços importantes na redução da vulnerabilidade social no país, contudo, persistem as desigualdades macrorregionais. As regiões Norte e Nordeste apresentam, predominantemente, municípios com IVS mais elevado.

De acordo com Gonçalves (2021), “há várias ‘Amazônias’ na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si”. É o que notamos nos arredores do campus do IFPA campus Breves, onde a falta de saneamento básico, de emprego e de oportunidades retratam a realidade de uma população que vive à margem de seus direitos básicos.

Foi a partir dessa constatação que nasceu o projeto de extensão Natal Solidário, que teve como objetivo atender famílias em vulnerabilidade socioeconômica que residem em área de ocupação no entorno do campus e objetiva despertar nos participantes valores e os sentimentos que as comemorações natalinas despertam, tais como amor, solidariedade e fraternidade, além de integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa, fomentando a construção da cidadania.

Para Silva *et al.* (2018) projetos socioeducativos são fundamentais para promover a cidadania, reduzir desigualdades sociais e minimizar índices de violência, especialmente, entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. São capazes ainda, de promover a interação social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Oferecem um ambiente propício para a construção de valores e direitos sociais, além de integrar diferentes atores sociais, como os profissionais da instituição, discentes e a comunidade externa.

Neste contexto, os projetos de extensão são fundamentais para os discentes do ensino médio, pois promovem a formação humana integral, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e cidadãs. Eles incentivam os estudantes a aplicar conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais, estimulando a reflexão, a tomada de decisões e a resolução de problemas. Além disso, esses projetos fortalecem valores como solidariedade, respeito, autonomia, criticidade e trabalho em equipe, contribuindo para a construção de uma educação voltada para a cidadania social.

Por meio da interação com a comunidade acadêmica e externa, os discentes desenvolvem habilidades de diálogo e aprendem a lidar com desafios e imprevistos, ampliando sua capacidade de leitura de mundo e compreensão das realidades sociais.

Procedimentos Metodológicos

O relato de experiência (RE) é considerado uma “expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas” (Mussi, Flores e Almeida, 2021). Ainda conforme os autores, o RE busca não apenas narrar os acontecimentos, mas também analisá-los de forma crítica-reflexiva, conectando-os a teorias e metodologias acadêmicas. Essa forma de produção acadêmica deve ser utilizada para compartilhar aprendizados, desafios, potencialidades e limitações de uma experiência, contribuindo para a produção de conhecimento e para a melhoria de ações profissionais e científicas, devendo mostrar tanto os aspectos positivos quanto negativos da experiência vivenciada. Desta forma, este RE trás reflexões acerca de um projeto de extensão realizado no Instituto Federal do Pará, no campus Breves, localizado na Ilha do Marajó.

Relato de Experiência e Discussão

O IFPA campus Breves está localizado no arquipélago do Marajó, região amazônica, e abrange os seguintes municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari (Resolução CONSUP/IFPA nº 111/2015).

Imagem 01 – Vista aérea do IFPA campus Breves.



Fonte: imagem da internet sem restrições de uso.

O projeto de extensão “Natal Solidário” iniciou sua primeira edição em 2015 e em 2023 ocorreu pelo 9º ano consecutivo. O projeto constava no calendário acadêmico do campus e ocorreu no mês de dezembro, mobilizando servidores, colaboradores e discentes em prol da ação que recebe no campus mais de 300 pessoas residentes nas proximidades do campus.

No evento foram distribuídos brinquedos, lanches e cestas básicas, além de brincadeiras para as crianças, culto ecumênico e apresentação cultural. Também foi realizado o bazar solidário com itens de vestuário, calçados e utensílios domésticos doados por servidores.

Os preparativos iniciaram em outubro com o convite aos servidores e alunos para a formação das equipes e distribuição de tarefas; em novembro iniciou-se a campanha de arrecadação de alimentos e o cadastramento e seleção das famílias. A realização do evento ocorreu dia 15/12/23, das 8h às 12h, no espaço de convivência do campus.

Imagem 02 – Cartaz de divulgação do evento.



Fonte: arquivos da autora.

No ano de 2023 foram formadas as seguintes equipes de trabalho:

1. Equipe de Comunicação e Divulgação;
2. Equipe de Infraestrutura e Decoração;
3. Equipe de Culto Ecumênico e momento Cultural;

4. Equipe de Lanche; Equipe de Brinquedos;
5. Equipe de Brincadeiras;
6. Equipe de Bazar;
7. Equipe de Cestas Básicas e;
8. Equipe de Cadastro das Famílias.

Cada uma das equipes foi composta por alunos e servidores com tarefas distintas. Para o cadastramento das famílias atendidas foram realizadas visitas nas seguintes localidades próximas ao campus: Rua Antônio Fulgêncio, Rua do Cemitério, Rua do Campo, Rua atrás do IFPA. Foram cadastradas 150 famílias e 200 crianças. As cestas básicas foram doadas por servidores do campus e empresas parceiras. Cada cesta continha: 1 kg de açúcar, 1 kg de arroz, 1 kg de feijão, 1 pacote 200g de leite em pó, 1 pacote 250g de café, 1 pacote de bolacha, 2 pacotes de macarrão, 1 frasco de 250g de margarina, 1 frasco de óleo de soja, 1 frasco de vinagre, 2 latas de sardinha, 1 garrafa de suco de caju.

Durante a visita e cadastro, cada família recebeu tickets que deram acesso ao evento e direito a uma cesta básica, um brinquedo para cada criança de até 10 anos de cada grupo familiar e acesso ao bazar, onde puderam escolher ao menos 5 itens.

Imagem 03 – Cadastro das famílias.



Fonte: arquivos da autora.

Os participantes chegaram cedo ao portão do campus, aguardando o início do evento. Pouco antes das 8h da manhã o portão foi aberto e os moradores foram recepcionados e direcionados aos assentos.

A equipe responsável pelo bazar organizou os itens por categorias a fim de facilitar a identificação dos mesmos, tais como roupa feminina, roupa masculina, calçados, bolsas, vestidos, calças, etc. Foram separados grupos de cinco pessoas para entrarem por vez com um tempo determinado para que não houvesse aglomeração e todos pudessem participar. Os idosos e pessoas com criança de colo tiveram prioridade na fila, conforme previsto em legislação.

A realização do bazar solidário promoveu a sustentabilidade através da doação de itens usados em boas condições e a dignidade a quem recebeu as doações. A ação envolveu práticas que equilibraram aspectos sociais e ambientais, garantindo o uso responsável dos recursos naturais e a promoção da justiça social.

Segundo Farias (2008):

As condições sociais dos mais favorecidos economicamente, também são dadas como estratégicas para o despertar consciente pelo consumo e também pela solidariedade. É importante que haja articulação entre os meios mais favorecidos e as periferias dos grandes centros, num estímulo à reutilização ou reaproveitamento de produtos de consumo, o que pode gerar outras relações de participação social para muitas pessoas.

Dessa forma, ao participarem do bazar, seja na condição de doador ou organizador, os discentes e servidores puderam refletir sobre desigualdades sociais, práticas solidárias e o impacto de suas ações nas famílias participantes do projeto.

Imagem 04 – Bazar solidário.



4a - calçados

4b - vestuário

Fonte: arquivos da autora.

Discentes foram responsáveis por embalar os brinquedos e guloseimas entregues às crianças. No evento foram recebidas aproximadamente 200

crianças, de 0 a 10 anos de idade, algumas com necessidades especiais, todas acompanhadas dos responsáveis. Três salas de aula foram preparadas para recebê-las, em cada uma das salas foram realizados brincadeiras e jogos por faixa etária. Tivemos uma sala com jogos eletrônicos, para as crianças maiores, e uma com atividade de pintura para as menores. Alunos e servidores se vestiram a caráter trazendo um aspecto lúdico para animar as crianças e tornar o evento atrativo para todas as faixas etárias das crianças.

A participação dos discentes nessa atividade é essencial para o desenvolvimento na prática de aprendizados teóricos adquiridos em sala de aula, pois, conforme Lave (2015): É muito útil reconhecer que um aprendiz não é alguém que não sabe, aprendendo (conhecimentos) provindos de alguém que sabe. Ao contrário, os aprendizes estão engajados (com outros) em aprender o que eles já estão fazendo – um processo multifacetado, contraditório e iterativo. Além disso, pode parecer que mesmo nesses termos os “aprendizes” são indivíduos, mas eles não são nunca somente isso. Eles estão engajados em práticas cotidianas em múltiplos contextos, participando em diferentes modos uns com os outros.

Imagem 5 – Entrega de presentes.



Fonte: arquivos da autora.

Para o lanche foram servidos 350 hot-dogs com refrigerante a todos os participantes do projeto, entre crianças, adultos e toda a equipe organizadora. O preparo foi feito na cozinha do campus pela equipe do lanche, composta por colaboradores, servidores e discentes.

Imagem 6 – lanches distribuídos aos participantes.

6a - refrigerantes

6b - hot dogs

Fonte: arquivos da autora.

A entrega de cestas básicas é sempre muito esperada pela comunidade. Servidores e empresas parceiras realizam as doações de alimentos a fim de atender a comunidade do entorno do campus. Uma opção prática foi realizar o levantamento do valor da cesta montada em estabelecimentos comerciais e sugerir a compra ou o recebimento do valor via transferência bancária para que pudéssemos comprá-las com desconto. Em 2023 foram arrecadadas 150 cestas e doadas às famílias, previamente cadastradas, participantes do projeto.

Durante o cadastramento observou-se que a maioria dos moradores do entorno do campus recebe e sobrevive apenas de benefício social do Governo Federal, sendo famílias de baixa renda. Dessa forma, a cesta básica entregue no Natal Solidário é muito aguardada. A entrega da cesta básica visa minimizar uma necessidade imediata no contexto da fome e da insegurança alimentar vivenciada por essas famílias.

Nesta perspectiva Farina (2024) afirma que:

[...]ainda que seja válido o esforço de distribuição de alimentos para quem tem fome, para a construção da justiça alimentar é necessário ir além, de maneira a se propor/elaborar/edificar processos educativos emancipatórios entre os que fornecem e os que os recebem.

Contudo, é importante destacar os limites da distribuição de alimentos quando não articulada com ações mais amplas, para que a distribuição de

alimentos não se restringida a um “mero assistencialismo”, o que pode perpetuar a fome e não a superá-la de fato.

Imagem 7 – cestas básicas doadas no projeto.



7a - cestas básicas



7b - entrega de cestas

Fonte: arquivos da autora.

Para tornar o ambiente agradável e apresentar talentos do campus, foram realizados: apresentação musical, peça teatral e um culto ecumênico. As apresentações foram acompanhadas pelos convidados na área de convivência do campus, a qual foi ornamentada com enfeites natalinos.

Imagem 08 – Apresentação cultural.



8a - música	8b - teatro
-------------	-------------



8c - público do evento

Fonte: arquivos da autora.

Após a realização de todas as atividades, incluindo a entrega dos brinquedos e as cestas básicas, nos despedimos das famílias e o evento se encerrou com a sensação de dever cumprido.

Imagem 9 – servidores, colaboradores e alunos ao final do evento.



Fonte: arquivos da autora.

Considerações Finais

O projeto de extensão Natal Solidário buscou promover atividades relacionadas com a prática e desenvolvimento de ações humanitárias voltadas ao comprometimento da comunidade acadêmica com a comunidade residente no entorno do campus.

O momento também foi oportuno para que a comunidade local conhecesse as instalações do campus e mais sobre de sua atuação junto ao município e região de abrangência.

Foi possível mobilizar diversos servidores e discentes nas campanhas de arrecadação de alimentos, brinquedos e itens do bazar. Nesse período a comunidade acadêmica se mobilizou para receber da melhor forma possível as famílias atendidas pelo projeto.

Apesar da grande adesão de participantes no projeto, ainda se esbarra em dificuldades financeiras para garantir todas as cestas básicas e brinquedos, o que depende de doações tanto de pessoas físicas quanto jurídicas. Essa dificuldade se evidenciou pelo elevado preço dos alimentos.

Observou-se que foi possível promover ações de cooperação e solidariedade entre os participantes servidores e discentes, além de cidadania para as famílias atendidas.

REFERÊNCIAS

FARIAS, G. N. **Residência social**: uma experiência com o Instituto IAPI, através do "Bazar de Pechincha". 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17020>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 111, de 19 de agosto de 2015**. Cria as áreas de abrangência por campus. Belém: IFPA, 2015

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para Discussão (TD) 2264**: Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. IPEA: 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/a4679f06-79a6-454a-9323-85ff77d4452e>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FARINA, Sinval Martins. Fome, distribuição de alimentos e educação. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 12, n. 22, p. 153-178, 2024. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/28606>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. A infância no marajó ocidental: considerações sobre o município de Breves (PA). **XVI ENPESS**, Vitória-ES, 2018.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, p. 37-47, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/FVKz5R-JSyg8YWrV7HpfXQnQ/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência

como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 10 jul. 2025.

OLIVEIRA, João Paulo; COSTA, Conceição Leal da. Jovens e Desenvolvimento de Projetos de Extensão no Ensino Médio Integrado: Prática Pedagógicas por uma Educação para a Cidadania Social. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 380-396. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/34672>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. **Indicadores de Vulnerabilidade do Pará**. Belém-PA, 2012. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/3apresentacaoindexdevulnerabilidade.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2025.

SILVA, Ana Rita Soares et al. A contribuição de atividades socioeducativas no campo da pedagogia social: relato de experiência do PET Pedagogia-UFPI. V **CONEDU**, 2018. Disponível em: http://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID3657_18092018101919.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

EIXO 3: Atuação e Prática Profissional

O eixo temático de Atuação e Prática Profissional tem como foco a atuação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que se constitui como um espaço privilegiado de construção de práticas educativas que integram trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo como horizonte a transformação social. Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005) destacam que essa modalidade de ensino deve romper com a visão utilitarista que reduz a formação à simples qualificação para o mercado, apostando na emancipação dos sujeitos e na valorização de seus contextos sociais e culturais.

O relato de Halliny Sousa, a partir da criação e gestão da Escola Municipal de Qualificação Profissional (EMQP) em Marituba-PA, ilustra como a atuação profissional pode transformar vidas e territórios. Em condições adversas, com poucos recursos e enfrentando a ausência de apoio institucional, foi possível construir um espaço educativo que não apenas capacitou milhares de jovens, adultos e idosos, mas também contribuiu para reduzir a evasão escolar, fortalecer vínculos comunitários e estimular o empreendedorismo local. Essa experiência confirma a perspectiva freireana de que a educação é uma prática de liberdade quando enraizada na realidade concreta dos educandos e comprometida com sua emancipação (Freire, 1996).

A atuação profissional descrita por Halliny demonstra que o educador, ao assumir um papel ativo e criador, reinventa metodologias e constrói alternativas que dialogam com as necessidades locais. A proposta EMPRECOOP, que integra empreendedorismo e cooperativismo, exemplifica uma pedagogia inovadora, voltada para a emancipação dos sujeitos e para a criação de novas formas de inserção social e produtiva. Gadotti (2000) chama essa perspectiva de educação cidadã, orientada para o fortalecimento da democracia e da solidariedade.

Já Arroyo (2012) destaca que a educação dos sujeitos do território precisa reconhecer as marcas sociais da exclusão e transformá-las em possibilidades de pertencimento e reconstrução de sentidos. Assim, o Eixo 3 reúne práticas que mostram a força da atuação profissional na EPT: experiências que ultrapassam a sala de aula, alcançam dimensões comunitárias e institucionais, e reafirmam o papel do educador como agente de transformação social.

Halliny Machado de Sousa

Instituto Federal do Pará (IFPA). Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica
(ProfEPT) em rede Nacional, Belém-PA, Brasil

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. (2005) Os autores discutem a Educação Profissional e Tecnológica como prática emancipadora, contrapondo-se à visão utilitarista. Um exemplo de obra que reúne esses autores é: Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. (1996) A ideia de educação como prática de liberdade está presente em: Freire, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Essa obra é um marco da pedagogia crítica e da educação libertadora.

GADOTTI, M. (2000) A noção de educação cidadã e democrática é desenvolvida em: GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2000. Gadotti propõe uma escola voltada para a autonomia, solidariedade e participação democrática.

ARROYO, M. (2012) A abordagem sobre os sujeitos do território e a exclusão social aparece em: Arroyo, M. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2012. O autor defende que os currículos escolares devem incorporar as experiências e saberes dos sujeitos excluídos.

CAPÍTULO 9

A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA NA CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Halliny Machado de Sousa¹⁸

Introdução

Este relato de experiência nasce do compromisso com uma educação que transforma vidas e reconhece, nos sujeitos e nos territórios periféricos, potência e dignidade. Mais do que relatar ações administrativas ou pedagógicas, este texto compartilha uma trajetória marcada pela resistência, pela reconstrução de espaços educativos e pelo enfrentamento das desigualdades estruturais por meio da educação profissional e tecnológica. A criação da Escola Municipal de Qualificação profissional-EMQP, no município de Marituba-Pa, não foi apenas um projeto institucional: foi uma práxis coletiva, enraizada na escuta, na ousadia e no desejo de construir oportunidades reais para jovens, adultos e idosos, que historicamente foram excluídos do direito à formação profissional e cidadã.

A EMQP foi concebida e implementada com poucos recursos e sem reconhecimento formal por parte das estruturas governamentais. Apesar disso, consolidou-se como uma experiência pedagógica e social exitosa, baseada na escuta da comunidade local, na articulação com parceiros institucionais, comunitários e externos, e na crença de que a educação é capaz de transformar trajetórias de vida. Com uma forma de ensino própria, chamada EMPRE-COOP – fusão entre empreendedorismo e cooperativismo -, a escola formou centenas de pessoas e se tornou referência de inclusão produtiva e inovação educacional na região metropolitana de Belém.

Mais do que relatar números ou resultados, este trabalho busca refletir sobre a potência da educação profissional em espaços não formais, a partir de uma prática concreta, vivida por quem enfrentou, diariamente os limites

18 Instituto Federal do Pará (IFPA). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional, Belém-PA, Brasil
E-mail: sousahalliny79@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7791-2562>

impostos pela precariedade e a ausência do Estado. A experiência da EMQP se articula com os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, defendidos por autores como Ciavatta et al. (2005), e reafirma que a práxis educativa, quando comprometida com a transformação social, pode romper barreiras institucionais, mobilizar territórios e gerar novas possibilidades de existência para sujeitos historicamente excluídos.

Como aponta Freire (1996), a educação profissional não nasce apenas da teoria ou das decisões políticas, mas sobretudo das experiências vividas por sujeitos em contextos de necessidade, luta e reinvenção cotidiana. Esta foi a minha realidade na EMQP.

Antes mesmo de conhecer o campo teórico da EPT, eu já havia vivido, na prática, muitos de seus princípios. (<https://observatorioept.org.br/>). A criação da EMQP foi um desses momentos em que a realidade nos obriga a criar, acolher e transformar. Somente mais tarde, já nos estudos para prova do mestrado, compreendi que aquelas escolhas feitas com base na escuta, na intuição e na sensibilidade, eram profundamente coerentes com os fundamentos da EPT. É a partir dessa vivência que passo a dialogar com autores que ajudam a compreender a educação profissionalizante em uma perspectiva integral – aquela que não separa técnica de humanidade, nem trabalho de cidadania.

A educação profissionalizante, quando pensada sob a perspectiva integral, ultrapassa os limites de formação técnica e instrumental, ao articular dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da cidadania. Nessa abordagem os sujeitos não são apenas capacitados para uma ocupação imediata, mas formados para compreender criticamente o mundo do trabalho e intervir nele de forma ativa e transformadora. Segundo Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005) a proposta de formação integral rompe com o modelo dualista da educação, integrando saberes diversos e valorizando os contextos sociais dos educandos. Desse modo, a educação profissionalizante deixa de ser apenas uma resposta às exigências do mercado e passa a ser um instrumento de emancipação humana e social.

Para aprofundar essa perspectiva, é preciso distinguir três conceitos centrais que atravessam a discussão sobre formação profissional: ocupação, profissionalizante e profissional. Conceitualmente, ocupação é o conjunto de atividades que um trabalhador realiza em determinado campo profissional, como registrado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo vinculado a competências específicas. Profissionalizante refere-se a práticas formativas de curta duração, voltadas à qualificação rápida para inserção no mundo do trabalho, normalmente com certificação, mas sem vínculo com a educação formal. Já profissional, no âmbito educacional, refere-se à educação profissional, que compreende cursos técnicos de nível médio e tecnológicos

de nível superior, organizados de forma sistemática e regulamentada, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e humanas. (Brasil, 2012).

A EPT, regulamentada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, em seus artigos 36 a 42, estabelece diretrizes para essa modalidade de ensino e reforçada nos documentos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), é parte fundamental da política educacional que visa à formação de sujeitos capazes de atuar com competência no mundo do trabalho e com consciência crítica na sociedade. Para Kuenzer (2007), a EPT deve garantir a articulação entre teoria e prática, superando o tecnicismo e contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade social e histórica.

Fortalecer iniciativas de educação não formal e institucional voltadas à qualificação profissional, torna-se uma estratégia potente de emancipação social e enfrentamento de desigualdades. Essas experiências, quando construídas com base na escuta das comunidades e nos saberes do território, atuam de forma autônoma e transformadora, especialmente em contextos onde a escola tradicional não alcança ou não acolhe. Longe de serem ações marginais, essas práticas afirmam o direito à formação digna e ampliam as possibilidades da inserção produtiva e de cidadania.

Neste sentido, essas experiências ampliam as oportunidades de aprendizagem, contribuem com a redução da evasão escolar, diminuem vulnerabilidades sociais e fortalecem laços comunitários. Quando articuladas de forma sensível às realidades locais, essas ações não apenas capacitam para o trabalho, mas transformam vidas e reafirmam o papel social da educação como prática de liberdade conforme defende Freire (1967).

Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar uma experiência profissional vivida entre os anos de 2015 a 2019, no município de Marituba, região metropolitana de Belém-Pará, a partir da criação e implantação da Escola Municipal de Qualificação profissional.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

Esta descrição se configura como relato de experiência, uma modalidade de produção acadêmica que parte da vivência concreta do sujeito que escreve, e tem como objetivo refletir criticamente sobre sua prática e sobre os aprendizados que dela emergem. Segundo Souza e Minayo (2004), o relato de experiência assume uma dimensão formativa e investigativa, pois permite que

o autor transforme a prática vivida em conhecimento compartilhado, resignificando os processos educativos aos quais esteve vinculado. Deste modo, este texto não apenas descreve acontecimentos, mas analisa a construção de uma experiência de gestão e de formação profissional em um espaço não formal, revelando suas tensões, estratégias e impactos sociais.

Relato de Experiência e Discussão

Foi exatamente isso que vivi ao longo da construção de uma proposta educacional corajosa e profundamente vinculada pelo compromisso social. Eu vinha de projetos e experiências na área da educação, quando fui trabalhar na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda (SEDETER). Para mim foi um desafio muito grande, pois precisei estudar novamente, desta vez Gestão Pública – uma área diferente da minha formação inicial. Na SEDETER eu era a segunda pessoa na hierarquia, como se fosse uma espécie de secretária adjunta, chefe de gabinete, diretora administrativa e financeira, etc. Todas as maiores responsabilidades administrativas ficavam sob minha supervisão e meu trabalho.

Em 2016, fui levada para um outro projeto, dentro da mesma secretaria, mas em um prédio anexo. Minha trajetória até esse projeto foi marcada por muita peleja. Por diversas vezes fui desligada justamente quando meu trabalho começava a dar frutos. Vida de temporário¹⁹, tem dessas coisas. Meu empenho era desejado, mas minha permanência não. Quando fui convidada por pessoas próximas – meu chefe, meu marido, minha melhor amiga – a assumir esse novo projeto na educação, resisti.

Já havia prometido a mim mesma que não voltaria para educação. Porém a vocação falou mais alto e aceitei entre sorrisos e lágrimas a Diretoria de Qualificação Profissional do Município. A escola construída se destacava por sua proposta educacional inovadora. Meu chefe apostou integralmente no projeto e costumava dizer que, sem a minha liderança para conduzi-lo, dificilmente alguém mais teria a mesma capacidade de levá-lo adiante.

Naquele momento, tínhamos um prédio, insalubre por sinal e 40 alunos matriculados em um projeto qualquer, para qualificar e capacitar jovens. Sem mobiliário, sem estrutura pedagógica ou qualquer apoio da secretaria de educação. Solicitei a cedência de 3 servidores da SEDETER. Com eles estava começando a erguer uma nova realidade: instalamos cadeiras, mesas, internet, climatização das salas, banheiros adequados e estruturei uma nova proposta pedagógica. Comecei a desenvolver uma forma de ensino que chamei de EMPRECOOP, uma fusão entre empreendedorismo e cooperativismo

19 Livro: Vida de Temporário. CBL – Câmara Brasileira do Livro, ISBN: 978-65-00-60824-3

baseada em projetos que culminava na apresentação de produtos finais, em formatos semelhantes a TCCs e dissertações acadêmicas.

A timidez, a falta de prática e de conteúdo dos alunos, foi um dos primeiros obstáculos, mas, ao longo do tempo cada um foi descobrindo a sua voz. Inclusive eu, que sentia tanto prazer em trabalhar daquela forma, eu me sentia livre. Com o passar dos meses, a escola se tornou um polo ativo naquela periferia. De 40 alunos saltamos para 300, 700 e depois para mais de 3.000. Esses jovens passaram a frequentar o espaço em contraturno escolar reorganizando não apenas sua rotina, mas também a dinâmica familiar. As ilustrações 1, 2 e 3 apresentam a estrutura os alunos e os eventos de formatura da EMQP.

Ilustração 1 – Imagem mostra alunos na entrada da instituição.



Fonte: Arquivos da autora

Ilustração 2 – Imagem mostra a estrutura das salas da instituição.



Fonte: Arquivos da autora

Ilustração 3 – Imagem mostra a 1ª solenidade de formatura da instituição.

Fonte: Arquivos da autora

Os pais – muitos, pequenos comerciantes – relatavam mudanças significativas nos filhos, tanto na postura (disciplina), quanto nos negócios, na vida familiar e na vida em sociedade. A partir dessas demandas, criei o projeto “Escola Empreendedora”, voltada para jovens de 14 a 24 anos. Mais tarde veio o projeto “Jovem a Mais Tempo”, pensado para adultos e idosos. Eles conheceram a escola através dos seus filhos e buscavam uma oportunidade de (re) começar.

Ilustração 4 – Imagem mostra os alunos no curso de modelista e corte costura.

Fonte: Arquivos da autora

Os cursos foram definidos com bases em pesquisa de campo e dialogavam com os talentos e as necessidades da comunidade. Foi aí que consegui 22 parceiros para compor a banca de avaliação e os conteúdos ministrados. Todo o sistema “S” veio, cooperativas, pequenos, médios e grandes comerciantes, todos deram a sua contribuição. Além da qualificação, conseguimos resultados sociais concretos. Com o aumento do interesse da comunidade pela escola, houve uma percepção da redução do envolvimento de jovens no tráfico de drogas e na prostituição infantojuvenil, naquela área onde estávamos inseridos. Ao final dos cursos, foram enviados mais de 60% dos alunos ao mundo do trabalho e 20% conseguiram montar seu próprio negócio, estimulando o empreendedorismo local. Essa transformação foi reconhecida com 5 prêmios na área de educação profissional e tecnológica, sendo o mais importante o prêmio nacional do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas): Escola Empreendedora: Transformando Sonhos em Realidade!

Ilustração 5 – Imagem mostra as parcerias.



Fonte: Arquivos da autora

Ilustração 6 – Imagem mostra as premiações que a EMQP recebeu.



Fonte: Arquivos da autora

Mesmo com todo êxito, nunca consegui o código do INEP (Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Texeira), espécie de registro das escolas, que se identificam de forma unificada junto ao Ministério da Educação (MEC). Como forma de proteger o trabalho desenvolvido, registrei oficialmente a marca “HLM Programa Empreendedor”.

Esse registro não apenas deu legitimidade à proposta, como também representa hoje, um instrumento fundamental para minha pesquisa no mesurado, já que atuo em espaços não formais de educação e acredito na força dessas experiências autônomas, criativas e emancipadoras.

Ilustração 7 – O documento mostra o registro da marca no INPI

BRASIL
Acesso à informação
Participe
Serviços
Legislação
Canais

Instituto Nacional da
Propriedade Industrial
Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI

Consultar por: Nº Processo | Marca | Titular | Cód. Figura

Início | Ajuda?

1/0

Marca

Nº do Processo: 917862554

Marca: HLM Programa Empreendedor

Situação: Registro de marca em vigor

Apresentação: Mista

Natureza: De Serviço



HLM
PROGRAMA EMPREENDEDOR

Classificação de Produtos/Serviços

Classe de Nice	Situação da Classe	Especificação
NCL(11) 41	Vide Situação do Processo	Informações sobre educação [instrução] - [Informação emi; in...

Classificação Internacional de Viena

Edição	Código	Descrição
4	26.1.1	Círculos
4	26.13.25	Outras figuras geométricas, desenhos indefiníveis
4	27.5.1	Letras apresentando um grafismo especial
4	27.5.17	Letras em caracteres cheios
4	29.1.13	Três cores predominantes

Titulares

Nome: HALLINY MACHADO DE SOUSA

Titular(1):

Representante Legal

Nome: GUARDIANS SUPORTE PROFISSIONAL EIRELI - EPP

Procurador:

Datas

Data de Depósito: 01/08/2019

Data de Concessão: 07/04/2020

Data de Vigência: 07/04/2030

Prazos para prorrogação de registro de marca

Início	Fim	Prazo Ordinário	Prazo Extraordinário
08/04/2029	07/04/2030	08/04/2030	07/10/2030

Petições

Publicações

RPI	Data RPI	Despacho	Certificado	Inteiro Teor	Complemento do Despacho
2570	07/04/2020	Concessão de registro	-	-	
2561	04/02/2020	Deferimento do pedido	-	-	
2539	03/09/2019	Publicação de pedido de registro para oposição (exame formal concluído)	-	-	

Dados atualizados até 17/06/2025 N° da Revista: 2841

Rua Mayrink Veiga, 9-Centro-RJ-CEP: 20090-910

Fale conosco

Fonte: arquivo da autora

Esta experiência reafirmou a educação como um ato radical de esperança e transformação. É fundamental que essa educação considere as realidades locais e as experiências dos educandos. Ciavatta et al. (2005), também nos lembra que a EPT precisa estar a serviço da emancipação e, não apenas do mercado. Já Kuenzer (2007), aponta que é preciso romper com o tecnicismo e promover uma formação que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Na época da EMQP, eu não conhecia esses autores citados acima. Não tinha consciência da figura mistagógica como fala Gramsci (2012) – aquela educadora que conduz com sentido, escuta e sensibilidade. Mas meu coração e minha vocação me levaram por esse caminho. Hoje como mestranda do PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação profissional e Tecnológica), sigo consciente do meu papel como educadora e do compromisso ético com os que mais precisam da escola como espaço de acolhimento, dignidade, emancipação e principalmente resistência. Levo comigo a certeza de que a práxis vivida foi, de fato, transformadora e exitosa – não só para os alunos, mas também para mim.

A criação da EMQP, como relatado nesta experiência, evidencia a potência dos espaços de educação não formal como alternativa real de formação profissional e humana em contextos de vulnerabilidade. Essa iniciativa dialoga diretamente com os princípios da EPT na perspectiva integral defendida por autores como Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), que compreendem a EPT como um campo que deve articular trabalho, ciência, cultura e cidadania, superando a lógica dualista e instrumental da formação meramente técnica.

Ao propor metodologias ativas e integradoras, como o método EMPRENCOOP, que funde empreendedorismo e cooperativismo com práticas de projeto, o trabalho rompe com a ideia de uma qualificação voltada apenas à empregabilidade. Como destaca Kuenzer (2007), é necessário romper com o tecnicismo historicamente imposto às classes populares, reconhecendo o sujeito da EPT como cidadão crítico, criador e transformador de sua realidade.

O impacto comunitário descrito no relato – redução de envolvimento com drogas e prostituição, fortalecimento de vínculos familiares e surgimento de empreendimentos locais – reforça o que autores como Arroyo (2012), chamam de educação dos sujeitos do território: uma educação que não ignora as marcas sociais da exclusão, mas as enfrenta com acolhimento, escuta e reorganização de sentidos. Ao tornar a escola um espaço de pertencimento, a experiência descrita desloca o foco do desempenho individual para o desenvolvimento coletivo e afetivo.

Além disso, a atuação em rede com o sistema “S”, cooperativas, comerciantes e instituições locais revela uma prática que se aproxima da concepção de escola cidadã, conforme Gadotti (2000), ao promover parcerias educativas orientadas por um projeto de sociedade mais justo. Essa articulação entre saberes comunitários e saberes técnicos-profissionais consolida uma educação que respeita a realidade dos sujeitos, suas histórias e os seus sonhos – exatamente o que defendem Macêdo e Ferreira (2017), ao analisar práticas pedagógicas emancipatórias em territórios periféricos.

Por fim, o fato de a escola ter recebido 5 prêmios, incluindo o reconhecimento nacional do SEBRAE, atesta que experiências inovadoras e construídas

de forma autônoma, mesmo fora dos marcos oficiais da educação formal, podem transformar o território em campo fértil de aprendizagem significativas. Como lembra Freire (1996), “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando”. Esse relato mostra que a escola também pode ser um caminho reinventado – coletivo, digno e transformador.

Além da experiência vivida na EMQP, outras iniciativas em diferentes regiões do Brasil também apostaram na educação profissional como ferramenta de transformação social, especialmente em territórios periféricos ou marcados por desigualdades históricas. O projeto Arrastão, desenvolvido na zona sul de São Paulo desde os anos 2000, é uma organização comunitária que oferece formação cidadã. Já o Instituto Aliança com o Adolescente, com atuação no Ceará, Bahia e Pernambuco, desenvolveu a metodologia “Trilhas da Juventude”, voltada para a qualificação de jovens em setores produtivos locais, com resultados expressivos na empregabilidade e na autoestima dos participantes.

Em outra frente, os Institutos Federais do Seminário e do Sertão Pernambucano vêm implementando cursos de formação profissional articulados ao desenvolvimento territorial, reconhecendo os saberes locais e promovendo inclusão produtiva. Esses exemplos reforçam que a EPT, quando pensada a partir dos sujeitos e das realidades onde vivem, não apenas qualifica, mas emancipa, reconhece trajetórias e transforma coletivos. Tais práticas, assim como a EMQP, afirmam que é possível construir uma formação profissional crítica, sensível ao território e comprometida com a justiça social. (Moura, 2021; Ramos, 2005).

É com esse entendimento que encerro esta discussão: com a certeza de que práticas educativas vivenciadas na EMQP foram fundamentadas nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Considerações Finais

Este relato teve como objetivo compartilhar a experiência vivida entre os anos de 2015 a 2019, no município de Marituba-Pará, com a criação e implantação da EMQP. Mais do que narrar uma ação institucional, o texto buscou evidenciar como um espaço não formal de educação, pensado a partir das demandas reais da comunidade e enraizado nos princípios da educação profissional na perspectiva integral, pode produzir transformações concretas na vida das pessoas.

A experiência reafirma a potência de projetos que dialogam com o território, respeitam os saberes populares e integram trabalho, cultura e cidadania em suas propostas pedagógicas. Ao romper com os moldes tradicionais da

“formagem”, a escola se tornou um território de formação plena, onde jovens, adultos e idosos puderam encontrar escuta, acolhimento e oportunidades reais de reconstruir suas trajetórias pessoais e profissionais. O reconhecimento por meios de prêmios, o envolvimento da comunidade e os resultados sociais alcançados confirmam que a educação, quando guiada pela escuta e pela intencionalidade ética, pode ser uma prática radical de esperança.

Como educadora, essa trajetória reafirmou meu compromisso com uma educação libertadora, sensível às desigualdades e comprometida com a dignidade dos sujeitos historicamente silenciados. Hoje, como mestrande do PROFEPT, levo comigo não apenas os registros institucionais dessa experiência, mas a certeza de que formar é muito mais do que instruir – é construir caminhos coletivos de emancipação, pertencimento e transformação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: MEC/SETEC, 2012.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. Educação e cidadania planetária. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

GRAMSCI, Antônio. Scritti dalla Libertà – 1910-1926. A cura di Angelo d’Orsi e Francesca Chiarotto. Roma: Editori Internazionali Riunti, 2012.

SOUSA, Halliny. Vida de temporário: Sobrevivendo na medida do melindre, 2023. 1ª Edição.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e educação profissional: a reforma do ensino médio e a proposta de profissionalização. São Paulo: Cortez, 2007.

MACÊDO, Elizabeth; FERREIRA, Naura S. C. Educação, cultura e territórios educativos. São Paulo: Cortez, 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação profissional e desenvolvimento local: territórios e resistências. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, 2021.

RAMOS, Marise. Educação profissional e tecnológica no Brasil: a reforma do ensino médio e a formação dos trabalhadores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 1235-1256, 2005.

SOUZA, Elenaldo Teixeira de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social: a prática de uma metodologia qualitativa. São Paulo: Hucitec, 2004.

<https://observatorioept.org.br/>

Editora CRV
versão para revisão do autor

EIXO 4: Trajetórias Formativas e Desenvolvimento Acadêmico na EPT

Este eixo temático abordará as Trajetórias Formativas e Desenvolvimento Acadêmico na EPT. As trajetórias formativas revelam os desafios, as estratégias e as conquistas que marcam a caminhada de sujeitos em busca da qualificação e do fortalecimento profissional. Essas experiências demonstram que a prática profissional também se constrói por meio do investimento contínuo na formação acadêmica, como estratégia para ampliar horizontes e consolidar identidades. Saviani (2008) ressalta que a educação integral deve articular dimensões cognitivas, sociais e culturais, formando sujeitos críticos capazes de transformar sua realidade.

Nesta direção, Mayara Lima, ao narrar sua trajetória de preparação e ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), evidenciou a dimensão subjetiva e coletiva desse processo. Filha de trabalhadores, formada em Ciências Sociais e Pedagogia, sua caminhada até a pós-graduação foi marcada por superações, dedicação e persistência. Entre jornadas de trabalho, estudos sistemáticos e enfrentamento de limitações materiais, sua aprovação no ProfEPT simbolizou não apenas um êxito pessoal, mas também a conquista de um espaço, historicamente, negado a muitos brasileiros de origem popular.

Essa trajetória exemplifica o que Freire (1996) chama de “ato de coragem e esperança”: ao persistir na busca pelo saber, mesmo diante das dificuldades, o sujeito se afirma como protagonista de sua própria formação. Além disso, o mestrado profissional, conforme Quelhas, Filho e França (2011), foi criado exatamente para valorizar saberes oriundos da prática e para aproximar a pós-graduação das demandas concretas do mundo do trabalho. Nesse sentido, a experiência de Mayara representa a materialização do sentido democrático da EPT ampliar o acesso ao conhecimento e reconhecer trajetórias invisibilizadas.

Assim, o Eixo 4 apresenta um estudo de relato que mostra as práticas profissionais e as formações acadêmicas caminhando juntas: é no investimento em sua própria formação que o educador fortalece sua atuação no campo da EPT, tornando-se capaz de contribuir de forma ainda mais qualificada para os espaços sociais e institucionais em que está inserido.

Maiara Roberta Dos Passos Lima

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em
Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede
Nacional. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Pará (UFPA). Hospital Ophir Loyola

REFERÊNCIAS

SAVIANI, D. (2008) A defesa da educação integral articulando dimensões cognitivas, sociais e culturais está presente em: Saviani, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008. Essa obra é fundamental para compreender a pedagogia histórico-crítica e a formação de sujeitos críticos.

FREIRE, P. (1996) A ideia de formação como “ato de coragem e esperança” pode ser encontrada em: Freire, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996. → Freire aprofunda o papel da esperança como força transformadora na educação.

QUELHAS, J. F.; FILHO, J. F.; FRANÇA, S. L. (2011) A valorização dos saberes da prática e a aproximação entre pós-graduação e mundo do trabalho são discutidas em: Quelhas, J. F.; Faria Filho, J. G.; França, S. L. Mestrado profissional: saberes da prática e mundo do trabalho. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 8, n. 15, p. 11–34, 2011. Disponível na Revista Brasileira de Pós-Graduação da CAPES.

CAPÍTULO 10

DA SUPLÊNCIA À APROVAÇÃO: trajetória rumo ao mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (PROFEPT)

Maiara Roberta Dos Passos Lima²⁰

Introdução

Durante muito tempo, o ensino médio esteve desvinculado da formação integral do aluno, sendo voltado para uma educação propedêutica. No entanto, com o avanço da Educação Básica que atualmente busca uma formação mais ampla, sob uma perspectiva integral, esse cenário tem se transformado. Conforme Saviani (2008), essa nova abordagem tem ganhado centralidade no debate educacional por articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano em sua totalidade. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve, portanto, buscar a superação da dicotomia entre a formação propedêutica e a formação para o trabalho, valorizando o conhecimento como instrumento de emancipação social (Silva e Coutinho, 2024; Saviani, 2008).

Frigotto (2001) ressalta que a EPT não pode ser entendida apenas como uma capacitação técnica, mas deve ser compreendida como um movimento educativo que possibilite ao sujeito perceber e transformar a realidade em que está inserido. Essa abordagem dialética reforça a importância de termos políticas educacionais voltadas à formação crítica, completa e autônoma do indivíduo. Para o educador, o ensino não deve ter como foco exclusivo a preparação para o mercado de trabalho, mas sim promover uma educação integral, que articule teoria e prática, formando cidadãos críticos e reflexivos, por meio de um desenvolvimento social, pessoal e político.

Nesse contexto, a valorização da trajetória acadêmica e profissional dos sujeitos que compõem o universo da EPT torna-se fundamental. Estratégias de superação de desafios, planejamento pessoal, resiliência e a busca contínua pelo conhecimento são elementos essenciais que integram esse percurso. Autores como Ciavatta (2012) e Della Fonte (2020) destacam a importância

20 1-Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Hospital Ophir Loyola
E-mail: maiarapassos12@yahoo.com.br; Orcid: 0009-0006-8825-2502

dessas dimensões para a consolidação de uma identidade acadêmica comprometida com a transformação social.

Com a transformação e ampliação da Educação Básica para a EPT, surge também a necessidade de qualificar profissionalmente as equipes de atuação. Muitos professores, que em diversos casos receberam apenas formação técnica, não se reconheciam como participantes ativos desse processo de transformação, o que representa uma das problemáticas enfrentadas. Diante disso, esse é apenas um dos aspectos que levaram à criação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o qual condensa o histórico das mudanças ocorridas na educação profissional brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. Sua estrutura evidencia, ao longo dos anos, os avanços técnico-científicos que modificaram as relações sociais nesse período. Assim, a opção por um mestrado com foco na melhoria dos processos de ensino na EPT, possibilitando a qualificação das práticas pedagógicas, vai ao encontro da realidade atual do país (Freitas et al., 2017).

Diante desse contexto o objetivo desse trabalho foi relatar a experiência pessoal de aprovação no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), os desafios enfrentados, as estratégias de superação e a importância dessa conquista para trajetória acadêmica e profissional.

Procedimentos Metodológicos

Desenho do estudo

Os relatos de experiência nas ciências humanas e sociais colaboram para a construção do conhecimento, trazem evidências empíricas, ou seja, dados e informações baseadas na prática real. Embora esses relatos possam conter algum grau de viés por serem subjetivos e baseados na percepção do autor, eles são valiosos para enriquecer o debate científico (Antunes et al., 2024). Ao apresentar essas experiências, ajudamos a ampliar as discussões acadêmicas e a fortalecer as teorias, tornando-as mais próximas da realidade prática.

Relato de Experiência e Discussão

Para compreender a minha trajetória no Mestrado ProfEPT do IFPA Campus Belém, é necessário, primeiramente, entender a importância do mestrado profissional no contexto brasileiro. A consolidação dos cursos de pós-graduação no país contempla diferentes modalidades de formação, refletindo uma preocupação crescente em atender às diversas demandas do mercado de trabalho e da produção de conhecimento. Essas modalidades destacam-se o doutorado, o mestrado, os cursos de especialização e de aperfeiçoamento. (Quelhas; Filho; França, 2011).

Nesse contexto, segundo Quelhas, Filho e França (2011), o mestrado profissional, embora pertença à categoria *stricto sensu*, diferencia-se por sua ênfase em conteúdos aplicados e pela orientação voltada à prática profissional. Sua estrutura contempla tanto disciplinas teóricas quanto atividades de pesquisa, incluindo a elaboração de uma dissertação e a apresentação e um produto. O objetivo central dessa modalidade é formar profissionais altamente qualificados para atuar em processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de capacitá-los como multiplicadores de saberes em seus respectivos campos de atuação.

A proposta de implantação dos mestrados profissionais na área da educação enfrentou inicialmente certa resistência, motivada por receios relacionados à possível desvalorização da pesquisa acadêmica, conquista que exigiu décadas de empenho por parte da comunidade científica. Essa resistência pode ser compreendida, sobretudo, diante da novidade que representava essa iniciativa no campo educacional, sendo que o primeiro mestrado profissional em educação foi aprovado pela CAPES apenas em 2009 (Andre, 2017).

A origem dessa modalidade remonta ao final dos anos 1980, quando se intensificou o debate sobre a necessidade de cursos de pós-graduação com caráter mais aplicado, voltados à qualificação de profissionais para além dos muros da academia. Desde então, o mestrado profissional vem ganhando relevância como uma alternativa sólida para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos teóricos, mas que também almejam aplicar esses saberes na solução de problemas concretos em seus contextos profissionais (Andre, 2017).

O caminho rumo à aprovação no ProfEPT começou antes da inscrição no processo seletivo partiu de uma inquietação e de uma necessidade de mudança de vida, por ser filha de um pedreiro e de uma camareira, o acesso à educação formal foi marcado por muitos obstáculos, estudar a vida toda em escola pública foi um deles. O ambiente familiar e social não oferecia referências ou experiências próximas com a educação superior, o que tornou o ingresso na universidade um processo desafiador e, ao mesmo tempo, transformador. A entrada no ensino superior representou um rompimento com a realidade até então conhecida, sendo a primeira da família a ocupar esse espaço.

Concluída a graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o caminho natural foi à inserção direta no mercado de trabalho, tendo o diploma como ponto final de um percurso já considerado suficiente. A continuidade na vida acadêmica, por meio de uma pós-graduação, sequer era considerada uma possibilidade real. O mestrado, em especial, parecia algo distante, reservado a grupos historicamente privilegiados no acesso à educação (Ciavatta, 1988).

Historicamente, a estrutura educacional brasileira foi moldada para atender aos interesses das elites, mantendo o ensino superior, especialmente em

seus níveis mais avançados, como acesso restrito a ela. Para grande parte da população de baixa renda, restava apenas o mercado de trabalho, sem articulação com a produção do conhecimento acadêmico (Ciavatta, 1988). O surgimento do mestrado profissional contribuiu para romper com essa lógica excludente, ao propor uma formação *stricto sensu* que valoriza saberes oriundos da prática profissional e promove o diálogo entre teoria e prática. Essa modalidade representa uma ampliação de horizontes para trabalhadores que buscam qualificação sem se afastar dos seus contextos de atuação, possibilitando o reconhecimento de trajetórias muitas vezes invisibilizadas na academia (Freitas et al., 2017; Quelhas; Filho; França, 2011).

Nesse contexto, passei a perceber no mestrado profissional uma possibilidade real de amadurecimento acadêmico e valorização da minha própria trajetória. Após concluir a segunda graduação, em Pedagogia, no ano de 2021, crescia em mim o desejo de ir além da formação inicial e dar novos sentidos à minha experiência profissional. Esse processo teve início de forma mais concreta em 2023, a partir de uma conversa com a amiga Luciene Cerqueira Miranda, professora da ETEPA, que me apresentou ao programa e despertou meu interesse em retomar a vida acadêmica. A partir daí, comecei a refletir sobre a importância de novas vivências e da superação da dicotomia entre trabalho e educação, como se fossem dimensões totalmente distintas.

Naquele momento, após anos dedicados exclusivamente ao trabalho, a ideia de voltar a estudar em uma área até então um pouco distante da minha realidade EPT parecia um desafio remoto, porém necessário. Embora tivesse cursado uma segunda licenciatura durante a pandemia e até ministrasse cursos voltados à EPT, ainda me sentia fora do ritmo acadêmico.

Decidi, então, buscar informações detalhadas sobre o programa de pós-graduação no site do IFPA, começando pela leitura de editais anteriores e das bibliografias recomendadas. Ao analisar o conteúdo programático da prova, especialmente a bibliografia sugerida, percebi que alguns textos, como os de Marx, Engels e Lukács, que discutem educação, escola e humanização, já eram familiares, devido à minha formação inicial, o que me proporcionou uma base importante. Por outro lado, autores mais contemporâneos, como Fernanda Escurra (2016), que trata o trabalho como categoria fundante, e Machado (2023), com sua obra “Trabalho e Democracia”, especialmente nos temas relacionados à educação e sociedade, eram novos para mim. Apesar dos desafios, encarei a prova como uma oportunidade de diagnóstico e preparação para aprofundar meus conhecimentos.

Na seleção de 2023, dediquei-me aos estudos com disciplina, conciliando-os com a rotina de trabalho, o que consumia grande parte do meu tempo. Após a realização da prova, fui classificada como suplente. Apesar de não ter sido convocada, esse resultado representou um indicativo claro de que

o caminho trilhado estava correto. A experiência me motivou a persistir e a intensificar os estudos para a próxima edição do processo seletivo.

No ano seguinte, com o lançamento do edital de 2024, decidi que seria diferente. Organizei um cronograma de estudos e dediquei meus finais de semana à leitura dos referenciais teóricos presentes no edital, principalmente porque houve algumas mudanças na bibliografia, como a inclusão da obra de Ciavatta (2023), “História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in) dependências”. Além disso, observei alterações importantes nos critérios de avaliação, especialmente no que dizia respeito à comprovação de experiência profissional, mesmo para candidatos não vinculados diretamente à Rede Federal. Retomei os estudos com mais foco, revisando os principais referenciais teóricos e me organizando melhor para o processo seletivo. Ao realizar novamente a prova, senti-me mais confiante quanto ao conteúdo.

Editais 2023 Cronograma 1 – Novembro/2023 a Fevereiro/2024

Carga horária: 2 horas por dia | Dias da semana: Segunda, Quarta, Sexta e Sábado

Total semanal: 8 horas

Estrutura Semanal:

- Segunda-feira: 19h – 21h
- Quarta-feira: 19h – 21h
- Sexta-feira: 19h – 21h
- Sábado: 9h – 11h

Tabela 1 – Organização Mensal 2023-2024:

Mês	Total de Semanas	Total estimado de horas
Dezembro/2023	4 semanas	32 h
Novembro/2023	4 semanas	32 h
Janeiro /2024	4 semanas	32 h
Fevereiro/2024	1 semanas	8 h
Total	13 Semanas	104 horas

Fonte: Elaboração própria.

Editais 2024 - Cronograma 2 – Maio/2024 a Fevereiro/2025

Carga horária: 3 horas por dia | Dias da semana: Segunda a Sábado
Total semanal: 18 horas

Estrutura Semanal:

- Segunda a Sexta: 18h30 – 21h30 Sábado: 9h – 12h

Tabela 2 – Organização Mensal 2024-2025:

Mês	Total de Semanas	Total estimado de horas
Maio/2024	4 semanas	72 h
Junho /2024	4 semanas	72 h
Julho/2024	4 semanas	72 h
Agosto/2024	4 semanas	72 h
Setembro/2024	4 semanas	72 h
Outubro/2024	4 semanas	72 h
Novembro/2024	4 semanas	72 h
Dezembro/2024	4 semanas	72 h
Janeiro/2025	4 semanas	72 h
Fevereiro/2025	1 semanas	18h
Total	33 semanas	594 horas

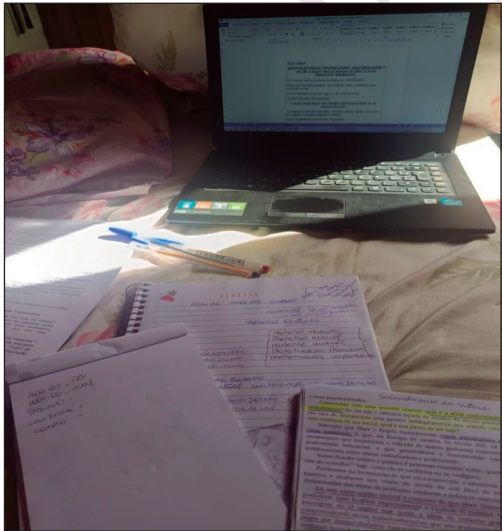
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 – Comparativo Resumido

Período	Dias de Estudo	Horas Semanais	Total estimado de horas
Nov/2023 – Fev/2024	Seg, Qua, Sex, Sáb	8 h	104 h
Mai/2024 – Fev/2025	Seg a Sáb	18 h	594 h

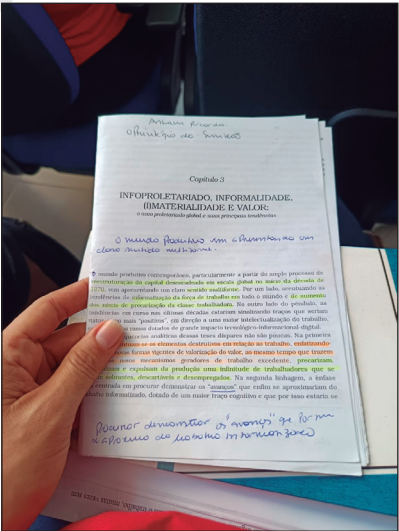
Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 – Estudando em Casa



Fonte: Arquivo da autora

Figura 1 – Estudando a Bibliografia



Fonte: Arquivo da autora

Passaram-se alguns meses de espera até a divulgação do resultado, mas a aprovação veio como resposta a um esforço contínuo. No momento da

matrícula, fomos direcionados para uma sala e aguardamos a apresentação da documentação. Lá, já se encontravam dois novos amigos, Maradei e Hailiny, esperando para serem chamados. Logo nos identificamos e começamos a conversar. No entanto, a matrícula quase foi comprometida por um equívoco nos documentos exigidos para a comprovação de experiência profissional.

Apresentei, inicialmente, um certificado de docência em um curso de Formação Inicial e Continuada, realizado no Centro Municipal Uirapuru, em 2024, mas ele não foi aceito. Relatei o ocorrido ao meu, até então, grupo de referência, Maradei e Hailiny, que me incentivaram a não desistir e a buscar a certificação correta.

Com prazo limitado para regularização, mobilizei contatos e recorri a instituições nas quais já havia atuado anteriormente. Em menos de 24 horas, consegui emitir a segunda via e apresentar o certificado de participação como professora no Curso Técnico em Administração em 2024, no Instituto Manilkara, em Barcarena município que localizado a 112 km de distância de Belém. Com o documento aceito, efetivei a matrícula no programa; tudo certo faltava apenas à dispensa do trabalho para frequentar as aulas.

A próxima batalha seria conseguir essa dispensa. As aulas ocorreriam de segunda a sexta, durante uma semana por mês, das 8h às 18h, o que, a princípio, comprometeria minhas atividades profissionais. Como assistente administrativo, eu não teria direito legal a essa dispensa, então precisei contar com o apoio das minhas chefias e da diretoria. Após uma conversa, ficou acordado que eu poderia comparecer às aulas, desde que não prejudicasse meu trabalho. Assim, iniciei mais uma jornada, adaptando minha rotina: do trabalho para a aula e da aula para o trabalho. Todo esse esforço era apenas mais um estágio, uma barreira a ser vencida, e cada sacrifício valia a pena. Trabalhar no hospital, apesar das vantagens, também apresentava desafios únicos. Sair da aula às 18h e emendar com um plantão, para então ir à aula no dia seguinte, era uma etapa difícil de superar, mas necessária. Afinal, a escolha de estudar havia sido minha.

O início das aulas trouxe uma nova fase. Apesar das formações anteriores, percebi que os fundamentos da pesquisa científica, da metodologia e dos conceitos específicos da área exigiriam dedicação redobrada. A ambientação inicial foi marcada por um processo de readaptação aos estudos, agora com a maturidade de quem retorna com propósito. Felizmente, encontrei em minha turma um grupo acolhedor, colaborativo e comprometido, o que tem contribuído significativamente para a superação das dificuldades iniciais.

O primeiro trimestre foi concluído com êxito tivemos, com aulas de bases conceituais, metodologia científica e projetos de pesquisa. O reencontro com a vida acadêmica, por meio do ProfEPT, tem sido uma experiência enriquecedora, que reafirma a importância da educação continuada para profissionais que, como eu, desejam contribuir de forma mais qualificada para os espaços

onde atuam, além de do desenvolvimento pessoal e acadêmico. A jornada até aqui reforça a ideia de que a persistência, aliada à preparação e ao apoio coletivo, é essencial para alcançar novos patamares na formação científica e profissional.

Nesse sentido, a EPT é compreendida como uma importante ferramenta de emancipação social e de democratização do acesso ao conhecimento. Essa perspectiva se alinha à defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, comprometida com a inclusão e com a promoção da justiça social (Leite; Fonseca, 2024).

Figura 1 – Turma Profept 2025



Fonte: Arquivo da autora

Figura 1 – Apresentação do pré projeto



Fonte: Arquivo da autora

Considerações Finais

A aprovação no Mestrado ProfEPT não representou apenas o êxito de um objetivo pessoal, mas sim a validação de um esforço contínuo e a concretização de um avanço significativo. Os desafios enfrentados, desde a conciliação de estudos com as demandas profissionais e pessoais foram importantes para o desenvolvimento de uma adaptabilidade que vão além do ambiente acadêmico.

A importância do ProfEPT para a vida profissional e acadêmica do aprovado é inestimável. No âmbito profissional, o mestrado proporciona uma qualificação diferenciada, capacitando o egresso a atuar com maior conhecimento e visão crítica na área da Educação Profissional e Tecnológica.

Conhecer temas como mundo do trabalho, omnilateralidade ou metodologias de ensino permitem, o aprofundamento e participação mais ativa para a contribuição de práticas pedagógicas. Academicamente, a aprovação abre portas para futuras pesquisas, publicações e a possibilidade de prosseguir para um doutorado, consolidando uma carreira de pesquisa e docência. Em suma, o ProfEPT impulsiona o desenvolvimento integral do profissional, preparando-o para novos desafios.

REFERÊNCIAS

ANDRE, M. E. D. A. de. **Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 1487-1506, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.053.ao06>. Acesso em 28 de jun de 2025.

ANTUNES, J. et al. Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e12517, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e12517. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12517>. Acesso em 28 de jun de 2025.

CIAVATTA, M. **Utopia de uma Escola de 2 Grau Centrada no Processo de trabalho - Reflexões sobre as Bases e Diretrizes de uma Nova Lei de Educação**. Em Aberto, Brasília, ano 7, n. 38, abr./jun. 1988. Disponível em: <file:///C:/Users/dpesq/Downloads/2022-Texto%20do%20artigo-1992-1-10-20190822.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

CIAVATTA, M. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in) dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-16 e14776, Jun. 2023. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.14776>. Acesso em: 20 maio 2025.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. V. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 10-19. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 20 maio 2025.

ESCURRA, M. F. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. n 22. Ano XI., 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.2349637776938861.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

FREITAS, R. C. O. et al. O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional: considerações preliminares. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.359>.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./

jun. 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-CM/documentos/educacao/04_frigotto.pdf. Acesso em 21 de maio de 2025.

LEITE, G. T. C; FONSECA, A. L. A. da. **O projeto de vida, os espaços de educação e o neoliberalismo: uma revisão crítica.** Revista Educação, Cultura e Sociedade - RECS, [S. l.], v. 14, n. 2, ed. especial, 2024. DOI: [https://doi.org/10.30681/ecs.v14i2%20\(Especial\).12920](https://doi.org/10.30681/ecs.v14i2%20(Especial).12920). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/12920>. Acesso em 28 de jun de 2025.

MACHADO, L. R. De S. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. L.], v. 1, n. 23, p. E15167, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 maio 2025.

MELLO, G. J. et al. **Educação Profissional E Tecnológica: rearticulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral.** Revista Educação, Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 14, n. 2 (Especial), p. 1-6, 2024. DOI: [https://doi.org/10.30681/ecs.v14i2%20\(Especial\).13138](https://doi.org/10.30681/ecs.v14i2%20(Especial).13138).

PINTO, J. E. V. **O pensamento de Anísio Teixeira e a formação integral na educação profissional técnica no Brasil.** Ensino Em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4581>. Acesso em 21 maio de 2025.

QUELHAS, O. L. G.; FILHO, J. R. F.; FRANÇA, S. L. B. **O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 2, n. 4, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v. 2, N,82. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/82>. Acesso em 28 de jun de 2025.

SAVIANI, D. **Teorias Pedagógicas Contra-Hegemônicas no Brasil.** Revista Ideação, v.10, n.2, p.11-28, jul./dez., 2008. DOI: <https://doi.org/10.48075/ri.v10i2.4465> Acesso em: 17 maio 2025.

SILVA, J. A. S. G. Da; COUTINHO, D. J. G. **O papel da educação profissional e tecnológica na formação para o mercado de trabalho no Brasil.** Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, v. 10, n.11, p.999–1007, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16554>. Acesso 21 maio 2025.

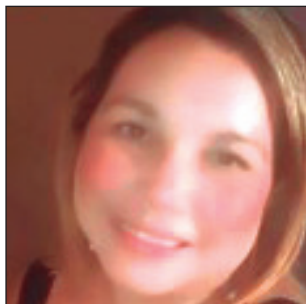
SOBRE OS AUTORES (FOTO E SÍNTESE CURRICULAR)

Sobre os autores



Claudio Joaquim Borba-Pinheiro

Professor Titular do Instituto Federal do Pará (IFPA). Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-RJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede Nacional. Publicou 109 artigos científicos, 64 capítulos de livros e 10 livros.



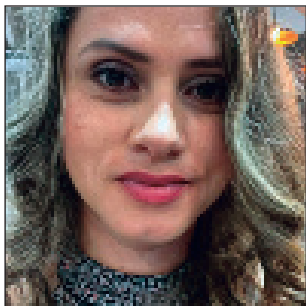
Halliny Machado de Sousa

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Formada em Pedagogia e Gestão Pública, com especialização em Educação, Política e Sociedade, dedica-se à formação de jovens trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social. É bolsista do IFPA/FAPESPA, criadora do Programa Empreendedor com métodos próprios de ensino, como Emprecoop, reconhecido com uma premiação em âmbito nacional. Sua atuação transita entre espaços formais e não formais de ensino, marcada por um forte compromisso social e político.



Maradei Borges dos Santos

Possui graduação em Geografia e em Tecnologia em Gestão Pública, com pós-graduação em Educação para Relações Étnicas Raciais. Atualmente é professor efetivo da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC), lotado no CEEJA Luiz Octávio Pereira, e na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Pará (SEC-TET), atuando na EETEPA Deodoro de Mendonça.
maradei.santos@escola.seduc.pa.gov.br

**Francelina Araújo Silva de Oliveira**

Graduada em Educação Física e Fisioterapia, com especializações em Atividade Física e Saúde, Educação a Distância e Atenção à Pessoa com Sobrepeso e Obesidade. Atua na saúde (Centro de Atenção Psicossocial) e área escolar com ênfase no E. Médio (Educação Profissional Tecnológica) e Ensino Superior. Mestranda atual do PROFEPT – campus Belém.

**Maria do Carmo Gemaque Puga**

É bibliotecária-documentalista no Instituto Federal do Pará - campus Breves; Especialista em Gestão e Planejamento em Políticas Públicas pela Escola Superior da Amazônia; Mestranda do ProfEPT - IFPA campus Belém; Já atuou como colaboradora e coordenadora em diversos projetos de extensão e eventos institucionais.

**Paulo César Lopes Teixeira**

Graduado em Pedagogia, Especialista em Educação Inclusiva e Especialista em Psicopedagogia. Possui experiência profissional como Professor na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em Santa Izabel do Pará, também como Professor do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – IFPA/Campus

Bragança. Mestrando pelo ProfEPT Campus Belém.

**Ana Carla Marinho Silveira**

Foi professora de Educação Infantil, atualmente **pedagoga** no Instituto Federal do Pará - campus Marabá Industrial, especialista em Coordenação Pedagógica. Foi coordenadora do setor de assistência estudantil e ações inclusivas IFPA/CMI. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT IFPA.



Benedita Jacinta Pereira Pacheco Coelho

Graduada em Pedagogia, especialista em Design Instrucional, especialista em Educação Digital e Docência do Ensino Superior. Servidora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Campus de Imperatriz-MA. Atualmente é membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA - Campus Imperatriz) e membro do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.



Maiara Roberta Dos Passos Lima

Maiara Roberta dos Passos de Lima é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Pedagoga e Especialista em Projetos Sociais e Gestão Escolar. Sua trajetória acadêmica e profissional reflete o compromisso com a educação e o desenvolvimento social, unindo conhecimento científico e práticas pedagógicas voltadas para a transformação da realidade comunitária.



Ivaney José Marques Vieira

Possui especialização em Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Inglesa ambas pela UFPA. Atuou como professor efetivo de Língua Inglesa pela Secretaria Municipal de Educação de Breves (2006-2014). É professor efetivo de Língua Inglesa no Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA) Campus Breves e Coordenador do Centro de Idiomas IFPA do mesmo Campus. Mestrando do ProfEPT IFPA Campus Belém.

Editora CRV
versão para revisão do autor

Editora CRV - versão para revisão do autor - Proibida a impressão

SOBRE O LIVRO

Tiragem: 1000

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal | Supremo 250 g (capa)